

VERACIDADE

Revista da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM/PMS
Salvador - Bahia - Ano V - Nº 9 - Outubro de 2009



A Prefeitura Municipal do Salvador, através da sua Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM, apresenta a nona edição da revista VeraCidade. Esse periódico cumpre o objetivo de divulgar a opinião de estudiosos, pesquisadores, políticos e personalidades, enfocando temas de interesse e relevância para a cidade, como meio ambiente, habitação, economia, cultura e política. Trata-se, portanto, de uma iniciativa de grande significado, em especial para aqueles que, através do debate e do diálogo, objetivam refletir sobre questões urbano-ambientais e construir soluções coletivas para os problemas que afligem a nossa cidade nesse começo de século. Desse modo, essa revista aborda aspectos de interesse do cidadão, com temas questões atuais e de grande importância para a cidade.

VERACIDADE

REVISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SEDHAM/PMS

Salvador - Bahia - Ano V - Nº 9 - Outubro de 2009



João Henrique Barradas Carneiro
Prefeito Municipal de Salvador

Antonio Eduardo dos Santos de Abreu
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM

André Nascimento Curvello
Secretário Municipal da Comunicação - SECOM

Conselho Editorial

Antonio Eduardo dos Santos de Abreu - Presidente
Ângela Gordilho - Faculdade de Arquitetura - UFBA

Edvaldo Boaventura - Jornal A Tarde/Faculdade de Educação - UFBA

Fernando Peres - Historiador e Poeta

Inaiá Maria Moreira de Carvalho - Centro de Recursos Humanos - CRH/UFBA

José Antônio Gomes de Pinho - Escola da Administração - UFBA

Juliano Matos - Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA

Luis Eugênio Portela Fernandes de Souza - Instituto de Saúde Coletiva - ISC/UFBA

Maria Elisabete P. dos Santos - Coordenação Central de Produção de Indicadores Urbano-Ambientais - COPI/SEDHAM

Paulo Lima - Escola de Música da Universidade Federal da Bahia - UFBA

Pedro Jacobi - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PROCAM/USP

Terezinha Rios - Faculdade de Arquitetura - UFBA

Editores

Edson Pitta Lima

José Henrique Oliveira Lima

Edvaldo Machado

Maria Elisabete Pereira dos Santos

Equipe Editorial

Adalberto Bulhões Filho

Ana Lúcia Aragão

Cláudio Santos

Cléa Tanajura

Ednilva Azevedo

Elba Veiga

Eliana Gesteira

Fernando Sérgio Teixeira

Hilda Maria M. F. Conceição

Isaura Maria Andrade

Maria de Fátima Falcão

Maria Cândida Beltrão

Maria Luiza Lins Góes

Regina Pires

Rita Nélia Ferraz

Raymundo Ribeiro

Núcleo de Tecnologia da Informação

Cenilton Matos Fonseca

Antônio Alberto Girardi

Emanuel Melo

Jamison Queiroz

Jornalista Responsável

Ana Lúcia Andrade - MTB 1384/BA

Foto de Capa

Tonny Bitencourt

Editoração Eletrônica

Estevam Moreira Neto

Revista VeraCidade / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM

Av. Vale dos Barris, 125 - Barris - Salvador - Ba - CEP: 40.070-055 - Fone: (71) 2201-8322

e-mail: veracidade@salvador.ba.gov.br - <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br>

ISSN: 0104-0839

editorial

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM, da Prefeitura Municipal do Salvador, apresenta a nona edição da revista VeraCidade, dando continuidade, deste modo, a publicação de textos que trazem uma reflexão crítica sobre os processos econômicos, sociais e ambientais de Salvador e capitais brasileiras. Nessa edição discutimos como Salvador se insere no atual processo de flexibilização produtiva, os dilemas resultantes do empobrecimento da cidade e suas conseqüências na urbanização. Reportando-nos a Belo Horizonte, discutimos, também, o significado da regularização fundiária no processo de construção da infra-estrutura urbana. Além disso, essa edição traz elementos para a reflexão sobre a nossa tradição, com um olhar qualificado sobre a Cidade Baixa, sobre a nossa geografia religiosa Afro-baiana e sobre os Saveiros de vela de içar.

Paulo Henrique de Almeida discute a inserção de Salvador e sua região no atual processo de globalização e reestruturação produtiva e problematiza a relação entre desenvolvimento econômico e planejamento urbano no contexto de crise do modelo neoliberal, fazendo considerações em torno da implantação de um Parque Tecnológico e do desafio da constituição de Salvador como sede dos jogos da Copa do Mundo.

Fernando Pedrão analisa criticamente o processo de urbanização voraz pelo qual passou o município de Salvador e suas interfaces com os modos da industrialização, da globalização e os desafios colocados ao desenvolvimento, situando Salvador como um exemplo de aprofundamento das contradições de classe e de desqualificação de espaços sociais históricos. Jocélio Teles dos Santos analisa os terreiros de candomblé e sua interação com o espaço urbano de Salvador no século XIX. O objetivo do trabalho é demonstrar como os espaços afro-religiosos estavam distribuídos no contexto da cidade e o crescimento desses durante a segunda metade do século XIX. Uende Aparecida Figueiredo Gomes e Léo Heller analisam a complexa relação entre a instalação de serviços públicos de saneamento básico e a situação fundiária dos bolsões de pobreza urbana em Belo Horizonte. Estudando em profundidade os exemplos de duas favelas de Belo Horizonte, a pesquisa ressalta que a promoção do saneamento básico resulta na valorização de áreas e pressão especulativa do mercado, podendo ter como consequência, contraditoriamente, o deslocamento dessas populações.

O artigo de Jaime Sodré sobre Exu analisa sua metamorfose, da sua chegada da África ao Brasil contemporâneo. Explicita a concretude da representação plástica das divindades africanas no Novo Mundo, apesar da sobrevivência de algumas características fundamentais, agregando novos traços, fruto do contato com as manifestações da religião dominante, a católica. Apresentando um rico painel de variáveis, Maria Alice Pereira apresenta a saga dos negros africanos em terras brasileiras, sua luta pela preservação da identidade étnico-cultural, a perseguição religiosa e o reconhecimento do Candomblé como religião. Discute ainda as políticas públicas implementadas, no âmbito federal, estadual e municipal, voltadas para o resgate da identidade e da cultura africana.

José Augusto Saraiva Peixoto e Claudio de Carvalho Mascarenhas resgatam a cultura do saveiro, embarcação típica da região da Baía de Todos os Santos e Recôncavo, que durante mais de um século praticamente respondia por quase todo o transporte de mercadorias, e atualmente encontra-se em decadência. O texto trabalha os problemas atuais desta atividade, suas ameaças e potencialidades, além de fazer propostas de atuação para reverter esse quadro.

Edson Pitta Lima, na seção Ponto de Vista, discorre sobre os problemas de distribuição de renda na cidade e problematiza a baixa capacidade de arrecadação do município. O texto discute as razões deste fenômeno na história recente da cidade, suas conseqüências do ponto de vista urbano – a precariedade das condições de habitabilidade, e apresenta um variado elenco de sugestões para minimizar os problemas que afligem Salvador. Paulo Segundo da Costa apresenta um rico ensaio sobre a Cidade Baixa, relatando sua história, peculiaridades e problemas. Fala-nos das dificuldades de comunicação entre as Cidades Baixa e Alta, das características desse sítio geográfico, das suas íngremes ladeiras e sua transformação em importante pólo financeiro e comercial no século passado. Encerra essa edição da Veracidade o belo ensaio fotográfico das festas populares de Salvador com a participação de Tonny Bittencourt e Antônio Fonseca.

Antonio Eduardo dos Santos de Abreu

Secretario Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDHAM

João Henrique Barradas Carneiro

Prefeito da Cidade do Salvador

sumário

1. Editorial	3
2. Entrevista	7
Paulo Henrique de Almeida	
3. Artigos	
A Urbanização Voraz em Salvador	13
Fernando Pedrão	
Geografia Religiosa Afro-baiana no Século XIX	21
Jocélio Teles dos Santos	
Saveiros de Vela de Içar: 400 anos de história - Ameaças, Potencialidades e Propostas	33
Claudio de Carvalho Mascarenhas e José Augusto Saraiva Peixoto	
EXU - A forma e a função	47
Jaime Sodré	
Saneamento Básico em Vilas e Favelas: qual o papel da regularização fundiária?	55
Uende Aparecida Figueiredo Gomes e Léo Heller	
Candomblé	67
Maria Alice Pereira da Silva	
4. Ponto de Vista	
Empobrecimento de Salvador	81
Edson Pitta Lima	
5. Ensaio	
Cidade Baixa: caminhando com a história	85
Paulo Segundo da Costa	
6. Ensaio Fotográfico - Festas Populares	
Tonny Bittencourt, Antônio Fonseca e Secretaria Municipal de Comunicação/PMS	89
7. Normas para Publicação	101

entrevista

Paulo Henrique de Almeida¹

VeraCidade - As mudanças nos padrões de produção, comercialização e consumo, além do enfraquecimento das instâncias reguladoras da economia nas últimas décadas, têm aprofundado desigualdades e gerado crises no plano global e regional. Temos vivido um intenso processo de reconfiguração das tradicionais formas de inserção de territórios na economia, que produzem novas formas de exclusão e centralidades. Quais os efeitos da globalização e da reestruturação produtiva sobre a conformação socioeconômica das metrópoles brasileiras, particularmente de Salvador? Quais as consequências desses processos sobre o território em termos de reconfiguração espacial e segregação urbana?

Paulo Henrique - A globalização e a reestruturação produtiva têm aprofundado a divisão técnica do trabalho de uma forma inédita. De um lado, o surgimento de uma economia de redes, de terceirização e subcontratação. De outro, o envolvimento do consumidor no processo de produção. É o que a literatura internacional chama de emergência do *prossumidor* e, mais recentemente, de *crowdsourcing*, que pode ser (mal) traduzido por "terceirização da multidão".

Esse aprofundamento da divisão do trabalho leva a que a divisão técnica se estenda ao espaço da divisão social do trabalho. Em outros termos: a unidade de produção transborda e suas fronteiras se dissolvem. Todo consumidor da Microsoft trabalha para Bill Gates. Todos que usam caixas automáti-



cos são bancários. Os ouvintes que interagem também constroem o programa de rádio.

Em síntese, a cidade torna-se a própria unidade de produção. Primeira consequência: a produtividade do trabalho em geral passa a depender – completamente – das condições de trabalho na cidade. Inclusão digital, mobilidade, telecomunicação, acessibilidade, etc. Segunda consequência: o desenvolvimento econômico depende, cada vez mais diretamente, da eficiência do planejamento urbano.

VeraCidade - Teóricos como Sassen, Borja e Castells afirmam uma relação estrutural entre os processos recentes de financeirização e terciarização da economia e a dualização social. A globalização é um fenômeno inacabado e contraditório e que tem necessariamente como um dos seus pressupostos a política. A tese da dualização explica Salvador e sua região metropolitana?

¹ Doutor em Economia - Université de Paris X (Paris-Nanterre) , Mestre em Economia pela Unicamp Graduado em Economia pela UFBA . Professor da Universidade Federal da Bahia, atualmente licenciado e a serviço da Secretaria do Planejamento - SEPLAN, como Superintendente. Atua na área de Economia, com ênfase em Economia Urbana, Economia da Cultura e Gestão dos Serviços.

Paulo Henrique - Penso que toda "dualização" é uma simplificação excessivamente caricata da realidade. O mundo não é binário. As mudanças em curso apontam para uma heterogeneidade crescente, econômica, social e política. Levam à individuação e à singularidade. O lado bom é que isso abre espaço para a conquista de novos direitos, particularmente para minorias e indivíduos. O lado ruim é que ainda não nos acostumamos com essa sociedade multidinária, de movimentação de movimentos, na qual as Paradas Gays são politicamente mais importantes do que os Primeiros de Maio.

VeraCidade - A urbanização e industrialização no Brasil constituíram uma divisão interregional do trabalho que consolidou desigualdades espaciais históricas. Apesar das políticas regionais de desenvolvimento, estão no Centro-Sul os pólos mais dinâmicos da economia nacional. Esse processo gerou uma grande diversidade sócio-espacial e sucessivos movimentos de centralização e descentralização econômica. No atual contexto de reestruturação produtiva e de crise, como ficam Salvador e sua região? É possível romper com a herança legada pela divisão regional do trabalho fordista e assumir uma posição de destaque nesse novo contexto de acumulação flexível?

Paulo Henrique - Precisamos atualizar nosso discurso. Hoje, em 2009, é o neoliberalismo que está em crise e a intervenção do Estado voltou com tudo. É Obama e não Bush quem governa os EUA, onde a ação governamental atinge proporções desconhecidas desde a Segunda Guerra. Mas sem ilusões. O desenvolvimento continuará combinado, porém desigual. Existe "nordeste" na Itália, ainda que fique ao sul de Roma, e há Piauí nos Estados Unidos, ainda que se chame Novo México. O importante é abandonar o mais rápido possível o sonho (ou pesadelo) de transformar a RMS em ABC. O importante é não aceitar novas "tibrás" como sinônimo de desenvolvimento.

Na Bahia, a política de "atração de indústrias" a qualquer custo, com base na guerra fiscal, levou a dois déficits gigantescos: o apagão da infraestrutura e a carência absoluta de serviços sociais, vale dizer, de saúde, educação ou segurança.

Nos próximos anos, temos que lutar para que sejam estas as locomotivas da economia: os investimentos em logística e mobilidade, habitação e saneamento, saúde e educação, lazer e segurança.

Mais que isso: é preciso reconhecer a importância econômica crescente das transferências sociais (da aposentadoria ao bolsa família) e o caráter economicamente estratégico da preservação ambiental.

Tão importante quanto o tamanho do PIB é sua distribuição social e sua origem. Vamos lutar para que o nosso PIB seja mais social e mais ecologicamente correto que o de São Paulo. Façamos disso nosso diferencial. Uma cidade mais justa e mais verde atrairá, certamente, novos e melhores investimentos.

VeraCidade - A literatura fala em uma certa especialização da economia das nossas capitais. São Paulo, nossa global city e Porto Alegre apresentam grande peso da indústria de transformação. De forma adicional, fala-se ainda do caráter não-industrial das regiões metropolitanas de Recife, Belém e também de Salvador – que teria um grau de especialização mais elevado em serviços de utilidade pública, comércio, serviços sociais e administração pública. Vivemos hoje uma nova terciarização da economia da RMS, uma "reengenharia", "downsizing" e "flexibilização" crescente do trabalho. O que efetivamente muda em Salvador nesse novo contexto?

Paulo Henrique - O fato de que São Paulo ou Porto Alegre são metrópoles mais industrializadas não resulta do acaso ou da necessidade, mas sim da contingência, isto é, da história. Lá, houve no início economias agroexportadoras mais dinâmicas, com melhor distribuição da propriedade e da renda, inclusive com maior presença de classes médias rurais. Daí derivou uma sequência de processos que levou à expansão da indústria, surgimento de uma classe operária, novas classes médias urbanas, expansão dos mercados etc. Tais processos se realimentaram com base no que os economistas chamam de economias de aglomeração etc. etc.

O fundamental é ter claro que a história não se repete e que, portanto, Salvador nunca será São Paulo. Como lembro, brincando, para meus alunos, o fato da Ford ter acabado de chegar à Bahia não é contraditório com a realidade pós-fordista da nossa economia. Primeiro, porque esta realidade é global, antes de ser local; segundo, porque a Ford em Camaçari não é a Ford dos anos 1950, no ABC.

O que muda? O que muda é que precisamos aprender a atrair investimentos com base no nosso ca-

pital humano e na qualidade dos nossos serviços. A guerra fiscal é uma estratégia cada vez mais anacrônica. Além disso, precisamos entender que é impossível competir de igual para igual com São Paulo. Há uma forte tendência à reconcentração das sedes de organizações e dos serviços avançados em São Paulo. Os processos de *feedback* positivo continuam ocorrendo no pós-fordismo. Nossa estratégia deve ser, por conseguinte, alternativa.

VeraCidade - Fala-se, cada vez mais, em uma nova economia, fundada no desenvolvimento do capital humano, na informação e na cultura. Efetivamente o que caracteriza a dinâmica da economia regional? Qual o significado de tais processos em uma cidade como Salvador, cuja característica sempre foi a precarização do mercado de trabalho?

Paulo Henrique - Alguns dizem que não podemos ter uma estratégia focada na formação de capital humano para a produção de serviços superiores porque nossos trabalhadores não têm instrução. E porque a verdade não está no inverso? Não é a escassez de educação profissionalizante e superior que nos leva à situação atual?

A economia metropolitana do século XXI é uma economia fundada no conhecimento. Isso significa dizer: uma economia intensiva em capital humano, em que o peso dos setores de comunicação e informação aumenta e onde o capital intangível tem mais peso que o tangível. E mais: uma economia que produz, sobretudo, serviços e bens intangíveis (software, conteúdo cultural etc.).

É preciso levar tudo isso a sério. Precisamos, no mínimo, de multiplicar por três, em vinte anos, a proporção da população soteropolitana ocupada com nível universitário. Precisamos de mais pós-graduados. Precisamos produzir um ambiente inovador, aberto a iniciativas empreendedoras. Primeira condição: acesso aos meios de produção do século XXI, vale dizer, educação, cultura, inclusão digital, crédito. Segunda condição: qualidade de vida, vale dizer, menos poluição, mais saúde, segurança, habitação decente, mobilidade.

VeraCidade - Uma das atividades da economia soteropolitana que tem mais crescido é de serviços de saúde. Esse fato está relacionado apenas ao aumento da expectativa de vida ou existem outros fatores interferindo nesse desempenho?

Paulo Henrique - A principal causa é, sem dúvida, o envelhecimento da população. Cresce a pro-

porção de pessoas na terceira idade e, além disso, a expectativa de sobrevida aumenta. Mas existem vários outros fatores, que vão da expansão da rede pública à maior difusão dos planos privados de saúde, das inovações forçadas pela indústria à redução do desemprego e do trabalho informal.

A saúde ocupa em Salvador 6,1% dos trabalhadores e esta proporção vai aumentar, inclusive na medida em que a cidade se afirma como centro exportador de serviços de saúde, de turismo-saúde, de pesquisa e de educação técnica e superior nesta área.

VeraCidade - Salvador viveu recentemente boom de faculdades particulares. Esse processo já se esgotou?

Paulo Henrique - Quando a oferta de vagas públicas não consegue acompanhar a demanda, a expansão da oferta de ensino superior privado depende, principalmente, de três variáveis: a) o número de concluintes do segundo grau; b) a expansão da economia (PIB) e, por conseguinte, da renda, e c) o grau de regulação ou (des)regulação do setor.

A economia está em crise e não são esperadas taxas de crescimento muito altas para os próximos anos. A (des)regulação do setor privado, que caracterizou os governos FHC e a gestão de Paulo Renato no MEC, foi substituída pela prioridade para a expansão das Instituições Federais no segundo governo Lula. Resta o aumento do número de portadores de diplomas de ensino médio dispostos a fazer universidade e o PROUNI. Isso não é suficiente para a continuidade do boom.

Como já estava claro desde o início da década, o momento é de centralização do capital no setor privado, com o desaparecimento das faculdades isoladas e a expansão dos grandes grupos nacionais – frequentemente associados ao capital estrangeiro – que podem, graças à escala, oferecer cursos baratos com um mínimo de qualidade.

Para uma cidade pobre como Salvador, é muito importante o incremento da proporção de vagas nas universidades públicas. Mas isso deve vir combinado com a ampliação dos cursos noturnos, a preservação da política de cotas e a extensão da assistência estudantil. Se não for assim, os pobres continuarão de fora. Só 15% da população ocupada de Salvador tem, hoje, diploma de terceiro grau.

A proporção é de cerca de 50% numa metrópole desenvolvida. Há muito a fazer.

VeraCidade - Salvador é uma cidade com grande potencial turístico. Como o Senhor avalia a participação da economia do turismo no PIB municipal? Qual o turismo desejável para a cidade?

Paulo Henrique - O turismo é a principal atividade econômica no planeta, mas o significado desta frase é mal compreendido. O turismo em sentido estrito – operadoras e agências de viagens, companhias de transporte de passageiros e hotelaria – pesa pouco. Uma pequena fração do PIB e menos de 1% da ocupação direta na RMS. Contudo, o turismo é o único setor da economia que impacta sobre todos os outros setores, de restaurantes a segurança, passando pelo entretenimento ou pela publicidade. Ele tem um efeito multiplicador de demanda que nenhum outro setor tem.

A cidade não deveria compactuar com o turismo de enclave, com o turismo de *resort*. O turismo dos três “s” – *sun, sand and sex* – tem taxas baixas de crescimento e alto custo ambiental e social. É melhor apostar no turismo de eventos, combinado com um turismo cultural que incentive o prolongamento da estada: convenções e congressos, acompanhados de atrações como shows, museus, restaurantes etc.

O problema é que a cidade não conta com uma oferta significativa de centros de convenções e auditórios, para não falar da inexistência de arenas para espetáculos. Esta é uma das razões pelas quais São Paulo atrai por dia a quantidade de eventos que Salvador capta por ano.

VeraCidade - Qual a participação do capital imobiliário na economia de Salvador?

Paulo Henrique - A construção civil ocupa 5% dos trabalhadores da cidade, o que é uma porcentagem significativa. A administração e o comércio de imóveis (gestão de condomínios, corretores etc.) empregam quase 2%. Os dois setores geram, portanto, mais de 70 mil postos de trabalho.

A construção civil passa por intensa revolução tecnológica, inclusive organizacional, e opera, hoje, mais como prestação de serviços através de redes de subcontratação do que propriamente

como indústria no sentido tradicional. A reconstrução do sistema de financiamento da habitação, os investimentos do PAC, o programa “Minha Casa, Minha Vida” e outras iniciativas devem garantir a continuidade do *boom*, após o “freio de arrumação” imposto pela crise.

É isso que, paradoxalmente, nos inquieta. O capital imobiliário em Salvador não demonstra suficiente preocupação com os impactos ambientais e urbanísticos de seus investimentos. Incomoda o descaso, freqüente, com o patrimônio histórico e ambiental, com as condições de mobilidade. A ótica do capital imobiliário é a do curto prazo, do lucro imediato. Não há o que discutir, é preciso maior regulação do Estado.

VeraCidade - Qual o perfil do desempregado nos atuais tempos de globalização? Como se explica a relação entre o aumento do nível de escolaridade, especialmente de pessoas com 3º grau, e as atuais taxas de desemprego?

Paulo Henrique - Em Salvador, o desempregado é, sobretudo, o cidadão que tem formação intermediária e incompleta. Quase 30% dos trabalhadores que completaram o primeiro grau, mas não concluíram o segundo, estão desempregados. É o pessoal que não aceita ganhar o salário mínimo, mas também não consegue um posto melhor.

É verdade que o desemprego cresceu entre os portadores de diplomas de terceiro grau. Os graduados por universidades são, hoje, menos escassos; ademais, muitos obtiveram diplomas mal avaliados pelo mercado ou optaram por profissões de pouca empregabilidade. Mas isso é a parte menos importante do quadro. Os desempregados entre os portadores de diploma de ensino superior são 8%. Isso significa dizer que a probabilidade de ficar desempregado com um curso superior é cerca de 1/3 (um terço) daquela que vale para quem não concluiu o ensino médio.

Multiplique o período maior de emprego durante a vida pelo salário maior do portador de diploma universitário e você terá o valor real do diploma de terceiro grau: ele vale entre 90% e 150% a mais que o de ensino médio em Salvador. Eu fiz o cálculo e publiquei. Está na Análise & Dados, revista da SEI/SEPLAN, de março de 2006, disponível na Internet.

VeraCidade - Historicamente Salvador e sua região metropolitana têm apresentado as maiores taxas de desemprego do país. Atualmente, segundo o DIEESE, a RMS apresenta um percentual de 21,6% de desempregados, ou seja, em torno de 396 mil pessoas. O que explica taxas de desemprego tão altas, sobretudo se considerarmos que a população economicamente ativa (PEA) na RMS vem se reduzindo nos últimos anos em relação a PIA – redução maior inclusive do que em outras regiões?

Paulo Henrique - Minha tese é de que o desemprego em Salvador (ou em Recife) só pode ser entendido numa perspectiva *braudeliana*, vale dizer, na ótica da “longa duração”. O declínio das atividades agrícolas tradicionais no Recôncavo (açúcar, fumo) bloqueou o desenvolvimento da agroindústria no entorno da cidade. A estrutura agrária e a lenta difusão do assalariamento no campo atrasaram o desenvolvimento do mercado. Na segunda metade do século XX, a opção por uma indústria triplamente concentrada – setorialmente, espacialmente e em termos de propriedade do capital – completou o quadro de baixo dinamismo da economia soteropolitana.

Para piorar, nunca se desenvolveu uma política econômica específica para a cidade. Uma visão míope, estreitamente “industrialista”, levou à idéia de que Salvador cresceria a reboque do Pólo Petroquímico de Camaçari. Esse tipo de visão, típica dos anos 50, choca-se com a realidade pós-industrial do século XXI, na qual é a base desenvolvida de serviços da metrópole (logística, educação técnica e superior, design etc.) que pode criar os empregos e assegurar a atração e a manutenção de novas fábricas na sua periferia.

VeraCidade - A informalidade é realmente um fenômeno estrutural em países como o Brasil? Como o Senhor avalia essa questão mais especificamente, no cenário soteropolitano? Dados mais recentes relativos ao desempenho da economia de Salvador indicam que nos últimos dez anos houve uma redução de trabalhadores informais. O que tem determinado esse fenômeno?

Paulo Henrique - No Brasil dos últimos anos, mesmo com taxas moderadas de crescimento, a ocupação formal avançou bem mais rápido do que a informal. Isso comprova que a informalidade não é um fenômeno estrutural. O que se discute, todavia, é a qualidade do novo trabalho formal. Ele tende a ser mais “precário”; é mais instável, pior remunerado e, muitas vezes, assegura menos direitos.

VeraCidade - Sabe-se que existe uma proporção crescente de trabalhadores informais com educação superior. Esse fato pode ser atribuído apenas aos altos índices de desemprego em Salvador ou existem outros fatores que contribuem para essa questão?

Paulo Henrique - O quadro não é exatamente este. Em Salvador, segundo os dados da PED, a informalidade entre os ocupados portadores de diploma de terceiro grau passou de 8,5% em 1987/88 para 17,4% em 1997/98. Mas esta proporção se estabilizou na sequência: na amostra de 2007/08, a proporção é de 17,2%. O que é importante destacar: trata-se de uma porcentagem muito inferior às verificadas para os ocupados com menor grau de instrução. Entre os analfabetos, em 2007/08, a proporção de informais era de 71,5%!

VeraCidade - Há um elevado percentual de mulheres e negros no trabalho informal. Esse fato está relacionado a uma discriminação da mulher e negros no mercado de trabalho formal ou existem outros fatores que contribuem ou determinam esses números?

Paulo Henrique - Na amostra PED 2007/08, a informalidade atingia 31,8% dos brancos e 41,3% dos negros. É possível que parte desta diferença se explique pela permanência do racismo, mas seria prudente comprovar essa tese com pesquisa específica. O certo é que há um círculo vicioso: filhos de negros, porque são mais pobres, têm menos acesso à educação, logo, maior dificuldade de atingir ocupações formais. Esse tipo de círculo vicioso deve ser quebrado por uma política de ações afirmativas, como reivindica o movimento negro. O processo já foi iniciado em nossas universidades públicas.

No que diz respeito às mulheres, também é preciso avaliar com cuidado, na ausência de pesquisas com foco específico. A proporção de mulheres ocupadas na informalidade era de 43,4%, enquanto a porcentagem entre os homens era de 36,3%, sempre para a amostra 2007/08. O machismo, muito provavelmente, tem um peso. Mas existem pelo menos dois outros fatores importantes: primeiro, as mulheres são maioria absoluta no emprego doméstico, que ainda é 66% informal e ocupa 9% dos trabalhadores da cidade; segundo, é possível que muito da informalidade feminina seja voluntária, haja vista a necessidade de conciliar trabalho temporário e criação de filhos.

VeraCidade - As ilhas de Salvador – Bom Jesus, Frades e Maré, apresentam os menores índices de rendimento médio do município. Como incorporar as ilhas em uma nova dinâmica econômica? Como articular o tradicional e o moderno em um projeto de desenvolvimento para Salvador?

Paulo Henrique - Cerca de um terço da população das ilhas ainda depende de atividades extrativistas, sobretudo da pesca, com pouco futuro no Recôncavo. Não conheço de perto a realidade das ilhas, mas acredito que seu amanhã esteja no veraneio, no turismo e na náutica de lazer. O problema é que a população local tem baixíssimo nível de educação e pouca qualificação para esse tipo de serviço, que exige mão-de-obra capacitada. Seria importante começar por aí, pela formação dos jovens.

VeraCidade - Quais os impactos que o parque tecnológico trará para a Bahia, particularmente para o mercado de trabalho soteropolitano? Quais desafios e possibilidades que ele trará para a economia da cidade? Como a mão-de-obra local deverá ser preparada para atender suas demandas?

Paulo Henrique - O importante é que o Parque, enquanto espaço físico não deve se tornar um fetiche, sob risco de criarmos um “elefante branco” e ocupá-lo com mais um SAC. Encontramos aí, mais uma vez, a obsessão pela “atração de empresas”. No entanto, a estratégia mais correta talvez fosse apostar nos núcleos de pesquisa de ponta que já existem na cidade, notadamente na área de saúde, na UFBA e na FIOCRUZ e que têm mostrado eficiência na captação e alavancagem de recursos financeiros. Neste sentido, o Parque “virtual” – vale dizer, as redes de pesquisadores – deveriam estar se organizando, se agrupando, antes da obra, de baixo para cima.

Há muita incompreensão. Há quem confunda parque tecnológico com fábrica de software ou de preservativos. É necessário lembrar que o Parque não demandará “mão-de-obra” e sim cérebros. Ele dependerá é de banda larga, capacidade cognitiva e muito empreendedorismo. Exatamente o que nos falta.

VeraCidade - Salvador irá sediar os jogos da copa, o que isso implica em termos de demanda por investimentos na economia local e regional. Quais os impactos imediatos desse tipo de investimento para o comércio e serviços em Salvador? Como nossa economia poderá internalizar os efeitos gerados pela copa?

Paulo Henrique - A Copa é uma oportunidade única por três razões. Primeiro, pela atividade econômica intensa, ainda que temporária, decorrente da implantação da infraestrutura necessária, do consumo gerado pelos turistas e visitantes atraídos pelo evento e dos efeitos multiplicadores gerados por estes investimentos (construção civil, telecomunicações) e gastos (turismo, entretenimento).

Segundo, pela possibilidade de *upgrade* do marketing de Salvador. A Copa permite a construção de uma nova imagem e a afirmação da “marca” da cidade: capital simbólico; sinalização da metrópole como centro apto a captar não apenas eventos, mas também novos investimentos em setores diversos da economia, porque tecnologicamente avançada, dotada de oferta de serviços de qualidade etc.

Finalmente, a Copa deixará um legado de longo prazo, tangível e intangível, resultante da infraestrutura criada (transportes, telecomunicações, equipamentos esportivos) e do aprendizado empresarial e social decorrente do evento: *know-how* acumulado, inserção em redes, afirmação da identidade, da auto-estima etc.

VeraCidade - Como a crise afeta a capacidade de investimento público?

Paulo Henrique - Em primeiro lugar, a crise reduz a demanda por serviços, logo, a arrecadação do ISS, principal tributo municipal. Além disso, a política anticíclica do Governo Federal incluiu a redução de impostos federais (IR e IPI), o que acabou por diminuir o valor das transferências constitucionais da União via FPM – Fundo de Participação dos Municípios. Ainda que parte dessa perda tenha sido compensada pelo incremento do IPVA, que resultou da maior venda de automóveis permitida pela diminuição do IPI, eu acredito que o efeito final tenha sido a redução das transferências.

Ao mesmo tempo, há vinculação constitucional de boa parte das receitas às despesas obrigatórias com saúde e educação, às quais se somam as obrigações com serviço da dívida e pessoal. Isso significa que sobra pouco para investimento, mesmo quando a situação é de estabilidade. A crise agrava um problema que é crônico.

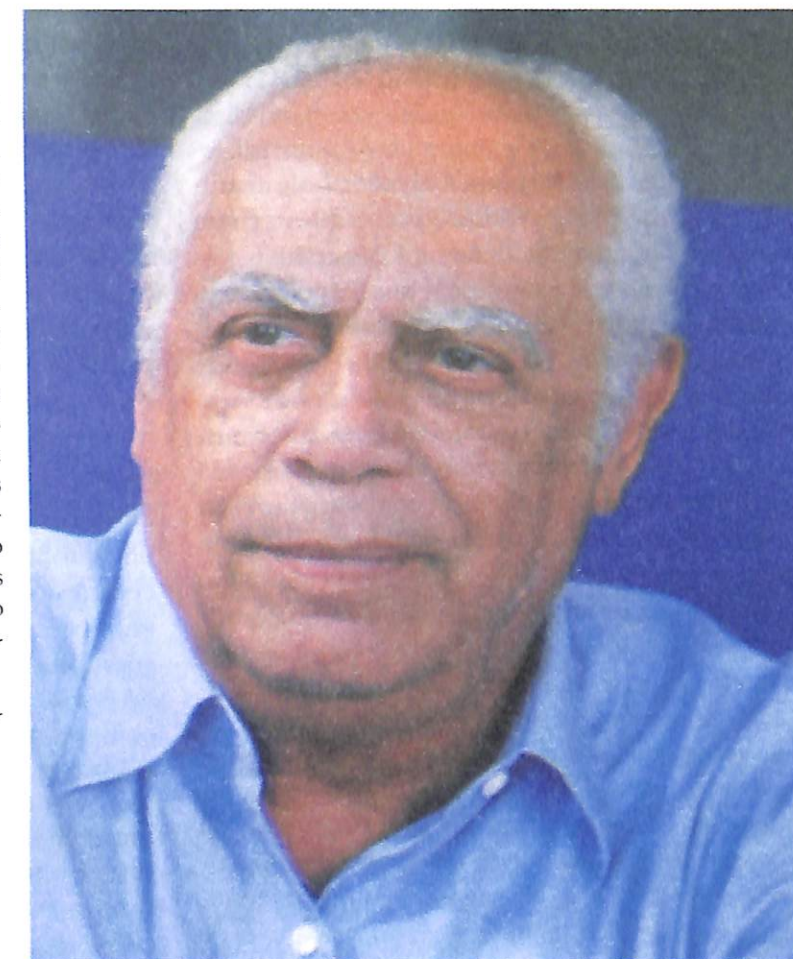
A Urbanização Voraz em Salvador

Fernando Pedrão ¹

Resumo

Há uma questão radical relativa ao significado histórico da urbanização. A urbanização é a produção social de cidades e muda de feição acompanhando os modos da industrialização, da globalização financeira e os desafios que se colocam para as sociedades emergentes. O esgotamento da industrialização de base local, junto com a queda do efeito emprego dos novos investimentos, resultou em substituição da ordem social estabilizada pela classe média, por um ambiente social tensionado pela pressão do grande capital para captar a valorização do solo urbano e pelas estratégias de sobrevivência da maioria de pobres. Salvador é um exemplo dessa nova expansão do grande capital, que aprofunda as distâncias entre classes e cria uma urbanização seccionada, que devora os espaços sociais criados em momentos anteriores da cidade.

Palavras-chave: Urbanização. Espaços sociais. Urbanização negativa.



Abstract

Supporting the historical meaning of nowadays urbanization there is a radical question to be tackled with. Urban development is the social production of cities, which changes in its features, following the moods of industrial development, financial globalization and the challenges facing emerging countries. The decline of locally based industries, along with the fall of the employment effect of the new investments, resulted on substituting the social order supported by income middle sectors for an environment kept under the pressure of big capital, to extract the value added to urban soil, and the survival strategies of the poor majority. Salvador exemplifies that teared apart urban field, now devouring the social spaces created in former moments of urban life.

Key words: Urban development. Social spaces. Negative urban development.

¹ Doutor e Docente Livre pela Universidade Federal da Bahia, Diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, professor da Universidade Salvador.

O binômio cidade e campo não se esgota em relações de predomínio econômico com um termo a serviço do outro. O vínculo é de natureza recíproca, dialética. As estruturas se interpenetram, em conflito permanente, ajustando-se e renovando seus componentes.

Raymundo Faoro

1. O movimento social da urbanização

O processo urbano em Salvador hoje manifesta tensões críticas indiscutíveis, que tornam necessário revisar os fundamentos conceituais e as experiências reconhecidas com que se pensam ou executam políticas urbanas. A cidade é o principal âmbito das relações conflituais de classe, onde se cruzam diferentes projetos de poder e onde sempre há a possibilidade de intervenções autoritárias, tanto da esfera pública como da privada. Há uma disfunção entre o perfil da crise social urbana e o olhar mecanicista do planejamento, que leva a rever os fundamentos da gestão da cidade como tal (Pedrão, 2005). Há uma geopolítica do conflito urbano (Bandeira, 2003) que se realiza através de um movimento duplo de valorização e desvalorização de espaços. O significado social – histórico – das transformações da cidade ganha novas cores, segundo elas são vistas como conseqüências endógenas do metabolismo da própria cidade, ou decorrem de uma sucessão de intervenções de agentes externos à cidade. Na medida em que o crescimento demográfico da cidade gerou demandas de serviços que ultrapassaram a capacidade financeira do poder municipal, surgiu um descompasso entre o capital social e as condições de vida da maioria presente na cidade. Sua expressão mais evidente é a favelização, mas que se encontra sob diversas formas, como carência das condições sociais de vida de grupos aparentemente médios de renda. O significado do poder municipal mudou, acentuando-se sua dependência em relação às esferas estadual e federal, que não têm o mesmo compromisso ideológico com a cidade. Sua identidade política fica descentrada (Hall, 2006) em relação a sua função objetivo. O habitante da cidade se reconhece menos como cidadão e mais como um passageiro em busca de abrigo.

A degradação de áreas antes importantes da cidade resultou em que elas passam a ser apropriadas por novos objetivos de urbanização. No conjunto, aquele modo de urbanização impulsiona-

do por fatores locais cedeu espaço à influência de agentes externos. Estes aparecem, sucessivamente, na forma de interesses imobiliários de capitais vindos de fora e na influência de grandes empresas, tais como bancos, que influem nas tendências de valorização dos terrenos. A política pública urbana encontra-se, cada vez mais, diante de fatos consumados e de obras de efeitos irreversíveis, assim como enfrenta o esgotamento de opções de localização suficientes para reverter as tendências em curso de urbanização. Mais que antes, torna-se necessário identificar processos e tendências em vez de descrever situações e de partir dos fundamentos econômicos e políticos dos processos antes que do mapa atual de problemas.

As tendências mais recentes da urbanização em Salvador apontam a um aprofundamento da concentração de capital, que aparece na forma de uma proliferação de *shopping centers* e de uma concentração dos supermercados, com poder suficiente para alterar o sistema viário e as rotas de acessibilidade dos cidadãos, junto com a erupção de grandes “torres” em aparente falta de sintonia com o perfil de distribuição de renda da cidade. As novas caras do urbano de alto poder de compra encerra uma contradição dada pela inexistência de um mercado próprio capaz de absorver esses novos produtos. Uns e outros significam uma ruptura de escala frente a lojas comerciais e restaurantes independentes, que esvaziam a capacidade de prestação de serviços dos bairros e geram focos de congestionamento. Grandes áreas de favelização consolidada ilustram o modo principal de formação da cidade, que, certamente, é o dos grupos de baixa renda. A principal paisagem da cidade é de tijolos aparentes: a contrapaisagem da visão turística da cidade. A saturação dos equipamentos de uso coletivo cria uma norma à qual todos estão submetidos, que é a do congestionamento do tráfego. Novos empreendimentos do grande capital em áreas de transporte saturado levam a perspectivas de bloqueio urbano sem solução.

Grande parte do que se tem dito ou feito responde a concepções da década de 1930, essencialmente físicas, que não registraram nenhuma hipótese sobre a estruturação social da cidade. Há uma veneração nos meios técnicos do urbanismo pelos trabalhos do grupo do EUST, que passa

por alto o significado social daquelas intervenções a la Housman, que propunham uma Salvador harmoniosa, mas que não tinham a menor sensibilidade para os processos sociais da urbanização, que se desencadeavam com o declínio do eixo industrial da Calçada e o conseqüente envelhecimento da Cidade Baixa. Resultou, então em um planejamento urbano basicamente físico e defensivo, que não tem argumentos para se opor às tendências de subordinação do interesse público a alguns interesses privados. Houve uma inversão de significado e as políticas urbanas ficaram determinadas por sua mecânica e não por sua funcionalidade. Novas tendências de congestionamento das principais vias de comunicação permitem antever um futuro sombrio, em que uma euforia temporária do capital imobiliário tende a levar a um endividamento insolúvel da classe média e ao bloqueio das novas áreas de expansão da urbanização. Pergunta-se quando se começará a negar autorização para projetos de grandes empresas que atravancam os eixos de comunicação da cidade.

Na ausência de um projeto de valorização social e ambiental as novas investidas do grande capital internacional não encontram argumentos de resistência e passam a ser vistas como proposta de resgate e não como de captura das oportunidades de valorização de pontos esteticamente estratégicos da cidade. Os capitais imobiliários de São Paulo e dos portugueses parecem o 7º regimento de cavalaria ao resgate de uma urbanização de grupos de alta renda.

Será preciso, portanto, pensar em que significa historicamente essa urbanização. Entende-se urbanização como a produção social de cidade, que é um processo que muda de forma ao longo do tempo, segundo o desenvolvimento das forças produtivas e a concentração territorial de força de trabalho. A linha de conflito de interesses se desloca acompanhando as mudanças nas fontes de renda dos grupos urbanos. As condições de reprodução do capital no ambiente urbano dependem desses ingredientes, já que ela consiste em produzir moradia e equipamentos indiretos

que se pagam com a renda dos moradores da cidade. A urbanização da era da produção industrializada difere daquela dos sistemas anteriores de produção, pelo menos em dois aspectos que são fundamentais para nós: a concentração de equipamentos de uso coletivo de modo mais que proporcional ao crescimento demográfico e o uso seletivo desses equipamentos. Aspectos tais como a distribuição de energia e de água, que pertencem a sistemas da esfera estadual de poder, corroboram com esse padrão de desigualdade, tanto em cobertura como em qualidade de serviços. Por exemplo, diferenças da garantia do serviço de água potável entre os bairros de alta renda e os bairros populares, onde a incidência de interrupção do serviço nos últimos é sempre maior que nos primeiros. Algo similar com os serviços de energia, em que as quebras nos bairros de alta renda são reparadas de modo quase imediato, comparado com longas demoras nos bairros populares.

A urbanização gera diferentes tipos e formas de cidades e de relações entre cidades, com efeitos diretos e indiretos nas relações de classe em cada uma delas, com condições também desiguais de mobilidade dos trabalhadores. A unidade técnica das cidades assenta-se sobre pluralidade de modos de sobrevivência e de ideologias que estão em relação direta com o sistema de atividades produtivas. Por isso, cada cidade deve ser analisada e planejada a partir de uma visão em perspectiva de sua história.

Situada em perspectiva histórica, a urbanização é um processo adaptativo, que combina movimentos de concentração de capital com movimentos dissipativos de capital e de renda, que incluem elencos seletos de participantes e exclui números indiscriminados de pessoas que perdem validade como cidadãos. Cada um dos agentes envolvidos procura resultados, gera espaços relativamente mais estáveis e espaços instáveis ou que se tornam mais instáveis. O aumento relativo dos espaços estáveis leva à cristalização do formato da cidade, à redução do planejamento ao papel de remendar problemas instalados².

A urbanização se apresenta como socialmente positiva quando abre oportunidades de renda e de condições de vida para a maioria, e se vê como negativa quando o crescimento da cidade corresponde a uma diminuição de renda e de oportu-

² A visão de planejamento como um processo de remendos controlados – patchwork planning oriunda da chamada Escola de Chicago – parte do princípio de que as modernas cidades industrializadas são mais complexas que as possibilidades lógicas do planejamento, pelo que o fundamental é cometer menos erros, atendo-se a resolver problemas em vez de trabalhar com soluções sistemáticas.

tunidades de renda e de mobilidade social. Aqui, entretanto, ela se afirma através de novas formas de separação de classes, onde as relações básicas entre capital e trabalho estão mascaradas por outras sutis de controle do trabalho. A mobilidade social torna-se, principalmente, a capacidade de retirar-se, de passar a outros lugares onde há suposta melhoria de perspectivas de ascensão.

Na segunda metade do século XX e em interação com processos de poder econômico e político que incorporaram mais elementos de articulações internacionais, revelou-se uma imensa pluralidade da urbanização, que mostrou a impropriedade de ver-se esse processo por comparação com experiências européias e norte-americanas. A complexidade da urbanização resulta dos elementos que ela incorpora e dos que ela nega. Desloca-se entre situações formalmente definidas, como as das relações entre poderes constituídos e as da representação de interesses não reconhecidos, mas atuantes e significativos. Como ou porque negar a influência da especulação de terras na formação dos espaços urbanos? Por extensão, como ignorar a influência dos interesses políticos no desenho de avenidas, parques etc.?

2. Crônica de uma urbanização negativa

A urbanização na Bahia, desde os românticos tempos da escravidão, sempre se fez em função de interesses do grande capital, assim como sempre se chocou com pressões verticais ascendentes, determinadas pelo crescimento da população de pobres. Mas esse processo pôde prosseguir sem maiores atritos, enquanto foi possível ampliar o espaço urbano ocupando novas áreas. A recente introversão do urbanismo reflete a concentração de poder na urbanização e a substituição de um padrão de relacionamentos regionais sobre espaços contíguos – neste caso com a região do Recôncavo – por um outro padrão, construído sobre relações de interesse com focos regionais distantes. O abandono e a subsequente subordinação do Recôncavo a interesses de escala nacional e internacional – como a Petrobrás – representou uma escolha na estruturação do poder político no estado, atribuindo um novo papel – também reduzido – de Salvador na política estadual. O empobrecimento da região do Recôncavo transfor-

mou-a em supridora de migrantes, permanentes e temporários, de baixa renda, contribuindo mais que as outras regiões do estado para a favelização de Salvador. Daí, que a necessidade de um consórcio entre municípios, debatido desde a década de 1960, seja necessário para Salvador tanto como para os demais municípios.

Nesta nova situação o distanciamento nas relações de classe torna-se evidente. Substituiu-se a capacidade da metrópole para atrair por uma personalidade marcada pela rejeição. Maiores números dos integrantes dos grupos de altas rendas passam a residir em condomínios mais distantes ou mais fechados e acentua-se uma polarização no mercado urbano entre os grupos de rendas mais altas e os grupos de rendas médias. A valorização das glebas urbanas acompanha essa tendência, resultando em rápido envelhecimento dos bairros tradicionais.

Nesse contexto, há uma relação entre o urbanismo e a construção civil que tem que ser revista. Recentemente foram divulgadas fotos que comparam o perfil da ilha de Manhattan tal como ela foi antes da urbanização de grande capital e como ela é hoje. Acervos privados importantes de fotografias permitem estabelecer comparações equivalentes para Salvador, mas com uma diferença. Lá, a brutalidade da verticalização criou um perfil de cidade dotado de continuidade e com regras de crescimento. Aqui, os aspectos negativos da urbanização se realizam com uma mixórdia de estilos e de construções de qualidade duvidosa, que finalmente constituem um estilo de urbanismo que apresenta um traço comum entre o amontoamento das construções populares e o arrivismo da nova massificação dos grupos médios e superiores de renda.

Em princípio, a urbanização negativa é aquela que se realiza mediante um agravamento da exploração da força de trabalho, neste caso representado pela destruição de postos de trabalho regular e pela saturação da informalidade. Esta última levou à generalização do aproveitamento do lixo, à prostituição infantil, essencialmente, ao barateamento da vida humana.

Há poucas dúvidas hoje de que Salvador é uma grande cidade submetida a tensões sociais cada vez menos suportáveis, que se manifestam em variados modos de separação e exclusão, em

agressividade diluída em relações desiguais entre classes e em violência aberta. A cidade de Caymmi, onde era prazeroso caminhar e onde predominavam relacionamentos cordiais, foi substituída por uma cidade pautada por uma invasão sistemática da esfera pública pela privada, por um individualismo brutal e por uma neurose exposta. Todos os ingredientes da sociedade urbana do capitalismo tardio periférico estão aqui presentes, com violência surpreendente³, que contamina o cotidiano em seus mais variados aspectos. Um novo dado a ser considerado, distancia o momento atual do período de euforia de industrialização, nas décadas de 70 e 80, que é a crescente distância entre os mais ricos e os grupos de classe média. O esvaziamento econômico da classe média corresponde à ascensão de componentes do chamado grupo C e ao aparecimento de novos ricos, com fortunas dependentes da esfera política. Faltam estudos sobre a dinâmica da estruturação de classes que contemplem a participação de aparelhos de Estado.

O choque atual não é maior, porque a maioria dos moradores da cidade não tem a memória da mudança. Mas está aí, nas restrições aos movimentos dos cidadãos na cidade e na identificação de circuitos de movimentos diferenciados para as diversas classes sociais. A rejeição do passado é parte de estratégias de poder que se realizam através da negação da integridade do outro. Novas formas de racismo passam através de movimentos superficiais de inclusão, que também são seletivos, que descartam o custo social da subalternidade.

Estes mecanismos sociais assentam-se em bases econômicas reconhecidas. A capacidade de gerar postos de trabalho não acompanhou o crescimen-

to da população. Seguiu um caminho inverso ao do crescimento da cidade. A relação tensionada entre o centro e a periferia da cidade se transforma segundo evoluem as fontes de emprego. Historicamente, desde a década de 1950, Salvador tem sido a capital de um estado extenso e pouco urbanizado, que retirou funções da cidade capital e não lhe deu outras. A desvalorização da região do Recôncavo foi substituída por novas funções dessa região, como provedora de matérias primas para a construção civil em Salvador.

A criação de novos municípios acelerou um processo de perda de funcionalidade da cidade capital. As divagações acerca da criação de novos estados desmembrando a Bahia – no sul e no noroeste – parecem não ter prosperado por argumentos incidentais, mas não porque o governo estadual oferecesse uma resistência séria nem se mostrasse representante de um projeto social estadual. Mas, assim como a cidade capital continuou exercendo a atração principal daqueles expulsos pela falta de oportunidades de cidades menores, ficou com a sobrecarga da pressão sobre as atividades da informalidade. Funções dadas pela perda de funcionalidade. Sem um projeto para a Bahia, Salvador se torna um personagem em busca de um autor idôneo.

Grande parte dos novos empregos industriais aparece em Camaçari, Candeias e Madre de Deus, pelo que Salvador tornou-se dormitório para esses casos. O desemprego tecnológico do terciário qualificado e semiquilificado, a exemplo do sistema bancário, contribuíram para consolidar esse panorama de desemprego crônico em que a renda familiar da classe média fica paralisada em patamares insuficientes para atender seus padrões de consumo, sinalizando um endividamento cada vez maior. Uma suposta vocação para prestação de serviços encobre a perda de capacidade produtiva direta. A “indústria” do carnaval é um exemplo corante dessa nova exploração. Alguns grandes lucros subsidiados pelo Estado e uma exploração profunda dos trabalhadores da base desses eventos⁴. Salvador deixou uma função de cidade industrial e não articulou novas funções produtivas.

Nada disso é novo nem deve surpreender! O processo de produção social de cidade que se realiza na Bahia, tem algumas áreas onde se con-

³ Para exemplificar essa violência tomamos algumas cifras de pesquisas do Prof. Carlos Costa Gomes, especialista em análise social da segurança. Comparando com números de 1,5 homicídios por 100.000 habs. para Tóquio e 10 para os EUA, cita uma média de 27 por 100.000 para o Brasil em seu conjunto e 32 por 100.000 habs. para Salvador. A isto soma-se o fato que a violência em Salvador está muito menos documentada que nesses outros centros.

⁴ Algumas pesquisas sobre os trabalhadores não qualificados do carnaval comprovam como esse evento tornou-se um espaço de super-exploração, inexplicável sob qualquer critério de análise social. A necessidade de romper com esse circuito de exploração – além dos chamados circuitos do próprio carnaval – é um imperativo de uma recuperação de dignidade. A revelia dos grandes interesses econômicos hoje envolvidos no carnaval, torna-se evidente que uma recuperação da valorização social do mundo social urbano na Bahia requer uma intervenção radical nesse tema, começando pela negação de recursos públicos e por uma tributação adequada desses empreendimentos.

centram as expectativas de emprego e muitas outras onde não há condições materiais de permanência. As pessoas simplesmente são compelidas a emigrar. Novos dados da diáspora brasileira, iniciada nos anos 80, chegam aqui com a naturalidade de quem sempre soube que nunca houve aqui emprego para todos.

O princípio básico de controle da força de trabalho como meio de sustentar a formação de capital encontra aqui um espaço incontestado, onde os detentores de capital escolhem a quem empregar e onde a incerteza é a principal regra do mercado de trabalho. O movimento de urbanização cria um aparente quebra-cabeça, cuja explicação está na relação entre o controle da força de trabalho e a criação de espaços de monopólio. Há espaços fixos e variantes, assim como há deslocamentos de funções dos espaços urbanizados, refletindo enriquecimento ou empobrecimento dos seus moradores. A incapacidade de manter os equipamentos de uso urbano está profundamente enraizada no sentimento de não pertencimento e no estranhamento de grupos que não têm futuro algum no porvir da cidade. O grande capital continua realizando seus projetos de urbanismo e expelle os pobres de uma localização a outra sem aparente fim. A urbanização aqui não tem nada em comum com a de cidades estáveis⁵.

A instabilidade do capitalismo periférico transfere-se para sua cidade, que se torna uma representante incontestada do conflito social. A sociedade de classes está impregnada dos elementos estamentais da sociedade escravista, mas se afirma mediante um distanciamento entre classes, revestido de diferenças ideológicas e de elementos de identificação. A proliferação de religiões simplificadas e de seitas pentecostais ocupa um lugar no imaginário popular e resulta em captação de renda e em investimentos aparentemente contraditórios com os custos de reprodução social dos grupos de baixa renda. A sociedade periférica de classes se abastece com a dissolução dos mecanismos de solidariedade coletiva, tais como sindicatos, e apela a uma dignificação do indiví-

⁵ Em círculos acadêmicos há uma surpreendente insistência em comparações com cidades antigas com população velha e que crescem pouco, como Barcelona, que nada têm em comum com a experiência de cidades instáveis de crescimento rápido como Salvador, atravancadas de jovens que, curiosamente, desejam trabalhar.

duo ignorado, que se reintegra como cidadão, levado por esse pastoreio espúreo.

3. O fundamento econômico do processo desigual

Para compreender a situação atual de Salvador será preciso rever as guinadas da urbanização desta cidade ao longo do tempo, para desenterrar os fios condutores das inter-relações entre esses fenômenos de criatividade na reprodução da pobreza e de expansão incontrolada de construções de "alto padrão" que aparentemente constituem uma grande bolha em formação. O fundamento financeiro do mercado urbano apóia-se em uma renda cujo poder de compra vem sendo erodido pela substituição das rendas regulares por rendas incertas, emprego por informalidade.

É um processo que se acentua com a emigração de empresas e com o enxugamento das rendas do setor público, mas que é inerente ao estilo de concentração de renda da cidade. Desde o início da industrialização, isto é, desde 1870, a expansão de Salvador, em extensão e em intensidade, tem sido impulsionada por dois principais fatores, que são os interesses do grande capital e as estratégias de sobrevivência dos grupos de rendas baixas e incertas. Os dois criam diferentes tipos de espaços urbanos e geram diferentes modos de uso de equipamentos, com graus de socialização também variados. É a cidade dividida, advertida por Milton Santos. A cidade compreende áreas exclusivas de grupos identificados com o grande capital, áreas claramente absorvidas pelos grupos de não incluídos e áreas de interpenetração, onde se realizam as manobras de poder dos grupos de rendas médias e onde o poder público mostra equipamentos e serviços variavelmente abertos à sociabilidade.

4. Para esperar pela volta da arca de Noé

A primeira referência mítica da cidade de Salvador foi a volta da pomba à arca de Noé. Desde então começa o problema social do fundamento físico do processo urbano. Onde estava a terra firme? A cidade cresceu mediante aterros, drenagens e fechamento de rios, modificando o clima, impermeabilizando o solo, criando novas

zonas de risco latente. A base física se altera criando novas ordens de riscos. Há riscos físicos e sociais, porque a distribuição social dos riscos foi sempre um mecanismo essencial do poder. A absorção de riscos físicos se resolve de diferentes modos entre ricos e pobres, mas converge em criar alguns padrões gerais de riscos que se transferem aos sistemas de infra-estrutura, e, por meio deles, são socializados pela cidade em seu conjunto. A terra firme é a disponibilidade de terras aptas para usos urbanos, que se modifica, continuamente, pela ação concomitante dos diversos grupos de renda. A questão social em torno da base física da urbanização surge das contradições da acumulação urbana de capital, que se realiza em função de certos patamares de organização do capital social, basicamente representados pela composição de transportes, saneamento, saúde pública e segurança. É possível reconhecer diferentes faixas de concentração de capital social básico, que correspondem a bairros populares, a bairros de classe média e a núcleos de rendas altas, que desembocam em capitalização dos imóveis e em valorização dos espaços dos bairros. A especulação imobiliária se realiza sobre parâmetros da relação entre a esfera pública e a privada, com diferentes graus de tolerância de densidade demográfica e de convivência entre grupos de renda. O processo de formação da escassez de espaço é acionado pelos deslocamentos de interesses dos grupos capazes de acumular, que procuram faixas superiores de concentração de capital social. Os umbrais de estruturação de capital social funcionam como limites dos horizontes de capitalização dos diversos bairros da cidade, pelo que se definem frente a padrões tecnológicos que podem ser relativamente estáveis ou serem provisórios, segundo ocorrem novas rupturas tecnológicas e novos desafios da separação de classes.

Historicamente, esse processo foi alterado pela entrada em cena de alguns investimentos públicos de grande porte, como aqueles destinados a transformar patrimônio em capital turístico, que, mesmo quando apontando a objetivos em descompasso com a realidade urbana, terminam por desempenhar novas funções nesta modernização desigual. Mas o fundamento desta urbanização continua sendo a combinação do controle da força de trabalho e da valorização do solo, em que a criação de novos espaços torna-se um meio de expandir as vantagens já incorporadas

no sistema atual. Reconhecer o espaço como um meio de produção é um passo na direção de construir uma política urbana adequada para lidar com esta urbanização auto destrutiva.

Referências

- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México. Era, 1977.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HARDT, M.; NEGRI, A.. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Celia (org.). **Os sentidos da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PEDRÃO, Fernando. **A economia urbana**. Ilhéus: Editus, 2002.
- PEDRÃO, Fernando. **Elementos econômicos de uma urbanização contraditória**. Salvador, Revista de Desenvolvimento Econômico, julho, 2005.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.
- SILVA, Leonardo Mello e. **Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe**. em A era da indeterminação, F. Oliveira e C. Rezek (orgs.) São Paulo: Boitempo, 2007.

Geografia Religiosa Afro-baiana no Século XIX¹

Jocélio Teles dos Santos²

Resumo

O artigo analisa os terreiros de candomblé no espaço urbano da cidade do Salvador, Bahia, no século XIX. O objetivo é demonstrar como os espaços afro-religiosos estavam distribuídos na cidade assim como o seu crescimento na segunda metade do século XIX.

Palavra-chave: Religião Afro-brasileira. Século XIX. Espaço Urbano Bahia.



Abstract

The article examines the afro-bahian religion (candomblés) at the city of Salvador, capital of the state of Bahia. The goal is to show how the spaces of candomblé were distributed in this city as well as its increasing during the second half in XIX century.

Key words: Afro-brazilian religions. XIX century. Bahia urban space.

¹ Uma outra versão deste artigo foi publicada em Estudos Afro-Ásiáticos, 1/2/3, ano 27.

² Professor do Departamento de Antropologia (UFBA). Mestrado em Ciência Social e Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

O cronista J. da Silva Campos dizia: "os candomblés derramavam-se por toda a cidade e pelos subúrbios" (CAMPOS, 1946, p.299). Essa informação da segunda metade do século XIX serve de referência para a espacialização das práticas religiosas afro-baianas na cidade do Salvador.

O florescimento dos candomblés soteropolitanos era tão visível que a imprensa chamava a atenção das autoridades policiais tanto para o número de pessoas ali presentes, quanto para a sua extensão territorial. Se pensarmos os candomblés ocupando grandes terrenos urbanos, a expressão "imensos terreiros" (O Alabama, 1864) é significativa do ponto de vista da participação quanto da sua delimitação.

O termo "terreiro" é mais um exemplo da disseminação de palavras consideradas vulgares no discurso dominante, pois fornece indicativos das concepções oficiais sobre o lugar das religiões afro-baianas. Originalmente, o termo possuía o sentido de um espaço plano de terra despejado, largo, praça dentro da povoação. Também significava os lugares em que os pastores estavam a cantar e a bailar. Por isso, dizia-se o cantar e o bailar de terreiro, com todas as pessoas ao mesmo tempo (MORAES, 1823/1858).

O registro de batuques nos "terreiros da cidade", nos finais do século XVIII (VILHENA, 1969, p.134), demonstra a gestação do que viria a ser compreendido nos séculos seguintes: o termo terreiro será usado como sinônimo de "casa de candomblé", (O Alabama, 1864), "terreiro" visto não mais como espaço de terra aberto, onde ocorriam batuques, mas um espaço fechado, por isso, casa, no sentido da realização de práticas rituais; privado, porém público, já que aberto à participação de qualquer pessoa nas festas aos deuses africanos.

A identificação com o espaço urbano distinguia o terreiro de um outro termo que, ao longo das décadas, terá um significado semelhante. É a roça, concebida como o que está fora do povoado, no mato, e que também indicava ir para fora da cidade (MORAES, 1823/1858). Por mais

que tanto um termo quanto o outro fosse utilizado como sinônimo para identificar o lugar onde ocorriam as práticas religiosas dos africanos e seus descendentes, haviam diferenças que podem ser compreendidas na distribuição dos candomblés na geografia da cidade do Salvador.

Os candomblés existiam longe do centro da cidade. Situavam-se em lugares distantes, no meio do mato, em roças (O Alabama, 1867). Com o crescimento da cidade e o aumento do número de candomblés, muitos terreiros identificados como roças passaram a se situar nos arredores da cidade, em lugares mais próximos do centro. Outros poderiam ser visualizados em áreas contíguas aos bairros da cidade.

A existência de "roças de candomblé" longe do centro constituía um "problema menor" para as elites baianas. Os terreiros distantes das residências senhoriais não provocavam os seus olhos e ouvidos. O raciocínio era o seguinte: se não é possível exterminar os candomblés que fossem deslocados para áreas longe do centro da cidade. Essa foi a decisão do presidente da Província, em 1875, ao designar o largo do Barbalho para práticas da religiosidade afro-baiana (CAMPOS, 1946, p.299).

Por isso, a criação de posturas proibindo os candomblés dentro da cidade (O Alabama, 1867), e o pensamento de que os terreiros deveriam ser afastados, ou até mesmo ter áreas delimitadas, distantes, como pode ser visto na nota publicada no jornal "O Alabama", em vinte e sete de fevereiro de 1864:

Ao mesmo, ordenando-lhe que vá à ladeira do Alvo casa nº 27 onde mora o africano Hygino, e faça-o mudar-se para algum lugar no subúrbio, (grifo nosso) visto não poder morar aquele africano dentro da cidade pelo incômodo que causa aos vizinhos à noite pelo barulho infernal que faz com festejos de Santos.

Solução semelhante à do presidente da província havia sido tomada sessenta anos antes dessa resolução. Em maio de 1814, o Conde dos Arcos, através de um ofício, comunicava ao Príncipe Regente a proibição dos batuques nas ruas e largos da cidade, mas não impedia que os escravos se juntassem nos largos da Graça e do Barbalho e dançassem "até o toque da Ave Maria". (MOURA, 1981, p.281)¹

A atitude governamental em transferir as práticas religiosas afro-baianas para longe da ci-

dade implicava em ver que o apelo aos candomblés, por parte da população escrava e liberta, poderia significar a alternativa que solucionaria seus problemas de natureza espiritual e, portanto, a forma de tranquilizar a ordem moral ou pública. Foi esse o caso de Belmira, cor cabra, moradora da Rua do Saboeiro, que por estar incorporando alguma entidade religiosa em plena procissão católica dos Fogaréus, era recomendada a ser conduzida, por algum "tirador mor de diabos, rei dos feiticeiros", para tratamento em uma roça. Lá ela deveria ficar até "estar completamente boa, não consentindo "que venha à cidade, sem estar completamente boa" (grifo nosso), visto que no estado em que se acha não pode presenciar ato algum religioso, sem tornar-se furiosa como aconteceu por ocasião de passar a procissão dos Fogaréus" (O Alabama, 1864).

As "roças de candomblé" eram tão distantes e afastadas do centro que os policiais ao partirem para a repressão chegavam a realizar longas jornadas. Montados em cavalos e/ou mulas eles saíam com o objetivo de acabar com as festas dos candomblés. A invasão da "roça de candomblé" do africano Paulo Vieira por mais de quinze policiais é um exemplo da distância em que se encontrava aquele terreiro. Os policiais que tinham saído às nove horas da noite para invadi-lo no "lugar denominado Campo secco", segundo distrito da Freguesia de Santo Antônio, conseguiram chegar ao local à meia noite (APEBa, 1863/1865). Três horas haviam sido gastas no percurso do centro da cidade até o local da repressão.

É interessante observar que no discurso oficial as "roças de candomblé" obedeciam a uma espécie de padrão arquitetônico semelhante ao encontrado nos quilombos. É o que podemos deduzir através de uma foto, na década de 90, de palhoças de pobres no Morro do Ipiranga ou em uma gravura do viajante Rugendas (FERREZ, 1858/1900). Eram habitações simples, feitas de palha, e possivelmente, taipa e, por isso, consideradas pela imprensa como casebres. Um exemplo era um candomblé situado na Estrada das Barreiras (O Alabama, 1864). A semelhança desses candomblés com os quilombos também deve ser compreendida por eles estarem situados "dentro do mato" e terem servido, muitas vezes, como esconderijo de negros fugidos do domínio senhorial. Foi esse o caso do candomblé do afri-

cano Paulo Vieira que abrigava no seu interior os escravos Manoel e Malaquias, pertencentes, respectivamente, a João Gualberto Fagundes de Britto e Pedro Xavier. Vindos do "arraial do sobrado" localizado em Inhambupe, interior baiano, eles se encontravam já algum tempo no terreiro, e fugidos "há dois meses mais ou menos" (APEBa, 1863/1865).

Candomblés como refúgio de escravos já havia sido observado pela imprensa nos anos que antecederam a emancipação dos escravos. A partir de uma matéria publicada no "Jornal de Notícias", em junho de 1885, o delegado A. O. Cardozo Guimarães emitia um comunicado policial ao segundo distrito da Freguesia de Santo Antônio, sobre o candomblé da mãe-de-santo Rufina, situado na "estrada d'Areia", visto que escravos fugitivos eram ali acolhidos.

Um outro aspecto que aproximava as "roças de candomblé" com os quilombos pode ser visto na distância que as casas tinham uma da outra. Em Palmares, por exemplo, as habitações não formavam ruas, encontravam-se distantes e separadas por terrenos cultivados, cortados por diversos regatos (RODRIGUES, 1977, p.76).

A visualização espacial das roças tinha outros significados. As habitações eram mais que construções físicas. Elas possuíam todo um conteúdo simbólico que se manifestava na própria elaboração arquitetônica. As notícias que nos chegam dos candomblés oitocentistas revelam uma criação e distribuição de espaços que estão intrinsecamente relacionados com a execução de rituais públicos ou privados. Um exemplo era um candomblé denunciado em maio de 1869, e situado na Cruz do Cosme que, longe da estrada, tinha uma "extensa palhoça" com uma grande concentração de pessoas (O Alabama, 1869). Ali deve ter sido instalado o "barracão", um espaço retangular, coberto de telhas ou palha e com paredes de taipa, onde se realizavam as festas públicas.

Informações mais detalhadas sobre o barracão no século XIX podem ser vistas na descrição que Nina Rodrigues faz do terreiro do Gantois na última década do século: "no Gantois, o terreiro funciona num barracão, coberto de telha, e de paredes de taipa, que fica no centro de uma clareira ou roçado, sombreado de algumas árvores frondosas. Toda a metade anterior da casa

¹ Moura, Clóvis. Rebeliões na Senzala. SP, Liv. Edit. Ciências Humanas, 1981:281. O mesmo conde dos Arcos ainda permitiria, em 1816, reuniões escravas no mesmo local (v. também João J. Reis, Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista. SP, Cia das Letras 1989:39).

constitui uma grande sala de dança, sem outro soalho que não seja o solo nu e batido; toda a parte posterior, dividida ao meio por um corredor, se subdivide em pequenos aposentos ou quartinhos em que os hábitos do negro logo se revelam" (RODRIGUES, 1977, p.64).

Se a *roça de candomblé* representava o espaço simbólico de referência para as religiões afro-baianas de que modo elas eram constituídas? Três formas servem de explicação para a fundação de um terreiro longe da cidade. A primeira corresponde a uma ocupação pelos africanos e seus descendentes de espaços ainda não explorados, mesmo que em propriedades de senhores escravistas. A ida de Nina Rodrigues a uma *roça de candomblé* situada em um engenho é exemplar: "a procura de lugares ermos e de acesso difícil não parece obra de mero acaso. Tive ocasião de visitar com amigos um candomblé no alto de um outeiro e em um recanto onde foi impraticável o acesso a cavalo, e ainda difícil com botas de montaria como estávamos. Em baixo, no vale onde ficava o engenho, chegava mal e abafado o som do batucagé, mas quando saímos à meia noite com esplendido luar e galgamos os outeiros vizinhos, forte e vibrante nos chegava o som que por longo tempo ouvíamos ainda como se vizinho fosse" (RODRIGUES, 1977, p.64).

A segunda forma é que muitas vezes, os candomblés existiam em terrenos sob a forma de "doação" ou mesmo compra. Nessa direção a *roça de uma mãe-de-santo* chamada Belmira, em 1865, é significativa como podemos inferir na nota abaixo:

Ao Ilm. Sr.Dr.chefe de polícia, participando-lhe que segundo nos informam, uma certa parda de nome Belmira, moradora á Fonte do Desterro e que possui uma roça na fazenda Santa Cruz, freguesia de Brotas, (grifo nosso) dá ventura, tira ventura, bota diabos, tira diabos, cura, mata, tem santo na cabeça, embriaga-se diariamente, faz casamentos, descasa, descompõe uma sobrinha, insulta os visinhos, canta, ri, chora, dança, toca, samba, tudo mediante dinheiro que lhe dão os tolos. O que, a ser verdade, não é possível que continue com tão manifesto dano da religião e da moral pública (O Alabama, 1865).

A terceira era um possível aluguel ou arrendamento da área utilizada, já observada por Nina Rodrigues, no final do século, como um sítio, chácara ou *roça* (RODRIGUES, 1935, p.62). Um indício dessa terceira modalidade de instalação de uma "roça de candomblé" é exemplificado tam-

bém em duas denúncias: uma, em setembro de 1864, de que havia no beco do Acú, região de Brotas, na "roça de uma Sra. Marocas", um candomblé liderado pelo africano Domingos (O Alabama, 1864); a segunda denúncia foi feita através de um ofício do jornal "O Alabama", em setembro de 1868, para o subdelegado da freguesia de São Pedro com o objetivo de acabar com um candomblé "nos fundos da roça da viúva Serva, ao beco dos Barris" (O Alabama, 1868).

Um outro fato serve para corroborar a argumentação de que havia algo "contratual", no estilo arrendamento, entre os líderes de terreiros e os proprietários dos terrenos, onde estavam instalados os candomblés. Vários eram os líderes dos candomblés que moravam no centro da cidade, tinham uma profissão definida, mas exerciam suas funções religiosas em *roças* afastadas do centro.

Ao exemplo da mãe-de-santo Belmira, moradora na Fonte Nova do Desterro, e que possuía uma "roça de candomblé" na fazenda Santa Cruz, freguesia de Brotas, acrescenta-se o barbeiro José Moraes que morava na rua do Cabeça, em maio de 1867, e liderava o *Bogum*, o terreiro jêje mais conhecido de Salvador, e um dos mais perseguidos pela imprensa soteropolitana (O Alabama, 1867). Esse também era o caso do terreiro Gantois, que Nina Rodrigues chamava a atenção, no final do século, como um exemplo de terreiro que não era a "residência do padre fetichista, que neste caso tem o domicílio dentro da cidade". O Gantois que tem o nome de origem relacionado ao antigo proprietário da chácara, um francês, situava-se "no alto de uma colina muito a prumo", e o acesso "a partir da linha de bondes que passa no vale, dava-se por uma vereda sinuosa e íngreme, protegida em certa altura de degraus talhados no solo" (RODRIGUES, 1935, p.63).

Morar no centro da cidade e realizar as práticas religiosas nos seus arredores ou nos subúrbios, foi uma estratégia utilizada pelo povo-de-santo para manter viva as suas tradições religiosas. Estabelecer "roças de candomblé" nas zonas periféricas significava ficar longe da perseguição policial, o que não queria dizer livre da sua repressão. Esse deslocamento que permanecerá até o século vinte constituía-se, desde o século dezenove, uma alternativa para a realização dos diversos rituais. Não somente pela distância da

intransigência policial, mas também pelas condições ambientais mais propícias aos cultos, ritos de iniciação e festas litúrgicas.

A escolha das zonas periféricas para a implantação das "roças de candomblé" também deve ser notada, como observa Iris da S.S.Nascimento ao discutir a estruturação dos terreiros no espaço urbano soteropolitano, "dentro de um contexto de redimensionamento e redistribuição do solo que se processava com a evolução física da cidade" (NASCIMENTO, 1989, p.36). O processo de ocupação física de Salvador operava-se a partir das cumeadas sendo as encostas e vales as áreas preferenciais pela população de baixa renda. Áreas distantes do centro, desvalorizadas do ponto de vista da infra-estrutura urbana, mas tornadas acessíveis em razão da abertura de estradas e implantação de transportes foram ocupadas por grupos afro-baianos no intuito de estabelecer ali espaços ideais para a implantação dos seus territórios sagrados (NASCIMENTO, 1939, p.36). Nessas áreas ocorria uma transformação simbólica. Os "territórios segregados" (SODRÉ, 1988, p.37) viriam a ter/ser territórios sagrados.

Por mais que as "roças" fossem os espaços ideais para os candomblés existirem, a cidade era, a princípio, o núcleo de propagação da religiosidade afro-baiana. No meio urbano a crença nos mitos e ritos afro-baianos estava a se solidificar. Em cada rua e esquina soteropolitana o sagrado de origem africana encontrava uma espécie de nicho que se irradiava no cotidiano.

A expansão dos terreiros ocorreu por toda a cidade ao longo do século XIX. Entretanto, é de se notar que havia diferenças entre os terreiros localizados nas zonas periféricas da cidade e os situados no meio mais urbano.⁴ Enquanto os distantes possuíam mais espaços e ambiente ecológico para realização de rituais públicos e privados, estes estavam limitados a pequenas casas, quartos, lojas ou mesmo sobrados no centro da cidade.

Os candomblés localizados em pequenos espaços obedeciam à lógica da moradia de libertos.

Eram realizados em residências já adquiridas ou em espaços alugados. O que já foi observado em relação às "roças de candomblé" pode ser aplicado aos candomblés em casas, lojas e sobrados. Havia proprietários que cobravam um valor para a realização de rituais em suas casas. A casa do sapateiro Martinho, situada à ladeira do Carmo, é um exemplo. Ele cedia a sua residência, "para exercício de feitiçarias e candomblés (...) mediante uma paga" (O Alabama, 1864).

Ainda na década de sessenta encontramos notícias de outros candomblés nessa mesma situação. Em 1868, o africano Manuel Paulo, morador nos Currais Velhos, freguesia de Santo Antônio, exercia suas funções de "curandeiro", na Rua Torta dos Sanhaços, em casa pertencente a um ferreiro chamado José. O espaço da casa onde Manuel Paulo atendia a clientela estava situado "por baixo da casa", possivelmente, no seu subsolo (O Alabama, 1868).

Mais de vinte anos antes dessas denúncias, encontramos notícias de práticas religiosas em casas do centro de Salvador. Em trinta de novembro de 1847, o subdelegado da Sé Francisco Manoel, respondendo ao ofício do Chefe de Polícia João Joaquim da Silva sobre informações de reunião de africanos no Beco do Ferrão, dizia que "soube de hum antigo morador desse lugar, que tais reuniões nunca vira". No entanto, dois africanos moravam em um sótão com suas "amásias, sendo um escultor e o outro sapateiro". Segundo o subdelegado, o informante da polícia afirmava ser o sapateiro constantemente procurado por africanos, crioulos, pardos e "até brancos de ambos os sexos". Isto fez com que "lhe parecesse ser a título de curandeiro de feitiçarias, ou como pessoa eminente em dar venturas, visto que não observara ainda reuniões, nem indícios alguns que induzam a outras suspeitas, prometendo avisar-me do que mais observasse" (APEBa, 1863/1865). Mas, não estaria o informante da polícia escondendo dados mais precisos? Afinal, ele já havia observado um entra-e-sai de pessoas das mais diversas condições sociais.

Assim como o sótão do sapateiro lhe servia, ao mesmo tempo, de moradia e de espaço para práticas da religiosidade afro-baiana, várias eram as casas que preenchiam essa dupla função. Uma delas foi a do crioulo Francisco Antônio

⁴ Ver o artigo de Parés, Luiz N. e Castillo, Lisa Earl, "Marcelina da Silva e se mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé ketu", Afro-Ásia 36(2007), e a indicação de vários candomblés no centro da cidade.

Rodrigues, preso, em sete de julho de 1855, porque “com embustes, e superstições reúne em sua casa [sub-delegacia de Sto. Amaro do Sacramento] africanos escravos para danças, batuques, com ofensa à moral publica” (APEBa, 1863/1865).

O exemplo mais notável no centro da cidade foi o candomblé do africano Domingos Sodré. Liberto desde 1836, o ex-combatente da Independência, que em razão da sua legitimidade como pai de santo foi bastante perseguido pela repressão policial nos anos sessenta, tinha o seu terreiro localizado em um sobrado, de sua propriedade, na ladeira de Santa Tereza, n.7.

O seu espaço sagrado possuía uma distribuição significativa. Em uma sala havia diversos “retratos” de santos católicos além de um oratório. Pode-se visualizar ali uma espécie de referência máxima ao paralelismo religioso com o catolicismo ou, quem sabe, uma espécie de disfarce para as práticas de origem africana. Entretanto, era nos quartos que se encontrava todo o complexo simbólico que constituía o seu candomblé. Além de inúmeros objetos simbólicos que identificavam as insígnias dos deuses africanos, “quer de metal, quer de madeira em porção extraordinária”, existiam roupas que a polícia identificou como masculina e feminina “em grande copia” (APEBa, 1861/1862); possivelmente, as roupas usadas por aqueles que para lá haviam ido passar algum período mais longo para iniciação, ou mesmo sido as vestimentas dos orixás usadas em festas públicas.

A existência de casas dos libertos, geralmente térreas e com porta e janela, já havia sido observada por Maria Inês de Oliveira. Elas eram feitas de palha, “bofetão”, taipa, pedra e cal, “quase sempre em terreiros foreiros a conventos, igrejas ou grandes proprietários urbanos” (OLIVEIRA, 1988, p.37). Uma parte dessas casas era frequentemente alugada a escravos que não conseguiam viver nas lojas. As lojas para moradia eram geralmente espaços aproveitados na parte térrea dos sobrados que tinham um uso comercial (COSTA, 1989, p.201). Elas podem ser vistas como verdadeiras “senzalas urbanas.” Enquanto a família do senhor morava no primeiro e/ou segundo andar das velhas casas coloniais, os escravos viviam embaixo, nas lojas, num espaço muitas vezes apinhado de gente. Ali havia pouca ventilação, nenhuma separação em quartos e, portanto,

privacidade. Eram formadas por uma só grande sala, a que se chamava apropriadamente “armazém”: armazenavam-se pessoas.

No entanto, havia lojas alugadas a escravos que, muitas vezes, moravam sozinhos. E eram ali onde aconteciam os candomblés com o consentimento dos seus proprietários. Na freguesia da Sé, o inspetor de polícia, Agnêdo Feliciano Castilho, denunciava ao subdelegado Joaquim Antônio Moutinho, em outubro de 1855, a existência de reuniões para práticas, ditas bárbaras, em uma das lojas de um prédio pertencente à Ignácio Alberto d'Andrade e Oliveira. As práticas religiosas afro-baianas pareciam ter sido constituídas já algum tempo, pois a denúncia falava nas reuniões “em grande escala” (APEBa, 1854-1858). Essa freguesia era o centro administrativo e da vida social da cidade, e certamente constituía uma área significativa na existência dos candomblés. Segundo o censo de 1855, ali se situava a maioria das lojas da cidade ocupadas por pessoas pertencentes aos estratos inferiores da população.

A ocupação de lojas para a realização de práticas mágico-religiosas atravessa a segunda metade do século. No Maciel de Baixo havia, “numa das lojas do sobrado do sr. Paranhos” (O Alabama, 1864), o candomblé de um africano chamado Jebu. O periódico *O Alabama*, em quinze de novembro de 1864, informava que esse pai-de-santo “inculca-se por grande mestre de deitar e tirar diabos, dar ventura, curar de feitiço etc.” (O ALABAMA, 1864).

Quase dois anos depois há uma outra informação de que na Lapa, em uma loja do sobrado em que morava “o sr. G.Sanches”, havia “uma preta que se inculca de dar ventura e curandeira de feitiço, meios que usa para extorquir dinheiro dos crédulos que lá vão” (O Alabama, 1866).

Através dessas denúncias percebe-se que era pública a existência de lojas, ou casas, para um atendimento de natureza espiritual. Afinal, se indivíduos apresentavam-se aos olhos policiais como alguém que podia dar ventura, e curar num determinado espaço, era porque propagavam as suas qualidades espirituais, em uma cidade cujos habitantes estavam a requerer soluções para seus mais diversos problemas. Enfim, líderes espirituais sendo reconhecidos pela população usavam o recurso de “anunciar” os seus dotes profissionais

para uma possível clientela. Estávamos diante, portanto, de uma publicização das práticas religiosas afro-baianas. Reconhecer-se como um curandeiro implicava em veicular uma informação com vistas, talvez, a uma possível integração social das práticas consideradas fetichistas.

A “publicização” implicava, obviamente, em uma provável denúncia, como se observa em matérias de jornais como a publicada em *O Monitor*, em nove de agosto de 1876:

Candomblé - Comunicam-nos que no domingo 6 do corrente foram os moradores da rua do Bom-gosto da Calçada do Bonfim incomodados por terrível algazarra produzida por um numeroso batuque de pretos africanos em uma casa térrea da mesma rua.

Estas reuniões são proibidas pela polícia, e para o fato referido chamamos a atenção das autoridades competentes.

Além das lojas e casas, também os quartos serviam de alternativa para a realização de práticas sagradas. Foi essa a solução encontrada por um africano, “morador na segunda casa térrea à esquerda de quem desce a ladeira de S.Miguel, depois do sobrado do recanto”. Em um quarto da casa ele constituiu o seu espaço sagrado: “tem em um quarto preparado em forma de templo imagens idólatras, de diversas espécies, as quais vão fieis cristãos render culto, crédulos de que por mercê delas alcançarão mudar o poder do destino e da sorte e até conseguirão impossíveis”.

No ano da denúncia, 1870, ele possuía um verdadeiro santuário semelhante aos daqueles candomblés que, por estarem localizados em pequenos espaços, concentravam em um único lugar todas as suas representações simbólicas, como imagens e objetos. No pequeno quarto existia o *peji*, um altar onde estavam localizados os símbolos dos deuses africanos; ali, por certo, o pai-de-santo, infelizmente não sabemos o seu nome, havia feito o assentamento dos orixás e realizava consultas. Uma das entidades mais requisitadas era Exu: “dizem que há até a figura do diabo (Lebal) vestido de capona, o qual é um dos mais milagrosos” (O Alabama, 1870). Um verdadeiro candomblé com toda a sua riqueza simbólica construído em um pequeno quarto!

Essa alternativa também foi encontrada na década de cinquenta por uma negra na Rua do Ferraro. Em abril de 1854, o subdelegado do dis-

trito de Santana, a partir da denúncia do pardo Manoel da Conceição, morador a rua Fonte das Pedras, invadira a casa de uma africana. O motivo foi uma suposta reunião de africanos que teria acontecido à noite. Pelo que foi visto no quarto da africana, tratava-se de um espaço que servia de dormitório e de devoção. Vejamos a narração do policial: “feito o varejo apenas encontrou-se um homem branco, em um dos quartos, doente, e uma senhora que disse ser sua mulher; e no quarto da preta (mulher já idosa) uma figura enfeitada de penas, salpicada de sangue, e ao redor alguma comida”. Foi o suficiente para o subdelegado crer que houve um ajuntamento. O que significa ter havido algum ritual. Não se nota no ofício uma repressão “violenta” apenas uma “admoestação” para que não se continuasse com reuniões, sob pena de haver prisões (APEBa, 1854).

Mais de quarenta anos depois dessa denúncia encontramos maiores detalhes sobre a existência de quartos que também eram utilizados como santuários. Diz Nina Rodrigues: “em casa de Livaldina, outra mãe de terreiro, o *Peji* é o seu quarto de dormir, pois, - me explicou, - já está muito velha e não tem marido ou amante. A vida conjugal seria inadmissível naquele recinto. Na parte anterior do aposento, está o leito de Livaldina. A parte posterior, subdividida por uma meia parede, tem à esquerda o guarda-roupa que nos dias ordinários está guardada em malas ou baús, mas esta seção tem ainda honras de despensa. À direita está o oratório, no fundo e em baixo o altar com os fetiches, em cima, á guisa de dossel, um pedaço quadrado de pano branco, suspenso por cordéis atados aos quatro ângulos” (RODRIGUES, 1935, p.67). Dois outros quartos, nesse mesmo período, são exemplos desses pequenos terreiros instalados em verdadeiros cubículos: “no *peji* de Thecla, que vive amasiada, não há cama. É ainda um quarto sem janelas, com o altar, as caixas e malas do guarda-roupa. No de Garcia, há, além do altar, dois cabides para colocar as vestimentas nos dias de festas, dois potes, quartinhas, etc., a mesa de adivinhação onde a mãe do terreiro lança os dados. Sobre esta mesa está um pequeno nicho com duas imagens de S.Cosme e S.Damião, e em torno muitos fetiches. Na gaveta da mesa existe um sem número de fetiches, preparados ou curados pela mãe de terreiro” (RODRIGUES, 1935, p.68).

Trinta e dois anos antes das informações de Nina Rodrigues, em 1864, um outro candomblé havia sido instalado em uma casa na Rua do Colégio. O local utilizado parece ter sido pensado como uma estratégia dos participantes para não chamar a atenção da repressão policial. Ele estava situado no subsolo da casa. Ali ocorria rituais e encontravam-se representações de entidades africanas como “bonecos, quartinhas...em uma bacia etc.” (O Alabama, 1864).

Uma outra casa, situada na Rua do Bengala, n.37, é mais um exemplo da utilização de áreas urbanas pelos afro-baianos. O espaço era bastante amplo, posto que constituído de dois andares: “o pavimento superior desse casebre é destinado a toda casta de libidinagem e depravação, e o inferior é consagrado a atos supersticiosos e ao culto de bruxarias”. A líder religiosa, a africana Odília, além de realizar rituais em sua casa, também abrigava, como já notamos em relação às “roças de candomblé”, escravos fugitivos. Curiosamente, este terreiro interpretado pela imprensa como um prostíbulo, um “alcouce”, “um perfeito lupanar de vícios e até de crimes”, possuía uma proteção deveras singular: dois cachorros considerado “endiabrados” (O Alabama, 1867). Ora, não é de se estranhar que os cães, sendo ferozes e protegendo a casa, fossem assim chamados, já que era comum associar-se a presença do diabo aos cultos afro-baianos.

Todos esses espaços alternativos estavam localizados em áreas residenciais ou comerciais. No entanto, muitos não podem ser considerados terreiros de candomblés, no *stricto sensu*, devido à própria limitação espacial em que se encontravam. Nesse sentido, podem ser classificados de “proto-terreiros”. Eles serviam de referência inicial para a fundação de terreiros distantes do centro da cidade. Havia indivíduos que estando inseridos em algum candomblé e morando na cidade realizavam rituais que necessariamente não precisariam ser feitos numa “roça de candomblé”.

O líder religioso, inicialmente realizando rituais em espaços pequenos, e posteriormente, com o reconhecimento dos seus trabalhos, seja por parte da sua clientela ou dos adeptos, viria a ter condições materiais para transferir o seu complexo simbólico para uma área periférica da cidade. Nesse deslocamento, deve ser levado em conta

o baixíssimo poder aquisitivo das lideranças em comprar terrenos em áreas mais próximas ao centro (BRAGA, 1995, p.31).

Uma informação sobre a distinção espacial na religiosidade afro-baiana pode ser vista na informação de Nina Rodrigues. Havia espaços religiosos situados nos arredores da cidade, os “templos especiais (terreiros)”, pois ali se realizavam as festas litúrgicas anuais, e os espaços sagrados em casas particulares - “pequenos oratórios ou capelas” - para a realização de “festas ordinárias e as orações de durante o ano” (RODRIGUES, 1935, p.61). De todo o modo, o termo terreiro era aplicado ao sítio, lugar, a casa onde residia o seu líder e se realizavam rituais de caráter religioso, indicando, assim, a “jurisdição” do pai ou da mãe de santo (RODRIGUES, 1935, p.69).

Se as pessoas procuravam os líderes dos candomblés para resolverem os seus problemas de natureza sentimental, material ou espiritual, não era necessária a ida a uma roça de candomblé, cuja distância era considerável, já que existiam indivíduos que em plena cidade jogavam búzios, faziam *ebós* e *mandigas*.

Os “proto-terreiros” também podem ser compreendidos como uma extensão na cidade dos terreiros já constituídos. Vários líderes moravam em ruas próximas ao centro. Assim, estavam a realizar rituais e consultas no âmbito da cidade. E em locais que eram uma afronta aos olhos da imprensa e da polícia. Esse foi o caso de um candomblé localizado, segundo o subdelegado de Santana, por “detrás do muro das Freiras” (APEBa, 1854). Tratava-se de um terreiro vizinho ao convento do Desterro. A sua denúncia revela alguns dados curiosos. Primeiro, pela sua localização bastante insólita. A regularidade de rituais de origem africana numa área vizinha a um convento indicava um ultraje ao catolicismo.

O denunciante foi Manoel da Conceição, cor parda, morador à Fonte das Pedras, rua próxima ao candomblé. De acordo com o subdelegado a casa possuía um quintal, “para o lado da Rua do Ferraro”. Quando da invasão havia em um quarto “um homem branco, em dois quartos, doente com sua mulher”. No outro quarto se encontrava o espaço ritualizado: “e no quarto da preta (mulher já idosa) uma figura enfeitada de penas, salpicada de sangue, e ao redor alguma comida”.

Por lá houvera um grande número de pessoas. É o que se deduz pela narrativa da polícia que chegou horas depois da festa terminar - “haviã-se reunido grande número de africanos à noite” (...) pelo que cri, que de fato tivesse havido o adjunto”. Como a casa possuía um quintal é provável que tenha sido a área onde ocorreu a maior concentração dos presentes (APEBa, 1854).

Uma outra notícia sobre este espaço aparece no jornal “O Alabama”, em uma edição de vinte e cinco de janeiro de 1868. O periódico registra um sacrifício realizado, “atrás de um muro que fica nos fundos das freiras”, por um “grão-sacerdote do espiritismo”. O intuito era tirar “o diabo no corpo” de um rapaz. Infelizmente, não sabemos se foi na mesma casa anteriormente invadida ou se o espaço havia se tornado um lugar de referência para rituais. Se a primeira hipótese for correta estamos diante de um terreiro que atravessava a segunda metade do século vizinho a um convento.

A distribuição espacial de indivíduos que realizavam práticas mágico-religiosas na cidade não se restringia aos líderes religiosos dos terreiros. Havia negros africanos que, além de serem considerados feiticeiros, recebiam a denominação “de mandingos e mandigueiros”. As mandingas ou feitiços estavam presentes no cotidiano brasileiro desde o período colonial, o que nos faz considerá-los, seguindo o argumento de Marcel Mauss, como “um fato de tradição”: estavam a se repetir de norte a sul do país, sendo, portanto, “transmitidos” e “sancionados” na opinião pública (MAUSS, 1974, p.48).

Mas, que práticas eram essas que poderíamos classificar, num certo sentido, como ações individuais dirigidas por um imediatismo e circunscritas às demandas do cotidiano?

A profusão dessas práticas em Salvador não deve ser pensada no âmbito exclusivo dos terreiros de candomblé, ou mesmo nas residências dos seus líderes. J.da Silva Campos já havia chamado a atenção para os feiticeiros que, na segunda metade do século dezanove, “só se encarregavam de desmanchar ou desfazer malefícios, dar ventura e fortuna. Estes eram, - ainda existem, - da classe denominada dos olhadores” (CAMPOS, 1946, p.304). Ele estava se referindo àqueles sacerdotes que tinham a função de adivinhar.

Fica claro que havia uma classificação de sacerdotes, ou uma ordem sacerdotal, que não implicava ainda, como veremos nos candomblés mais recentes, em uma mescla de funções na figura do pai-de-santo (BRAGA, 1988, p.25s). Essa classificação pode ser vista através da informação de um *babalaô* a Roger Bastide e a Pierre Verger sobre os quatro tipos de sacerdotes existentes na Bahia: *babalaô*, ou advinho; o *babalorixá* ou chefe de uma confraria religiosa de filhas-de-santo, reunidas num candomblé; o *babalosaim* (ou melhor, o *olosaim*), o chefe das folhas; o *babaoge* (ou melhor, o *arioge*), o chefe dos mortos (Egum) (BASTIDE, 1981, p.62).

Os *babalaôs* oitocentistas mais conhecidos, pela literatura, foram Felisberto Sowzer (Benzinho), e o notável Martiniano do Bonfim que, como observa Lima, era um sacerdote/advinho, “fora do candomblé”, mas a serviço da comunidade dos terreiros (LIMA, 1987, p.67). Nascido livre em 1859, ele obteve a qualificação de feiticeiro pelo conhecimento adquirido na Nigéria acerca da tradição religiosa dos *nagô-iorubás*. Um depoimento do famoso *babalaô* ao jornal “O Estado da Bahia”, em edição de catorze de maio de 1936 esclarece a existência de sacerdotes que, como ele, não estavam restritos à figura do pai-de-santo, mas que tinham uma poderosa influência na vida religiosa dos afro-baianos: “eu não sou pai-de-santo como já disse. Se me pedem um serviço eu faço para ganhar alguns cobres” (BRAGA, 1995, p. 47).

É de difícil precisão o número exato de sacerdotes que exerciam práticas mágico-religiosas sem se constituírem como líderes dos candomblés. Principalmente, devido à existência de espaços sagrados como “os pequenos oratórios ou capelas”, indicados por Nina Rodrigues, que podem servir de exemplo tanto para esses indivíduos denominados feiticeiros ou mandigueiros, quanto para pais e mães-de-santo que possuíam terreiros em zonas periféricas da cidade, mas que exerciam suas funções religiosas também em seus espaços de moradia.

Quanto ao número de terreiros podemos fazer aproximações, já que há dificuldades no número exato de candomblés na cidade e nas suas zonas periféricas. Pelos cálculos de Nina Rodrigues, no final do século, haveria na cidade “um mínimo exagerado” de quinze a vinte terreiros.

ros entre grandes e pequenos. Mas, ele não possuía nenhuma informação sobre o número de terreiros existentes nos arrabaldes da cidade. Entretanto, afirmava que de algumas pessoas ouvia "que se elevava a quarenta ou cinquenta". A incerteza dos números de candomblés em Nina Rodrigues é tão visível que discordando desse cálculo que lhe parecia excessivo, ele afirmava haver só na estrada do Rio Vermelho seis principais terreiros. Entre esses estariam os três mais famosos nas últimas décadas do século dezenove: o Gantois, o Engenho Velho, e o do Garcia (RODRIGUES, 1935, p.60s).

Ao longo de todo o século dezenove observava-se um número crescente de candomblés. As perseguições policiais, e principalmente, as denúncias da imprensa concentradas no jornal "O Alabama" demonstram que o número de terreiros pode ser considerado no âmbito das informações ditas excessivas por Nina Rodrigues.

Com intuito de checar as informações contraditórias coletadas por Nina Rodrigues nas últimas décadas do século, fiz um recorte no período que vai do início da década de cinquenta ao final dos anos noventa. É um período que serve de parâmetro por ser o mais significativo em termos de denúncias e informações como a localização, nome de dirigente e condição servil.

Observando que alguns terreiros foram invadidos e/ou denunciados, elaborei uma tabela com a localização para obter um número aproximado por freguesias. Isso fez com que tivéssemos os números da Tabela 1.

O número de terreiros na cidade do Salvador, oitenta e um no período 1850/1897, pode parecer que esteja além dos números fornecidos por Nina Rodrigues nos final dos anos noventa. No entanto, se levarmos em conta as suas informações de que somente nos "arrabaldes" da cidade haveria quarenta ou cinquenta terreiros, e na "capital" existiriam quinze, o número acima estimado não parece excessivo. Dois fatos reforçam essa hipótese. Primeiro, ao longo da segunda metade do século, alguns terreiros podem ter sido

Tabela 1. Número de Terreiros por Freguesia

FREGUESIA	Nº DE TERREIROS 1850/1897
Sé ou São Salvador	17
Nossa Sra. da Vitória	09
N.Sra. da Conceição da Praia	02
S. S. do Pilar	03
Nossa Senhora da Penha	02
Santo Antônio Além do Carmo	16
São Pedro Velho	08
Santana do Sacramento	07
Nossa Senhora de Brotas	09
S.S. da Rua do Passo	04
S.Bartolomeu de Pirajá	04
Total	81

fechados devido a feroz repressão policial. O que proporcionaria uma queda do número verificado. Segundo, nesse período devem ter surgido vários terreiros. Afinal de contas, a memória oral dá conta de que, desde o século dezenove, as dissensões políticas internas aos terreiros ocasionaram o surgimento de vários outros em diferentes locais soteropolitanos.

A representatividade dos terreiros no tecido social soteropolitano pode ser visualizada em relação ao número de habitantes da cidade. No início dos anos setenta a população da capital aproximava-se dos cem mil habitantes⁵. E pela estimativa acima haveria mais de sessenta candomblés. O que indica uma proporção surpreendente de um terreiro para 1.700 habitantes. Ou se compararmos com o suposto número de igrejas católica (365), um terreiro de candomblé para cada seis igrejas. Ironicamente, isso pode ser visto como a inserção e resistência da religiosidade de origem africana em um período marcado pela ideologia do progresso e do evolucionismo.

A cidade nos últimos anos do século XIX crescia paulatinamente, urbanizava-se, inseria-se num pensamento liberal e, surpreendentemente, o número de terreiros de candomblés aumentava. As entidades religiosas cultuadas pelos africanos e seus descendentes estavam, paulatinamente, a domi-

nar a cidade. Eles espalhavam-se pelas suas margens, no centro e bairros mais próximos. Parafraseando um verso de Caetano Veloso (Milagres do Povo), os deuses sem Deus não cessavam de brotar e nem se cansavam de esperar.

Referências

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Polícia (Assuntos), Maço 3122 (1863-1865).

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Polícia (Subdelegados), Maço 6236, Maço 6229(1863-1865), Maço 6234 (1861-1862), Maço 6231 (1854-1858), Maço 6230 (1854).

BRAGA, Júlio. *Na Gamela do Feitiço. Repressão e Resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA.1995.

CAMPOS, J. da Silva. Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia. *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, v.29, 1946.

COSTA, Costa. Ana de L. R. da. Ekabó; *Trabalho Escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. UFBA. / Faculdade de Arquitetura, 1989.

FERREZ, Gilberto. *Bahia. Velhas fotografias, 1858-1900*. Salvador/BBJ, RJ/Kosmos, 1858-1900; v. também RUGENDAS, João Mauricio. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. SP/BH: Edusp/ItRugendas, 1979.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*, Edusp, 1974.

MOARES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6 ed. Lisboa: Typographia da Cia. "A Editora", 1858.

MOARES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 3 ed. Lisboa: Typographia da Cia. "A Editora", 1823.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. SP, Liv.Edit.Ciências Humanas, 1981.

NASCIMENTO, Íris do. *O espaço do terreiro e o espaço da cidade: cultura negra e estrutura do espaço urbano*. Faculdade de Arquitetura/UFBA., Dissertação de Mestrado, 1989.

O Alabama, 18/02/1864, 02/05/1867, 29/03/1864, 23/09/1864, 19/05/1869, 19/01/1865, 14/09/1864, 02/09/1868, 10/05/1867, 31/01/1864, 12/12/1868, 15/11/1864, 30/08/1866, 21/11/1870, 26/01/1864, 26/11/1867.

OLIVEIRA, Maria I.C.de. *O Liberto: o seu mundo e os outros*. SP: Corrupio, 1988.

RODRIGUES, Nina. *O Animismo Feitichista do Negro Bahiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*, 1935.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*, 1977.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira*. RJ: Vozes, 1988.

VILHENA, Luis dos S.. *A Bahia no século XVIII*. Bahia: Ed. Itapuã, 3v, 1969.

⁵ Uma estimativa da população em 1872 é da ordem de 108.137 habitantes (cf..Nascimento, Anna A Dez freguesias da cidade do Salvador. Salvador, FCEBa./EGBa,1986 p.65.

Saveiros de Vela de Içar: 400 anos de história Ameaças, Potencialidades e Propostas

Claudio de Carvalho Mascarenhas¹

José Augusto Saraiva Peixoto²

Resumo

Este artigo é derivado de um programa formatado pela ONG GERMEN, chamado Recôncavo Via Saveiro, que se propõe a estimular o retorno ao tráfego dos Saveirões de Carga, do tipo Vela de Içar, nas águas da Baía de Todos os Santos – BTS e dos tipos barcaça e traquete, que navegavam barra a fora, numa parte da faixa do litoral baiano do Grande Recôncavo – GR, que integra as baías de Tinharé e Camamu. O referido programa resgata o significado do saveiro que, durante mais de quatrocentos anos, foi o “elo” transporte na cadeia de negócios, como gêneros alimentícios, materiais de construção, artesanato, mobiliário, dentre diversos outros produtos entre a Cidade da Bahia e o Recôncavo. O texto faz uma análise do modelo de desenvolvimento implantado neste território que desestimulou, progressivamente, o uso deste bem cultural. Discutindo problemas atuais, ameaças, potencialidades e propostas de atuação para a reversão desse quadro, o texto trás à reflexão a necessidade da redução de desequilíbrios sociais, tanto na distribuição espacial das atividades econômicas, de perda de postos de trabalho, quanto nas condições de vida de comunidades ribeirinhas e insulares, sugerindo a implementação de processos integrados para a reativação do sistema, o que se traduz em propostas de intervenção nos campos cultural, ético, político, social, ambiental e econômico. Desse modo, este artigo, sem pretender fazer uma análise exaustiva sobre o Sistema Via Saveiro, não restringe a abordagem do saveiro à embarcação, mas reporta-se a todo o sistema engendrado em torno dele, que integra produção, transporte e comercialização.

Palavras-chave: Saveiro de Vela de Içar. Economia. Sociedade. Meio ambiente. Patrimônio cultural. Baía de Todos os Santos. Grande Recôncavo.



Abstract

This article is arising from a NGO GERMEN generated program – “Recôncavo by Saveiro”. This program aims stimulate traffic return of bigloadsaveiros on the ASB – All Saints Bay and other kind of plain sea traquetes and barcaças on Bahia’s coastland at big Recôncavo which includes Tinharé and Camamu Bays. This program recaptures Saveiros significance who by 400 years worked as a link to the transportation of food, buildings material, workmanships, furniture as trade between “City of Bahia” and Recôncavo. Text analysis development’s pattern that was in that land which disrespected the usage of this cultural good. Text discusses actual problems, hazards, potential conditions, actuating proposals to revert the situation, so as it considers social differences, geographic dividing of economic activities, employment offering reduction, as the community life quality who lives at the river margin or on the islands. It recommends projects to reactivate Saveiro with a mainsail system and all this means projects in the cultural, ethnic, political, social, environmental and economic area. So this article doesn’t claim to do a complete analysis about Via Saveiro System, doesn’t likewise reduce Saveiro with a mainsail performance to a vessel and refers all engendered system around

Key words: Saveiro with a mainsail. Econom. Society. Enviroment. Cultural heritage, Baía de Todos os Santos Bay. Grande Recôncavo.

¹ Consultor em Gestão Pública e Gestão Ambiental. Engenheiro (FEI, 1977). Membro do Conselho Consultivo do GERMEN – Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental. E-mail: gps_claudiomascarenhas@yahoo.com.br
² Mestre em Engenharia Ambiental e Urbana (UFBA, 2008). Especialista em Gestão e Conservação de Recursos Hídricos (UCSAL, 1999). Arquiteto (UFBA, 1986). Fundador e atual membro da Coordenação Executiva do GERMEN – Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental. E-mail: j.a.saraiva@ig.com.br

...Saveiro da Bahia conduz / Seus mistérios de povo, / Suas rosas de amor / E sua fraternidade.
Jorge Amado

Existem vários Recôncavos de acordo com o dinamismo dos ciclos econômicos vivenciados, variando na tipologia do seu desenvolvimento.
Milton Santos

1. Introdução

Este texto tem como objetivo ressaltar a importância do Saveirão de Carga, embarcação artesanal de panos quadrangulares, içados e armados em um mastro, instalado acentuadamente à vante, com uma "carangueja", por isso chamada de Saveiro de Vela de Içar, na Baía de Todos os Santos – BTS, assim como das barcas e traquetes¹, que navegavam em barra à fora, sobretudo no litoral do Grande Recôncavo – GR, chegando até Vitória do Espírito Santo. O Saveiro encontra-se presente na memória coletiva e no imaginário do povo baiano, sendo forte elemento físico e tangível, inscrito na cultura (ícone - símbolo emblemático, como o resultado das ações objetivas do povo), a exemplo da Capoeira, do Acarajé e do Samba de Roda que, no dizer de Araujo (2008), configuram uma "estética das manifestações do Recôncavo Baiano".

O estudo sobre essa embarcação ultrapassa os limites da sua contribuição para a beleza cênica, ganhando sua análise dimensões sócio-espaciais e territoriais, além de ter possibilitado a convivência com alguns Mestres Saveiristas. Desse modo, esse

texto reflete o envolvimento com o universo em foco; sendo um dos seus objetivos contribuir para o desencadeamento de um processo de reestruturação do sistema "Recôncavo Via Saveiro" (que integra produção, transporte e comercialização), no formato proposto pela ONG socioambientalista GERMEN⁴. Parte-se assim do pressuposto de que o Saveiro é um produto de interesse econômico-cultural e socioambiental, ecoeficiente e sustentável. Conforme Araujo (2008), produto é aqui compreendido, "como aquilo que é produzido pelo trabalho". Segundo Andery et al (2004, p.11) trata-se de "uma atividade humana intencional que envolve formas de organização, objetivando a produção dos bens [e serviços] necessários à vida humana". Deste modo, o entendimento resultante da revisão técnica do texto feita pelos autores, juntamente com o navegador e construtor naval David Hermida, reconhecido conhecedor das técnicas, dos costumes e do modo de ser dos mestres e dos trabalhadores saveiristas, assim como das características, qualidades e limitações do saveiro e dos seus habitats.

Fundamenta esse texto um conjunto de estudos e pesquisas de dados secundários em diversas fontes e conteúdos: livros e documentos técnicos, acadêmicos, históricos, artísticos e culturais; mapas e cartas náuticas; fotografias e imagens aéreas e orbitais. Foram consultados os acervos da Prefeitura Municipal de Salvador – PMS, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHBa, arquivos de periódicos e jornais diários e do Grupo GERMEN, que tem desenvolvido incessante luta pelo Saveiro, entre outras campanhas na região. Também foram utilizados anotações e apontamentos que, ao longo dos anos, foram feitos em visitas à BTS e região. Essas anotações resultam de diálogos, entrevistas, questionamentos e denúncias às autoridades constituídas, discussões com técnicos e especialistas, a exemplo do antropólogo e professor Pedro Agostinho da Silva; de David Hermida; dos diversos Mestres Saveiristas, como Antonio Fragozo - Mestre Muruim ("Rei do Oriente") e Sr. Afrodísio da Silva Reis, Mestre Nute ("Vendaval II"); lideranças comunitárias e representações populares.

Todas essas fontes propiciaram a constituição de novos conhecimentos, contribuindo para o enriquecimento dos caminhos analíticos percorridos e adotados na pesquisa em curso, defi-

nindo e estabelecendo parâmetros e agregando valores para sua caracterização, na busca de identificar e elucidar o contexto histórico.

2. Um Pouco de História

De acordo com Agostinho da Silva, apaixonado por embarcações desde a adolescência vivida em Portugal, a origem moura dos Saveiros de Vela de Içar é advinda da Península Ibérica. Remonta aos saveiros (embarcação portuguesa do século XV, detentora de muita segurança, capacidade de carga e facilidade de manobra), barco pesqueiro, robusto, de fundo chato, especializado para a captura do savel, um peixe da família do arenque, típico do Mar do Norte. No entanto, segundo o arquiteto e navegador ucraniano Lev Smarcevski, o Saveiro foi trazido da Índia pelos portugueses, tendo sido originário do antigo Egito e da China milenar, já que Salvador era parada obrigatória na rota da navegação portuguesa, desde meados do século XVI. De todo modo, conforme Artemanha Modelismo (2009), sua origem é indiana, especificamente da cidade portuária de Goa, onde existiam ótimos artesãos, trazidos pelos portugueses para o fabrico de embarcações, tão necessárias ao seu comércio, haja vista que "o Brasil ficava a meio caminho das suas outras colônias do oriente de onde apanhavam as famosas especiarias".

Antes de desembarcarem aqui em terras brasileiras, eles passavam um período em Portugal, onde assimilavam também a técnica para construírem as [...] caravelas [...] no vale das naus. Depois de serem estabelecidos no Brasil, além de construírem as caravelas, notou-se a necessidade de se fazer embarcações que possibilitassem a comunicação entre os diversos povoados que afloravam às margens dos rios e do litoral daquela região. Com a falta de estradas, a comunicação se fazia basicamente pelo meio aquático. Para suprir esta necessidade apareceria o saveiro [...] Artemanha Modelismo (2009).

2.1 Sobre o processo construtivo

Esse tipo de embarcação foi muito bem adaptada, moldada e aprimorada pela população nativa aos parâmetros anemo-climáticos e geomorfológicos do Grande Recôncavo, em várias e sucessivas gerações. Tornou-se assim, fruto da evolução e da síntese de diversas culturas, do constante labor da engenharia e da arquitetura popular naval, sobretudo para o transporte de mercadorias típicas da

região, oriundas das comunidades tradicionais que vivem nas margens dos rios tributários e interiores, além das ilhas e do litoral. Os controles dos métodos, tipologias, materiais empregados, as ancestrais e rigorosas técnicas, as características (medidas e proporções corretas) e a arte de entalhar madeira e fazer as velas (cortar e costurar os panos) foram aprendidas, passadas e acumuladas oralmente e sem registros, de "pai para filho" até os mestres da carpintaria de nossos dias. Essa harmoniosa complexidade das técnicas e processos envolvidos nos variados tipos de saveiros, ocorria, era desenvolvido e se aperfeiçoava em diversos estaleiros artesanais e oficinas navais rústicas, de pequeno e médio porte, em grande parte da BTS, do litoral e comunidades ribeirinhas do Grande Recôncavo (Fig.1), sendo todo o trabalho feito à mão, sem qualquer assistência, apoio ou incentivo.

Os artesãos navais de Cajaíba (Camamu) são mais sintonizados com a origem holandesa e os de Valença, com a ibérica, pois ainda dominam o manejo das peças básicas para os cálculos das medidas essenciais das embarcações, a exemplo do "graminho"⁵, garantindo a forma e suas características, que propiciam a estabilidade, a agilidade, a capacidade de carga e o pequeno calado (contorno de proa, saída d'água e a posição da mastreação), assim como as peculiares, (ex.: "tijupá"⁶, câmara e corrimão), necessários para manter o padrão e a harmonia estética de todo o "conjunto da obra". De acordo com SMARCEVSKI (1996, p.58):

⁵ De acordo com Artemanha Modelismo (2009), "Graminho é o ábaco de parâmetros dos dimensionamentos estruturais e funcionais, que, na sua sabedoria inteligente, dota de um volume de informações técnicas, de forma simples e compreensiva, ao rude artesão, para a perfeita construção do saveiro de diversas capacidades. Por falta de conhecimento de uma simples divisão aritmética, os mestres com um compasso de ponta seca dividiam o graminho em quatro partes: a metade dividida pela metade e a outra metade dividida pela metade, tanto vertical como horizontal". Conforme Celestino (2004), "trata-se de uma peça de aproximadamente um palmo de madeira, com um emaranhado de riscos aleatórios para os leigos, que dá as medidas do barco, companheiro inseparável dos mestres de carpintaria naval". Segundo De Grande (1998), "O graminho do saveiro deve ter chegado ao Brasil no século XVI, na mala de um carpinteiro naval das colônias portuguesas de Goa ou Cochim".

⁶ Conforme Celestino (2004), o tijupá é uma peça importante (lastro [cobertura] de madeira) para a proteção (sol e chuva) das cargas e mercadorias. De acordo com Artemanha Modelismo (2009): "O tijupá é a obra viva [morta] que fica no meio do barco. Sua aparência, no caso do saveiro, é de uma pequena casa encaixada a meia-nau. A sua confecção é bem simples. No saveiro servia para proteger as mercadorias transportadas, principalmente as perecíveis, da chuva e das águas do mar".

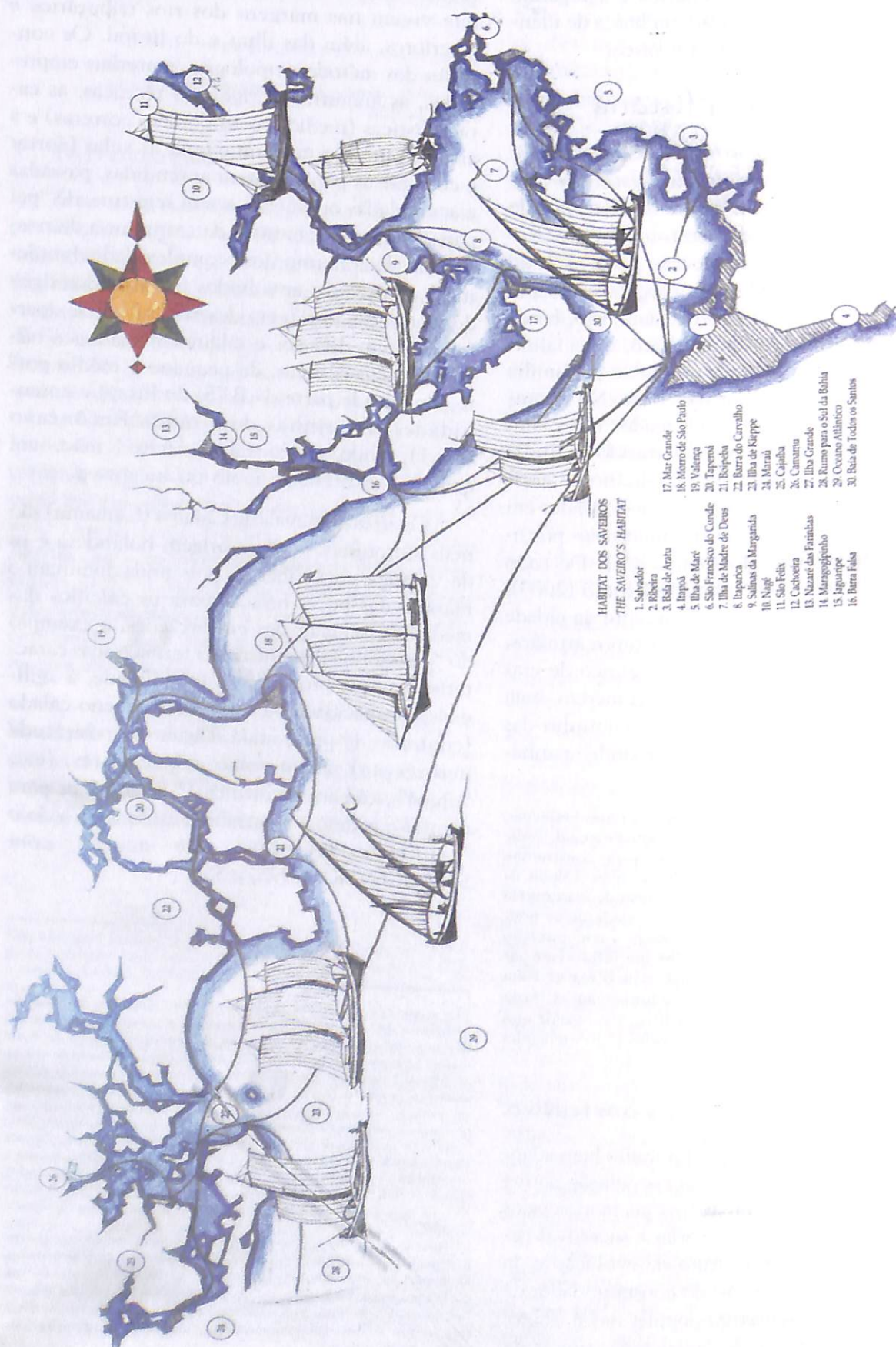


Figura 1 - Desenho de Lev Smarcevski do livro "Graminho: a Alma do Saveiro"

os artesãos e os tiradores de madeira, principal matéria prima da época, eram cuidadosos nas derrubadas. Tinham pelas matas um respeito quase religioso, só cortavam [alguns] árvores [galhos] específicas na qualidade e tamanho, sem desperdício. O produto era trabalhado no lugar da tiragem, [a maioria de] as peças eram transportadas [com algum trabalho iniciado] praticamente prontas, as mais leves e menores puxadas pelos homens, e as maiores por juntas de bois, sem provocar destruições ao redor. Este procedimento continua vivo entre os artesãos até hoje.

Assim, a qualidade da madeira selecionada para a fabricação caseira e artesanal dos saveiros era conhecida, definida e "escolhida à dedo", para, em seguida, ser recortada, esculpida e aparelhada, dando formas para a montagem e os encaixes necessários, com ferramentas rústicas (enxadinhas, plaina, martelo, formão e machado, dentre outras), sendo talhada e aplainada pelas mãos simples dos Mestres Carpinteiros, ajudantes, calafates e sua gente.

As variadas espécies de madeira utilizadas, portanto, desde os primórdios da civilização brasileira, eram e são provenientes da Mata Atlântica (floresta ombrófila) e ecossistemas associados. Devido a grandes desmatamentos que o bioma vem sofrendo, houve a necessária e justa criação do Decreto Federal 750/93, finalmente sucedido pela Lei da Mata Atlântica, (11.428/06), que define e regulamenta os critérios de uso e proteção do bioma, proibindo o corte de árvores nativas. A vulnerabilidade generalizada da fiscalização governamental vem comprometendo a aplicação da referida legislação, o que tem escasseado a jataipeba, sucupira, conduru (para os mastros), pau d'arco, massaranduba, piqui, pau'óleo, louro, camaçari, aderno e biriba (para estopas), que suportam as intempéries e garantem a longevidade das embarcações.

A experiência dos nativos, com a seleção das melhores espécies, levou ao aperfeiçoamento dos processos de construção das embarcações. Diversos tipos de saveiro foram cuidadosamente elaborados, com o auxílio do graminho, citando-se, dentre tantos, os de Vela de Içar, em suas diferentes versões, a exemplo do "rabo-de-peixe" (proa dobrada), barra à fora, que, segundo Artemanha Modelismo (2009), era o mais clássico dentre todos. Conforme De Grande (1998), "com o instrumento, os imigrantes [indianos vindos com os colonizadores portugueses] passaram a construir os barcos indianos "lantxiar" e "lantxiara",

que ficaram conhecidos como "lanxa" (que levava carga) e "lanxão" (que tinham dois mastros)". Segundo a fonte supracitada, tem-se também que: "A baleeira já foi extinta; na "perua" a frente é arredondada e o "perné", lembra as escunas. Complementando, Noronha (2004) afirma que são seis tipos de saveiros, sendo que, também não se encontram mais os do tipo: "... perua (extinta), perné (extinta) e pesqueiro (extinto)". Os Saveirões de Carga responderam pelo elo transporte de forma não poluente e com ecoeficiência (tecnologia limpa) no seu "modus operandi", notadamente no seu sistema de propulsão (energia eólica), navegando pela força dos ventos com boa performance (contravento, *travéz* e *apoupado*) e pouca tralha, não agredindo o meio ambiente e sem exigir infra-estrutura, além de pequenos atracadouros de madeira, construídos pelos próprios saveiristas.

2.2 O Saveiro nos fatos da História

O Saveiro teve papel estratégico na pesca e no transporte de carga, sendo o modo de ligação mais forte de toda a cultura ribeirinha e costeira do litoral do Grande Recôncavo, sobretudo na BTS. Há mais de quatrocentos anos inserido na paisagem marítima, sendo um cartão postal da região e do Estado, conforme Agostinho da Silva (1973), o Saveiro exercia um decisivo papel de elemento dinamizador da economia e da cultura de Salvador e cercanias, ajudando a "esculpir" a cultura regional e contribuindo para a formação da identidade da Bahia. Segundo Celestino (2004), os saveiros: "são referência e deixaram suas marcas na cultura, nas artes e no jeito de ser do povo, fruto de um tempo em que a vida era regada pelo mar e pela maré". Conforme Matta (2004), "a cidade era ao mesmo tempo ligação e fronteira entre todo aquele mundo senhorial de suas proximidades e o outro mundo da burguesia emergente advinda da Europa Ocidental e América do Norte". O Saveiro prestou importante contribuição para o desenvolvimento de entrepostos e portos marítimos que evoluíram para assentamentos em toda a região. Foram os grandes responsáveis pelo escoamento da produção de tabaco e açúcar dos vales do Paraguaçu e Subaé, do azeite-de-dendê e piaçava (Recôncavo Sul) e pela troca de mercadorias, notadamente na cadeia de gêneros alimentícios (*farinha, frutas, car-*

ne de fumeiro, caixas de açúcar), barris de cachaça, balaio de compras, peças de madeira, mudanças, materiais da construção civil, artesanato, mobiliário, animais vivos de pequeno e médio porte (galináceos, caprinos e suínos), dentre diversos outros produtos oriundos do Grande Recôncavo, além dos industrializados vindos da Capital, através da via marítima de abastecimento entre as localidades dessa região e a Cidade da Bahia (ver Fig.1).

Não menos importante foi a contribuição do Saveiro para a geração de divisas, escoando a produção dos engenhos de açúcar e aproximando os pequenos produtores locais do mercado internacional através do carregamento dos navios operadores do sistema de exportação. Segundo o historiador Cid Teixeira, criado na ilha de Maré: “até o século XIX, o porto de Salvador era o maior do mundo, abaixo da linha do equador” e o saveiro “ajudou a fazer de Salvador a maior cidade européia fora da Europa até o século XIX, deixou marcas incontestáveis na história, na cultura e nas artes da Bahia”. Conforme Mattoso (1978), “Salvador não produzia os produtos exportáveis, mas era o centro de escoamento e abastecimento de sua interlândia”. Na defesa armada, o Saveiro de Vela de Içar se constituía em uma peça militar de grande relevância durante os embates navais travados na BTS, a exemplo da Batalha do Funil, nas proximidades da ilha de Itaparica, quando da expulsão dos portugueses e Independência do Brasil na Bahia – comandada pelo Capitão João das Botas, em 7 de janeiro de 1823.

Com a frota de centenas de Saveirões de Carga singrando as águas da BTS, rumo a Salvador e arredores, freqüentemente, de forma descontraída, os Mestres Saveiristas mantinham uma importante tradição com a disputa de corridas informais (pegadas), onde suas manobras, erros e acertos serviam de aprendizado, aperfeiçoamento e evolução das habilidades de “governo” (comando da embarcação). Regatas oficiais e eventos religiosos regionais proporcionavam confraternizações e mais bem estar para essa gente simples praieira, solidária e destemida.

Esse meio de transporte também contribuiu para o fortalecimento de movimentos libertários e contrários às injustiças sociais, a exemplo da Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador entre os dias 25 a 27 de janeiro de 1835, comandada por “negros de ganho” de orientação religiosa

islâmica, como insatisfação contra a escravidão, imposição e intolerância religiosa. Conforme palavras do historiador João José Reis (2003), ao descrever os primórdios desse movimento que teve grande capacidade de organização, foi uma “elaborada rebelião mulçumana, fato inédito na escravidão das Américas; [...] os comentários começaram a circular no cais do porto, graças aos escravos de saveiros que registraram o intenso e inédito movimento de escravos do Recôncavo, que teriam vindo a Salvador se juntar a Maioral [um dos líderes do movimento] e promover um levante na manhã daquele domingo”.

2.3. Registro através das Artes e Produtos Culturais

... Saveiro voltou sozinho / Triste noite foi pra mim / É doce morrer no mar/Nas ondas verdes do mar / Saveiro partiu de noite foi / Madrugada não voltou / O marinheiro bonito / Sereia do mar levou / É doce morrer... (Dorival Caymmi – É Doce Morrer no Mar).

É doce velejar... (David Hermida).

Os Saveiros de Vela de Içar tiveram grande importância na formação da identidade cultural do povo da Bahia, sendo um de seus elementos, peculiares e característicos e fonte de inspiração. O Saveiro aparece em referências e multimeios, nas obras de vários estudiosos, artistas, cineastas, poetas e escritores, baianos e não baianos, que contribuem há décadas, levando, perante o mundo, a imagem e a identidade da Bahia. Dentre as várias referências têm-se as telas de Diógenes Rebouças, Mendonça Filho, Alberto Valença, Pancetti, Prisciliano Silva, Genaro de Carvalho, Carybé, Juarez Paraízo, Calazans Neto, Floriano Teixeira, Lev Smarcevski, Bernardo Bout, Lélia Saraiva, Jayme Hora e Carlos Bastos; e em pinturas muralistas, afrescos e painéis – por Carybé, Genaro de Carvalho e Sante Scaldaferrri; esculturas de Mário Cravo, Carybé e Bel Borba; os desenhos de Lev Smarcevski, Floriano Teixeira, Aldo Bonadei e Carybé; a poesia de Gregório de Mattos e Castro Alves; a música “É Doce Morrer no Mar” de Dorival Caymmi, “Água de Meninos” de Gilberto Gil, “Saveiros” de Dori Caymmi e em peças do maestro cachoeirano Tranquilino Bastos; as fotografias do etnólogo francês Pierre Verger – “O Olhar Viajante” e “Retratos da Bahia”; “Salvador” de Mário Cravo Neto, além de belíssimas imagens de Rino Marconi, Pedro Archanho, Adenor Godin, Antonio Olavo, José

Carlos Almeida, Lúcio Mendes e Luis Pereira, dentre tantos outros profissionais e amadores. O Saveiro faz-se presente também na literatura, na obra e na narrativa de Jorge Amado, a exemplo de Mar Morto, que o retrata como personagem (Valente, Saveiro de Guma, é também protagonista do romance – David Hermida construiu há 25 anos o seu catamarã que batizou de Guma, em sua homenagem); Vasconcelos Maia, Odorico Tavares e Francisco X. Ferreira Marques (Xavier Marques), além da Historiografia – particularmente em Cid Teixeira, Luiz Henrique Dias Tavares, Ubiratan Castro de Araujo e Lev Smarcevski (“Graminho, A Alma do Saveiro”), de 1996. No cinema –tem-se o registro de “Morte das Velas do Recôncavo” 1977 – Guido Araujo; “A Grande Feira” – Roberto Pires; “O Saveiro” – Nei Berimbau; “Os Últimos Saveiros da Bahia” – Francisco Diniz e Ângela Machado; vinhetas veiculadas nos canais de TV locais (Bahia, Record, Educativa), e o filme Senhor dos Navegantes (1964), além de trabalhos de Nelson Pereira dos Santos. Na arquitetura, o Edifício Garagem Aliança, de José Álvaro Peixoto, no bairro do Comércio.

2.4 O apogeu do Sistema Saveiro

O ir e vir de cargas e passageiros feitos hegemonicamente pelos Saveiros, desde o início da colonização até meados do século XX, viabilizaram o comércio varejista para o abastecimento da Cidade da Bahia e arredores. Estimase que na década de 1930, quase quinhentas embarcações desse tipo navegavam na região quando da primeira edição de Mar Morto, de Jorge Amado (1936). De acordo com Celestino (2004), os seculares saveiros de carga, “nos idos de 1950, tremulavam suas velas nas águas baianas e ditavam o modo de ser e viver das comunidades ribeirinhas e litorâneas [...]”. Conforme Noronha (2004), “Em 1950, existiam cerca de 1.500 saveiros na Baía de Todos os Santos”. Segundo BAHIAUTURSA (1974), 675 embarcações desse tipo foram inscritos no livro de Registros da Capitania dos Portos, no período de 1963/74, sendo 37% com mais de oito metros, destinados à carga. De acordo com Celestino (2004), “o saveiro fora o principal agente de desenvolvimento do Recôncavo nos três primeiros séculos do país”.

2.5 Agressões, Impactos e Passivos Econômicos e Socioambientais

Concordamos com o diagnóstico do historiador Vasconcelos Maia (1974), onde os entraves burocráticos, tributários e trabalhistas, assim como a proibição do uso dos espaços para feiras móveis ao longo da margem continental soteropolitana da BTS, foram inviabilizadores. Vasconcelos alertava para a importância de: “o saveirista atracar e fazer o seu próprio comércio” e “no estudo para a instalação da CEASA, não se considerou ser o saveiro o principal transportador de carga do Recôncavo”. Observa-se a degradação ambiental e o desemprego decorrentes do tipo de uso dos recursos naturais (pastos) para a atividade de criação. Concordamos também com Smarcevski, quando alerta que a pecuária é um dos grandes e verdadeiros destruidores dos biomas naturais, notadamente os das vegetações de alto porte:

Os depredadores são os grandes latifundiários, que derrubam as matas e vendem as madeiras transformando a terra em pasto para alimentar o gado. Depois, com a falta de chuvas, ficam exigindo a construção de aguadas, obras realizadas pelo governo e pagas por todos nós. (Smarcevski, 1996. p.58).

Segundo Celestino (2004), sobre o Saveiro: “[...] também teria sido abatido pelo pavor que tomou conta dos carpinteiros e mestres na época. A Marinha teria passado a cobrar documentação e responsabilidade técnica dos fabricantes artesanais de embarcações para transporte de volumes. Em Maraú e Camamu, eles chegaram a incendiar os barcos por medo de retaliações [perseguições]”. Sobre a cobrança da responsabilidade legal pelos estaleiros: “sequer sabiam assinar o próprio nome, num sistema que ainda [se] reproduz em muitos estaleiros da Bahia” e com a nossa concordância com a parte inicial da afirmativa:

o desaparecimento gradativo de feiras como a da Barra [Porto da Barra] e Massaranduba [Jardim Cruzeiro] e os incêndios das instalações de Água de Meninos e do antigo Mercado Modelo reduziram a demanda por transporte aquático entre a zona produtora de açúcar, bananas, farinha de mandioca, mangas, peixes, carnes defumadas e a capital – consumidora de produtos in natura e fornecedora de mercadorias industrializadas como tecidos. O golpe de morte veio na década de 70 com a inauguração do sistema ferry-boat para condução de veículos e passageiros (Celestino, 2004).

A construção da Ponte do Funil em 1968 (uma das primeiras obras de concreto pré-moldado da Bahia), ligando a ilha de Itaparica ao continente, através de sua contracosta, como complemento viário do sistema Ferry-Boat, a partir do terceiro quartel do século XX. Outro fator responsável foram os procedimentos dos sindicatos de estivadores e doqueiros para carga e descarga. Concordamos com Fernandes & Vasconcelos (2006) "o desenvolvimento do transporte rodoviário e a implantação da Central de Abastecimentos na periferia norte da cidade, levou ao declínio do transporte de mercadorias nos tradicionais saveiros na Baía de Todos os Santos"

Segundo Cid Teixeira *apud* Celestino (2004), no que tange ao transporte de passageiros:

O Recôncavo demorou a se integrar no processo civilizatório da capital justamente por ser saveirista. Ficou isolado. Só da década de 70 em diante, quando proliferaram as embarcações a motor é que os portos esquecidos e que guardavam a fisionomia do século XVIII foram revistos pela gente de Salvador.

O que se verifica é que são inúmeros os impactos negativos sociais, culturais, ambientais e econômicos causados pelo referido processo, que atingia diretamente a população tradicional composta pela gente simples do povo, formada por produtores da escala familiar (artesãos, oleiros, agricultores, pescadores, marisqueiras, catadores e coletores de frutas, ceramistas, produtores dos artefatos e apetrechos em geral, como os destinados às práticas das religiões de matrizes africanas e indígenas), do turismo, na extinção de mil postos diretos de trabalho que eram gerados, além de construtores, carpinteiros navais e calafates. (BAHIATURSA, 1974. p.07) Esses pequenos produtores utilizavam os Saveiros no transporte e em muitos casos, também na comercialização da sua produção em parcerias com os Mestres Saveiristas. Conforme Noronha (2004):

Por telefone, de Maragogipe, o saveirista Garcia de Jesus, mais conhecido como Seu Biga, dá uma idéia do declínio [do uso] da embarcação: "Hoje, só tem 17 saveiros em Maragogipe e região [a grande maioria deles já alterados. Além dos três com "tijupá", ainda restam 20 velejando, sem motor, mas sem o "tijupá", no transporte de pedra, areia e outros. Um deles, o "Fura Nuvem" foi reconstruído recentemente por cooperação entre os saveiristas. É muito pouco. Quase tudo vai de caminhão pela estrada". Aos 65 anos, seu Biga sobrevive levando pedra, tijolo e brita para localidades ainda isoladas da Ilha de Maré e adjacências.

Paulatinamente, diversas comunidades ribeirinhas e das ilhas que compõem o vasto arquipélago da região vêm sofrendo alterações do seu modo de produção e de vida, com o perverso processo em curso. Em consequência, a arte e ofícios de diversas profissões vinculadas à carpintaria e construção naval entraram em decadência, junto com as próprias embarcações, gerando um grande desestímulo nos jovens em seguir aprendendo (recentemente estaleiros da região do Iguape foram embargados pelos órgãos ambientais, por estarem fazendo reparos nas embarcações). É fundamental entender como os saveiristas produzem e manifestam suas vidas (*modus vivendi*), que, conforme Marx e Engels (2002, p.11): "...reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem.". Desse modo, a mudança na concepção da lógica do sistema (produção, transporte e comercialização), gerou uma danosa transformação na sua base econômica e, conseqüentemente, na sua existência.

Pelo exposto, constata-se uma sensível perda, não só da paisagem e da cultura, com rebatimentos no social e ambiental, mas, sobretudo, nas dimensões econômicas (competitividade do produto regional para com os trazidos de fora, em decorrência da eliminação do seu diferencial positivo - transporte), a extinção de centenas de postos de trabalho, a substituição de quase quinhentos barcos movidos à energia eólica por quase mil veículos rodoviários à óleo diesel. Cada saveiro tem a capacidade média de carga de 26 ton, o que equivale a mais de 2 caminhões com 10 pneus cada, além do custo de implantação, manutenção e controles das vias rodoviárias. Vale registrar a danosa contribuição dessa frota ao caótico trânsito urbano de Salvador e cidades da região, para trazerem as mercadorias que antes chegavam pelo mar. O aumento do tráfego de caminhões carregados pelas rodovias, sobretudo na BR-324 (campeã de acidentes em todo o estado), contribui sobremaneira para o aumento da poluição do ar (efeito estufa), com o desgaste das rodovias, dos acidentes e dos custos de transporte, refletindo diretamente nos preços dos produtos, para o consumidor final.

Sintetizando, verifica-se que a opção exacerbada, tendenciosa e inconseqüente pelo trans-

porte rodoviário, como único modal no país, "atingiu em cheio" o Saveiro que não se constituía em um simples elemento de transporte, mas a possibilidade de aproximar o pequeno produtor da zona rural do consumidor final (a dona de casa, os proprietários de restaurantes, hospedarias, lojistas, dentre outras atividades comerciais da capital), de forma interativa e personalizada, intermediando transações, transportando produtos agrícolas, medicamentos, correspondências, pagamentos e afins. Esse processo atingiu também os elos da produção e da comercialização. Com a escolha da instalação da CEASA na Estrada CIA-Aeroporto, além de desestruturar o sistema "via saveiro", encarecer os produtos, que passaram a ser transportados em várias etapas e comercializados através de intermediários, o que se configurou em um golpe contra a economia da região e abriu o mercado para produtos de outras praças, fornecidos por produtores de médio e grande porte. Some-se a esses aspectos, questões burocráticas, tributárias, trabalhistas e a falta de pontos para o desembarque em Salvador. Desse modo, os autores entendem que, entre as principais causas geradoras dessa situação, estão:

- a novidade da hegemonia do sistema rodoviário brasileiro que, na região em estudo, passou a transportar as cargas das mesmas origens para os mesmos destinos com acréscimo no custo;
- o equívoco dos sindicatos de trabalhadores portuários, como os da estiva, que exigiram somas astronômicas para os serviços de carga e descarga, muitas vezes superiores ao valor do frete;
- e a proibição de aportar, embarcar e desembarcar mercadorias e cargas nos pontos tradicionais usados pelos saveiros.

Decorrentes das causas citadas foram observadas conseqüências sócio-econômicas com a perda do ânimo de todo o sistema, a exemplo da diminuição da atividade produtiva rural de pequena escala e queda da economia gerada pela comercialização de produtos.

3. O Sistema Saveiro Hoje

Atualmente, existem apenas três Saveiros que continuam singrando as águas de rios e baías que

banham o litoral do Grande Recôncavo com a configuração (com Tijupá) e atuação (transporte de mercadorias típicas da região), sendo que apenas dois encontram-se em operação: o *É da Vida* transporta caxixis de Maragogipinho (município de Aratuípe), através do rio Jaguaripe, cadastrado em Nazaré das Farinhas, vindo pelo Canal de Itaparica e o outro, *Sombra da Lua*, da localidade de Capanema, em Maragogipe, com alguns poucos produtos agropecuários do estuário do rio Paraguaçu. O terceiro exemplar, o Vendaval II, encontra-se na etapa conclusiva de sua restauração.

Lamentavelmente, dos Saveiros que ainda restam navegando, a grande maioria retirou o *tijupá* para o transporte de material bruto de construção, como areia, pedra e tijolos ou foram adquiridos por pessoas de cultura distinta à saveirista, que em busca de mais mobilidade, instalaram motores, preferindo a queima do óleo diesel e deixando a mastreação e vela como mera peça decorativa, além de muitos outros que foram transformados em escunas, para o turismo e lazer.

A sociedade já sensibilizada para o tema, pela campanha "Salve o Saveiro", apresentou algumas iniciativas importantes ("Saveiro Literário", da Fundação Cultural do Estado da Bahia; "Escola Flutuante" – passeios com estudantes à bordo; dissertação de Mestrado na Escola de Administração da UFBA e maquetes). É importante registrar o experimento que os autores consideram como um piloto do Programa Recôncavo Via Saveiro, que teve como alvo o saveiro "Vendaval II" e seu proprietário, Mestre Nute, feito por um grupo de aficionados liderados por David Hermida. O mérito deve-se ao fato do modelo adotado para o trabalho ter sido construído de forma participativa, interagindo com grupos que já tinham serviços prestados à causa, partindo sempre da experiência e escolhas do Mestre Nute (89 anos), com respeito às tradições, com base em princípios estruturantes para o sistema e não assistencialistas, ou de interesses setoriais, momentâneos e de efeito propagandístico.

Ameaçado, hoje em grave situação de vulnerabilidade, o Saveirão de Carga corre o risco de extinção pela precariedade das condições de todo o sistema, desde a geração dos produtos transportados até sua comercialização e os próprios saveiros existentes. Um fato preocupante é aven-

tado por Zacarias (2000), sobre a média de idade do conjunto dos saveiros remanescentes - mais de 60 anos. Segundo ele: "[...] alguns barcos chegam a quase 100 anos de idade [...], quando a vida útil máxima esperada de qualquer um deles é de 25 anos". Observe-se que o Saveiro ainda não foi titulado como bem do patrimônio cultural.

Muito mais grave que o uso do casco de vários saveiros para a construção de escunas, que contribuíram efetivamente para a introdução do turismo náutico entre as atividades da região nos anos 70, foi recentemente a restauração de alguns exemplares por particulares e admiradores que, incentivados por órgãos de governo, para o seu próprio lazer e recreação, através de uma associação de "ajuda" aos saveiristas, executaram as obras, alterando características construtivas ou o uso, os costumes e as relações.

É preciso alertar as pessoas bem intencionadas como essas, que estejam interessadas em participar desta luta, para que tomem o cuidado de não ceder aos acenos, convites e pressões de apoio às propostas equivocadas e oportunistas que recentemente passaram a ser feitas aos Mestres Saveiristas, com promessas de "ajudas" do tipo: "compro o seu saveiro e ainda arrumo um jeito de lhe terceirizar para que você continue tomando conta da embarcação e ganhando uma porcentagem sobre a receita que terei com o transporte de mercadorias que você faz hoje e que agora vai ser ampliado"; ou, "nós, como governo, vamos providenciar uma espécie de bolsa saveirista para lhe dar e para reformar o saveiro e você só precisa passar a se apresentar nos eventos que vamos realizar"; ou "me venda o seu barco por que ele tá varado (encalhado) e abandonado na beira do rio, se acabando e eu vou ajudar o saveirão a viver. Vou recuperá-lo todo, montar um senhor motor e vou passear com ele direto"; ou, "fique tranqüilo que o governo vai ajudar a você reformar o seu barco e vai mandar muito turista para você levar para passear".

Outra forma de ameaça é a proposta para construção de saveiros em fibra de vidro, desconsiderando-se que a excelente qualidade de navegação dos Saveiros originais deve-se, entre outros fatores, à capacidade de "trabalho" mecânico do seu casco (adequada resistência aos esforços de flexão, torção e cisalhamento), propi-

ciada pelo sábio dimensionamento e combinação entre as diversas madeiras utilizadas, o que é impossível ocorrer com o citado material sintético. Esses são exemplos de propostas feitas aos Mestres (alguns deles encontram-se passando dificuldades), por quem não conhece o assunto e que, se levadas a cabo, além de ferirem a dignidade dos nossos "comandantes", significarão o golpe de misericórdia no sistema, descaracterizando, violentando e extinguindo definitivamente o Saveirão de Carga. É preciso levar em conta o fato de que:

- O Mestre Saveirista, com muito orgulho, além de proprietário do seu instrumento de trabalho, é portador de saberes e fazeres próprios; pelo que exige respeito, pois se empresário ou oriundo da academia fosse, ninguém ousaria lhe propor a compra da sua casa comercial, escritório, laboratório ou consultório e nem a alteração de sua função, objetivo ou método de trabalho;
- O sistema tem como um de seus princípios, a relação simbiótica de compromisso entre o saveirista, o saveiro, seus ajudantes, o ambiente, os produtores, as cargas e os comerciantes, como componentes de uma família indivisível, cujo princípio precisa ser respeitado e preservado como tal;
- A cultura dos Mestres Saveiristas rege que, a programação de viagens que eles realizam com os saveiros, não pode ser alterada unilateralmente pois é compromisso assumido por eles, com as comunidades, os produtores, comerciantes locais e as suas tripulações;
- O Mestre Saveirista que construiu a sua personalidade sendo protagonista de sua própria história, gerenciando a sua agenda e seus negócios e só se curvando unicamente aos caprichos do vento, do mar e do seu saveiro, com os quais sempre conviveu em perfeita harmonia, não se subordinará a uma relação de assalariamento ou de terceirização e nem às regras de funcionamento exteriores à sua lógica, aspectos que são indispensá-

veis ao negócio do turismo;

- O Saveiro de Vela de Içar, que é eventualmente utilizado (carona) por algumas poucas pessoas carentes das comunidades como meio de transporte nas suas rotas e portos normais e em situações especiais (dias de festas) para passeios em pequenos trechos, é totalmente inadequado para transportar turistas, como se pode verificar abaixo, alguns motivos, entre outros:

a) não existe onde ficar em pé, e muito menos sentar comodamente. Na popa, o pequeno espaço de piso é ocupado pelos tripulantes, pela parte final da vela, escolta e cana de leme, com ou sem "gardope", numa arrumação que se faz e desfaz a todo o momento, com a constante variação desses componentes, a cada balanço da embarcação, em consequência natural da navegação. Na proa, o espaço ainda é menor, é dividido entre a vela de proa - a "bujarrona" ou o "traquete", o pau de bolina (antena) ou a verga e o "proeiro" [tripulante responsável pelas operações de ajustes das velas, cabos, lançamento e levantamento da âncora (ferro ou "fateixa")], sendo que tudo isso acontece graças à destreza dos tripulantes em equilibrarem-se, pois não há proteção no contorno (guarda mancebo) a não ser parcialmente por uma pequena estrutura (corrimão) que fica comprometida com mercadorias, varas e apetrechos da embarcação, não oferecendo nenhuma segurança para as pessoas despreparadas. No saveirão, os porões de carga são cobertos não com o convés de piso com bancos onde, em outros tipos de embarcação, os passageiros se sentam e podem transitar. Mas sim, pelo tijupá, que é uma espécie de telhado de duas águas com forte inclinação, construído em tábuas superpostas e transpassadas que formam acentuados "degraus" entre si e com a cumeeira instalada no eixo longitudinal da embarcação. Além de ser bastante desconfortável sentar-se aí, pois, não há largura suficiente para isso entre as tábuas, também não há como compensar a inclinação e nem onde apoiar-se, provocando fortes dores e torções nas costas de quem não cresceu fazendo isso desde cri-

ança. Como agravante, ainda temos o fato de que a vela é cortada de forma rente ao tijupá - linha de baixo, na busca de aproveitamento para maior área vélica. Isso faz com que a cada cambada (virada da vela devido a mudança da direção do vento, para manter o rumo da navegação), as pessoas tenham que sair de um lado do tijupá para o outro numa movimentação difícil e perigosa, antes que a vela as derrube;

b) a vela elimina qualquer possibilidade de instalação de um toldo para proteção do sol e da chuva (os porões são escuros, mal ventilados e sem nenhuma visão para fora, pois destinam-se ao transporte de mercadorias perecíveis, que não podem sofrer exposição ao sol e à chuva);

c) não existe geladeira nem sanitário à bordo e água doce, só para beber;

d) não existe motor e a propulsão à vela não oferece segurança de hora marcada de chegada ou de deslocamento rápido, com destinos redefinidos fora do previsto, para atendimento de emergências de saúde que surjam a bordo ou manobras rápidas para resgate de tripulante caído ao mar;

e) também inexistem instrumentos de navegação, cartas náuticas, rádio-comunicador, equipamentos de combate a incêndio, botes ou balsas de abandono (nos Saveiros de Barra à Fora, encontrava-se um batelão - canoa), escada de acesso pelo mar, foguetes sinalizadores, luzes de navegação (usa-se lanternas de óleo ou azeite - tipo fífo), medicamentos e outros equipamentos de salvatagem;

Por esses e outros motivos, a Capitania dos Portos, numa elogiável demonstração de sensibilidade, respeito e compromisso de defesa das tradições navais, contribui efetivamente para a preservação do Saveirão de Carga, habilitando os Mestres e tripulantes e admitindo, em caráter especial, o tráfego dessa embarcação para seu uso tradicional (rota, tripulação, carga, origem e destino, dentre outros) e não permite o seu uso com passageiros. Qualquer adaptação que viesse a ser feita estaria agredindo e descaracterizando a embarcação, o que seria inaceitável pelas autoridades e pelos que lutam em defesa do Saveirão de Carga.

4. Considerações Finais e Proposições

Houve uma disfunção com a drástica redução e queda do escoamento da produção através de Saveiros – tradicional, seguro e ecológico meio de transporte. Até os anos 60 existia uma atmosfera portuária favorável, onde as relações afetivas eram regidas por uma rede e laços de amizade e solidariedade, tanto na Rampa do Mercado, quanto nos cais dos portos de atracação, que, de acordo com Celestino (2004), “era muito além do relacionamento produtor-transportador-cliente. Em terra firme, na Praça Cairu (Comércio), nos portos ou nas feiras, armazéns funcionavam como consulados do homem do mar”. Esse universo de espaço e cenário de grandes acontecimentos da Cidade da Bahia foi sendo desmontado, conforme o processo que se seguiu, sobretudo pelos limites que foram colocados e impostos aos Mestres Saveiristas.

Apesar das várias e importantes contribuições dadas para a luta de resistência contra o processo de extinção em curso, quase todas essas iniciativas têm um caráter pontual, estando desarticuladas, sem uma abordagem sistêmica e estruturante de política pública voltada ao fomento do desenvolvimento engendrado, integrado e sustentável da região. Concordando com Vasconcelos Maia, é preciso enaltecer o valor dos Mestres, dos Trabalhadores Saveiristas e, sobretudo, é preciso construir programas governamentais que fomentem a remontagem desse diversificado sistema, de modo a apoiar a produção, o transporte e a comercialização, na dimensão da escala familiar, bem como o resgate da arte da mestrança (governo e construção de saveiros), objetivando o resgate de sua história, agregando a ela o cooperativismo, associativismo, mercado justo, economia solidária e, comprometidos com os princípios do desenvolvimento sustentável, da Agenda 21 e das Metas do Milênio. Desse modo, uma política de valorização do Sistema Via Saveiros deve levar em conta os seguintes aspectos:

Potencialidades – Existem diversos itens que sinalizam favoravelmente para a reativação e potencialização do sistema:

- O Fomento de um conjunto de atividades economicamente viáveis – a)

acentuada redução do custo do transporte; b) produção de gêneros da linha orgânica que, além de garantirem a saúde do solo e dos consumidores, também propiciam melhor resultado econômico, para os quais existe demanda reprimida de aquisição, principalmente quando certificados;

- Estruturação de um sistema de trabalho socialmente justo – a) verifica-se a forte demanda reprimida nas comunidades dessa região por carência de postos de trabalho, principalmente os focados em saberes populares intergeracionais, como é o caso em tela; b) a produção rural será retomada totalmente focada na escala de produção familiar. Obs: o sistema estará gerando postos de trabalho, diretos e indiretos, nas suas três etapas (produção, transporte e comercialização), reduzindo as desigualdades sociais.
- Implementação de um sistema ambientalmente equilibrado – Recuperação com reflorestamento de diversas áreas degradadas que apresentam vocação para produzirem as madeiras utilizáveis na embarcação; Reversão do transporte por caminhões, com o estímulo ao retorno da embarcação à vela, não motorizada, que utiliza a limpa energia dos ventos e preserva o saveiro não só como peça de museu, mas, também, como ferramenta atuante no processo.

Propostas – O Programa Recôncavo Via Saveiro é composto, entre outros, pelas seguintes ações:

- Recuperação dos estaleiros visando à reabilitação da construção naval artesanal e, com o conseqüente estímulo, fomento e salvaguardas, para que ocorra a preservação das técnicas, artes e tecnologias de produção dos armadores, com o resgate dos seus ofícios;
- Documentação e registros das técnicas e dos métodos empregados pelos Mestres navegadores, construtores e carpinteiros navais, com o incentivo à trans-

missão de seus conhecimentos para aprendizes interessados;

- Fomento à retomada e inclusão da diversificada, histórica e cultural linha de produtos oriundos da produção familiar e característica dessa região, que abasteciam a antiga Salvador e localidades lindeiras;
- Reativação de atracadouros e pontos de estiva, a exemplo da “Feira do Saveiro”, anexa à “Rampa do Mercado”, com a desocupação, reurbanização e requalificação da área, visando sua revitalização;
- Reconhecimento dos Mestres Saveiristas e trabalhadores como categoria profissional;
- Inclusão nos sistemas que dão acesso aos benefícios sociais instituídos, a exemplo de um Plano de Previdência Especial que venha a beneficiar os velhos Mestres Saveiristas, tal qual ocorreu com os Mestres da capoeira;
- Efetivação das demandas encaminhadas ao setor governamental pelo GERMEN (registro do bem cultural e outros);
- Estabelecimento de um programa de incentivos creditícios fiscais e tributários para o sistema, e
- Apoio à comercialização de produtos e garantia de compra pelo sistema CONAB/EBAL.

Desse modo, os autores propõem que o Saveiro seja preservado com políticas e ações que possam ser postas em prática o mais rapidamente possível, visando o resgate da sua função objetiva principal do passado, isto é, como meio de transporte de carga. Portanto, o Poder Público deve cumprir o seu papel na promoção do desenvolvimento regional, adotando medidas efetivas e urgentes para a remontagem do sistema no seu formato completo, apoiando o Programa Recôncavo Via Saveiro. Recorrendo a Karl Marx (1988, p.49) é preciso recuperar os conceitos de “valor de uso” e “valor de uso social”, de modo a melhor compreender a atual situação do sistema Saveirão de Carga:

... uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social.

Esse trabalho não pretende esgotar a reflexão sobre o processo de reestruturação do sistema Saveirão de Carga nas águas da BTS e espaços litorâneos do Grande Recôncavo, mas tão somente contribuir para a construção de Políticas Públicas afins.

Referências

ANDERY, M. A. P. A. et al. **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 13ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC.

ARAÚJO, Benedito Carlos Libório Caíres. **A Capoeira na Sociedade do Capital: A docência como mercadoria-chave na Transformação da capoeira no Século XX**. Dissertação de Mestrado UFSC. Florianópolis.

ARCHENAVE. Comissão de Arqueologia e Etnologia Naval. **Patrimônio Cultural naval do Brasil**, Brasília: SFAN/Pró-Memória – Ministério da Cultura, Banco Central do Brasil, Divisão de Impressão e Publicações.

ARTEMANHA modelismo. Disponível em: <www.artemanhamodelismo.org.br> Acesso: 20/05/2009.

BAHIATURSA. **Programa de Estudos das Potencialidades do Patrimônio Artístico e Cultural Baiano**. Bahiatursa. (v. 1 e 2).

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

FERNANDES, José Alberto Rio & VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Porto e Salvador: as proximidades de dois percursos urbanos distintos**. Dep. Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / ISCET e Dep. Geografia da UFBa UNIFACS. 36p. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12481.pdf> Acesso: 15/06/ 2009.

GERMEN. **Baía de Todos os Santos**; diagnóstico sócio-ambiental e subsídios para a gestão, (livro) Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/MMA.

GRANDE, Airton de. **Saveiro à Risca!** In: Superinteressante abril/1998. Ed. n.127. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/superarquivo/1998>> Acesso: 15/05/ 2009.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política – Livro I. 3 ed. – São Paulo: Nova Cultural, coleção; Os economistas.

MATOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia**: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX.

MATOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia Século XIX**: Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. A Baía de Todos os Santos e a Modernidade, In: **Anais do 5º Congresso de História da Bahia**, 4 a 9 de novembro de 2001. Salvador. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Bahiatursa; Fundação Gregório de Mattos.

NORONHA, Silvia. **Réplica da saudade** - Miniatras eternizam os saveiros, embarcação antiga em processo de extinção. In **Aqui Salvador**. Correio da Bahia, 09 agosto 2004. Disponível em: <<http://saveiromodelismo.vilabol.uol.com.br/replicadasaudade.htm>>Acesso: 15/06/2009

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil** - A história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal.

SILVA, Pedro Agostinho da. **Embarcações do Recôncavo, um Estudo de Origens**, Salvador: Publicação do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho.

SMARCEVSKY, Lev. **Graminho**: a alma do saveiro. Organização: Bruno Furrer. Salvador: Odebrecht.

VASCONCELOS MAIA, Carlos. **Aspectos Sócio-Econômicos do Saveiro**. In Programa de Estudos das Potencialidades do Patrimônio Artístico e Cultural Baiano. Bahiatursa. (v.2).

ZACARIAS, José Raimundo de Abreu. **Os últimos saveiros da Baía, os primeiros do milênio**. Escola de Administração da UFBA. Salvador/BA. (Dissertação de Mestrado Profissional).

EXU - A forma e a função

Jaime Sodré¹

Resumo

Este texto aborda um personagem especial do culto afro-brasileiro Exu, analisando a sua metamorfose, ao sabor das implicações do novo contexto, repercutido em sua forma plástica. Na manifestação do rito, a expressão plástica informa elementos sacro-estéticos em diálogos intensos entre o fiel e a representação. O que se tem de concreto é que a representação plástica das divindades africanas no Novo Mundo, apesar da sobrevivência de algumas marcas originais, fundamentais, agregou novos traços, fruto do contato com as manifestações da religião dominante, a católica. As alterações não se dariam de forma aleatória, teriam que ser mantidos vínculos remetentes as concepções originais. A ausência da mesma, ou distanciamento exagerado, colocaria em jogo a eficiência da prática litúrgica, ávida de resultados, razão primordial do rito e esperança dos fiéis. Até que ponto Exu resistiria a estas confrontações estilísticas, em defesa do seu original poder?

Palavras-chave: Religião. Arte. Candomblé. Exu. Ritualização.



Abstract

This paper deals with a special character of the African-Brazilian religious rite, Exu, analyzing his metamorphose, taking into consideration the implications of the new context, reflected on his plastic shape. In rite manifestation the plastic expression provides sacred-aesthetic elements in intense dialogs between the faithful and the representation. What is concrete is that plastic representation of African deities in the New World, in spite of the survival of some original fundamental marks, has added new features, resulting from the contact with manifestations of the dominant religion, the Catholic Church. Changes would not happen at random, ties referring to original conceptions would have to be kept. Their absence, or exaggerate distancing, would put the efficiency of practicing liturgy at stake, and that practice is eager for results, the fundamental reason for rite and for the hope of the faithful. How far would Exu resist those stylistic confrontations, in defense of his original power?

Key words: Religion. Art. Candomblé. Exu. Ritualization.

¹ Professor Universitário, Mestre em Teoria e História da Arte, Doutorando em História Social

Neste artigo propomo-nos a abordar, de forma superficial, a divindade do culto afro-brasileiro EXU, discutido personagem, levando em conta as transformações ocorridas em sua representação plástica, ou seja, em sua base material, decorrentes das variações interpretativas na dinâmica dos ritos, nos quais esse personagem assume papel fundamental.

Uma dúvida manifesta-se em uma análise de primeira ordem: o que atua de forma primordial no rito, a representação plástica, que visualiza a mensagem configurando a retórica, aproximando-a a nível, inclusive, de um contato físico, permitindo a efetiva oferenda ou o discurso, a elaboração doutrinária, transmissora de conceitos, manipulações e impedimentos? É certo que um não viveria sem o outro, em especial nas manifestações religiosas, nas quais a materialização dos conceitos é fundamental para uma efetiva operação.

Em relação ao tema aqui abordado, o que se tem de concreto é que da sua representação plástica no território africano, as divindades do panteão da religião afro-brasileira experimentam neste novo contexto, incluindo neste exemplo as sobrevivências religiosas exercidas em outras regiões, fruto da diáspora, alteração que teria como princípio básico a máxima proximidade com o modelo africano, tanto conceitual como plástico.

Desprovidos de tudo, do ponto de vista material, os escravos trouxeram no seu íntimo conhecimentos que possibilitaram práticas tão vivas no cotidiano daqueles países que os utilizaram como elemento mobilizador da estrutura colonial, visíveis em tempos contemporâneos e enriquecendo o seu patrimônio cultural, a exemplo do seu pensamento religioso, convencionalmente chamado no Brasil de candomblé, denominação, na opinião de Yeda Castro (1981), originária do termo *kandombile* cujo significado traz a prática de culto e oração.

Objeto de reelaboração por exigências circunstanciais, o candomblé preservou em sua estrutura, unidades necessárias da concepção original africana. Afim de que possamos abordar a nossa temática, é importante reportar-nos a fundamentação religiosa norteadora do homem africano, como sugere Lody (1987): naquilo que ele testemunha materialmente ou nos seus múltiplos micro sistemas de poder, não só temporal, mas também no ritual religioso.

A memória milenar africana sustenta-se na história oral, na qual as regras, sistemas e papéis, tanto de homens e mulheres, além das ações comunitárias, são determinadas por cargos e funções que na sua variedade respondem a situações concretas como as atividades de pastoreio, a agricultura, o artesanato, a religião e até mesmo as ações da realeza que em algumas regiões ainda mantenha-se, às vezes no exercício de um poder simbólico ou religioso. É certo que a esse pensamento e postura tradicional interagem com posturas decorrentes da modernidade, às vezes harmonizadas ou conflitantes, principalmente na área da política e religião.

A força comunitária e a relação de compreensão dos fenômenos, em especial da natureza, ainda são intermediados, em algumas regiões, através de uma visão ritualística por meio de um repertório vastíssimo, simbólico e conceitual, que significa a sobrevivência da identidade grupal. Esta produção caracteriza-se pela eficaz aliança entre o plano sagrado e o homem, sendo este conjunto um dado característico da relação deste último com a natureza.

Um elaborado sistema de máscaras, esculturas, adornos, pinturas corporais e escarificações, são necessários para formulação de uma postura particular, mantenedora da unidade e modelo particular refletida no cotidiano.

A natureza, como elemento de revelação do sagrado, tem as suas nuances, codificações onde se inclui também a relação com os antepassados. Os conceitos multiplicam-se e expressam-se na diversidade dos mitos, personagens divinizadas, presentes nas ações diárias, simbolizadas em santuários pela representação plástica, de esculturas, máscaras e outros objetos, gerenciadores do sucesso das atividades diversas, administrando o destino do homem.

A dança, a palavra, o canto, os ritmos, os objetos de um modo geral são expressões desse universo cultural, decodificável pelos iniciados, manipuladores e os demais, portanto identidade grupal.

Reconhecidamente, como já observamos, não existe uma representação efetivamente similar ao modelo africano no Brasil, ocorrendo em relação à religião afro-brasileira uma divisão convencionada em base lingüística, estabelecida

como noções de candomblé, inclusive com variedades classificatórias no âmbito das diversidades dos estados que formam a federação brasileira e a presença de determinada etnia africana nos mesmos em tempos coloniais. O modelo geral seria: Ketu-nagô (yorubá), Jexá ou Ijexá (yorubá), Jeje (fon), Angola (banto), Congo (banto), Angola-congo (banto). Acrescenta-se a essa divisão o candomblé de Caboclo. Vale registrar a presença do orixá EXU, nas suas diversas variáveis, como elemento dinamizador das práticas dessas nações.

O processo de compreensão do universo religioso afro-brasileiro não deverá ser realizado de forma simples, profundidade esta que não consta das pretensões deste modesto texto, embora possamos enfocar alguns aspectos relevantes. Na cosmovisão africana, o cosmo é um conjunto rigorosamente hierarquizado onde o homem inclui-se nesta relação, através de um permanente diálogo com os elementos desse universo, em especial a natureza.

O santuário natural, conhecido como um espaço mágico-religioso, reproduz-se nos territórios sacralizados conhecidos como "terreiros de candomblé", enquanto espaço ritual, social e físico, onde organizam-se, simbolicamente, as divindades do universo afro-brasileiro enquanto patrono das águas, do ar, do fogo; os ancestrais, etc. É neste conjunto representativo das divindades que um elemento intermediador, singular, manifesta-se: EXU.

Ao longo do tempo, Pierre Verger (1992) empregou sua capacidade intelectual e de iniciado no esclarecimento de fatores que têm contribuído para uma melhor compreensão do universo religioso africano, inclusive sob o ponto de vista da sua repercussão no Brasil. O mesmo nos fornece um relato interessante a respeito de EXU, que reproduzimos, iniciando a análise desta divindade.

Exu é muito sutil e o mais astuto de todos os orixás.

Ele aproveita-se de suas qualidades para provocar mal entendidos e discussões entre as pessoas ou para preparar-lhes armadilhas.

Ele pode fazer coisas extraordinárias como, por exemplo, carregar numa peneira, o óleo que comprou no mercado, sem que esse se derrame desse estranho recipiente!

Exu pode ter matado um pássaro ontem, com uma pedra que jogou hoje!

Se zangar-se, ele sapateia numa pedra, na floresta, e esta pedra põe-se a sangrar!

Sua cabeça é pontuda e afiada como a lâmina de uma faca.

Ele nada pode transportar sobre ela.

Exu pode ser também muito malvado, se as pessoas se esquecem de homenageá-lo.

É necessário pois, fazer sempre oferendas a Exu antes de qualquer outro Orixá.

A segunda-feira é o dia da semana que lhe é consagrado.

É bom fazer-lhe oferendas, neste dia, de farofa, azeite de dendê, cachaça e um galo preto.

O que podemos destacar nesta descrição é o seu caráter irreverente e ameaçador que se exprime pela forma da sua cabeça, pontuda e afiada como a lâmina de uma faca, porém sem nenhuma alteração radical em seu modelo e atributos.

Ainda Verger: Exu é um *orixá* ou um *eborá* de múltiplos e contraditórios aspectos, o que torna difícil defini-lo de uma maneira coerente... é astucioso, e os assustados com essas características comparam-no ao diabo, dele fazendo símbolo de tudo que é maldade, perversidade, abjeção, ódio, em oposição à bondade, à pureza, à elevação e ao amor de Deus. Nesta nova informação observamos uma alteração considerável da representação plástica de Exu, que passa a ser configurado similar ao diabo dos católicos, assumindo característica associada à maldade, exclusivamente.

Entre os *iorubás* o lugar consagrado a Exu é constituído por pedaços de pedras porosas chamada *yangi* ou por um montículo de terra modelada numa forma similar a figura humana que tem olhos, nariz e boca assinalados por *cauris* (búzios). Outras vezes são representados por uma estátua que contém fileiras de *cauris*, tendo às mãos uma pequena cabaça (adó) que no seu interior leva ingredientes com poderes mágicos para a realização dos seus trabalhos, nestes casos, seus cabelos projetam-se numa longa trança sobre o crânio com a finalidade de ocultar a lâmina de uma faca que ele possui no alto do crânio.

Analisando os exemplos construídos no Brasil e em Cuba, Verger identifica a configuração de elementos que o associa com o diabo e argumenta que quando tratado convenientemente realiza tarefas benéficas: pode ser enviado para fazer o mal às pessoas más ou as que nos causam ressentimento... É simbolizado por um monte de

ferro plantado sobre um montículo de terra e, às vezes, por uma imagem igualmente de ferro, representada pelo Diabo brandindo o tridente... As pessoas que procuram sua proteção usam colares de contas pretas e vermelhas.

Já Edson Carneiro (1937), em *Negros Bantos* afirma: a representação mais comum de Exu, o Orixá que simboliza as forças contrárias ao homem, sempre armado com sete espadas, que correspondem aos sete caminhos do domínio imenso do Orixá. De fato, sua abrangência espacial é enorme, em especial nas encruzilhadas e espaços esconsos do planeta. Prossegue o autor: o poder desse orixá é tão terrível que seu "assento" nos Candomblés se constrói com pedra e cal, a portinhola é fechada a cadeado para que ele vendo-se preso não saia a fazer diabruras pelo mundo, e lembra que o Exu do Alto do Abacaxi era feito de três peças desmontáveis, de vidro, como às vezes acontece com as representações afro-brasileira de Ibeji, os Gêmeos Cosme e Damião... Exu tem características fálicas, para prová-lo, basta-me citar estas palavras de Nina Rodrigues: um Pai de Santo Nagô cedeu-me para fotografar dois ídolos ou figuras Geges de Êlêgbá, que ele não sabia o que representavam. Eram, todavia, ídolos perfeitos em bronze, um de cada sexo. Corpo comprido, pernas muito curtas, boca rasgada até as orelhas, volumosos órgãos sexuais, peitos longos pendentes na mulher... Sabido que Exu procede da Costa dos Escravos, não tendo similar nos povos Bantos importados para o Brasil, deduz-se com probabilidade de acerto, que os negros sul-africanos deles se apropriam sem lhe retirar nenhum dos caracteres de instintivos essenciais.

Mais tarde, Edson Carneiro (1961) em outro trabalho assim se refere a Exu: Exu (ou Êlêgbará) tem sido largamente mal interpretado... O "assento" de Exu, que é uma casinhola de pedra e cal, de portinhola fechada a cadeado é a sua representação mais comum em que está sempre armado com suas sete espadas, que correspondem aos sete caminhos do seu imenso domínio, eram outros tantos motivos a apoiar a símile... Assim como pode interceder junto aos Orixás para mau, também pode fazê-lo para o bem, dependendo daquele que pede sua intercessão... Exu pode dançar no Candomblé, mas não em meio aos demais Orixás. Isto aconteceu, certa vez no Candomblé do Tumba Junçara (Ciriáco), no Beiru: filha-de-

santo dançava rolando-se no chão, com os cabelos despenteados e os vestidos sujos.

Edson Carneiro nos fornece nesta oportunidade uma versão de Exu na qual essa divindade traz consigo sete espadas, o que leva a supor tratar-se de uma derivação do tridente, porém o que existe de concreto é que novos elementos vão sendo incorporados à versão original num constante refazer. No que se refere ao seu assento (local destinado à fixação da imagem para realização de oferendas) o mesmo é acrescido de uma proteção que na verdade objetiva o controle tratando-se de uma pequena casa cuja porta é vedada por um ostensivo cadeado onde apenas alguns têm acesso para a realização de limpeza e oferendas. Essa necessidade da guarda rigorosa do personagem reforça o aspecto perigoso ou traquino do mesmo, valorizando, num certo sentido, um aspecto maléfico.

Em exemplo posterior, Edson Carneiro descreve um par de Exu desta vez confeccionado em bronze, o que significa uma mudança em relação à matéria-prima usada para sua produção plástica que outrora era a madeira ou a argila, porém no aspecto formal evidencia, a exemplo do similar africano, exuberante sentido fálico.

Já Raul Lody (1988), revive um conjunto de leituras, sob a ótica da ento-sociologia, abordando as relações dos Deuses-Orixás no cotidiano do homem comum, mostrando que ao mesmo tempo em que o elenco de Deuses se amolda às novas realidades, não deixam de manter os signos de identidade e principalmente o vínculo original, e afirma: é Exu, sem dúvida, visto através de uma montagem do Diabo, intencionalmente vermelho, com chifres e tridente, pulsando em seu interior uma africanidade tão duvidosa como a ortodoxia do seu culto atual. Dos olhos de búzios e modelados em argila, verdadeiras esculturas assentadas em alguidares, onde regado de ervas e sangue assumem seu dinâmico papel religioso, e agora são, esculpidos em madeira ou forjados em ferro batido, recebem votos e práticas similares, ocorrendo maior ou menor identidade aos modelos originais de Exu, o mensageiro, e não de Exu, diabólico personagem, voraz no seu mercenarismo ritual. A crescente e marcante caracterização e aparecimento da iconografia religiosa afro-brasileira coloca Exu com todos os caracteres do Diabo dos católicos.

Neste contexto, Exu ganha novas configurações, produzidas em novos materiais, num processo típico da industrialização. A pintura vermelha recobre a escultura em gesso, já assumindo formas humanas de homem e mulher bem definidas, sendo, porém, utilizados nos cultos da Umbanda. Esse fenômeno repercute no distanciamento mais radical da imagem original africana, manifestando uma vigorosa versão local, abastecida dos fatores de uma nova realidade urbana.

Comentando sobre a relação Exu e o Diabo, prossegue Lody: creio que agora Exu está mais próximo dos Diabos dos católicos do que do elemento comunicador entre Deuses e os homens, em suas primordiais funções no espaço afro-negro onde, o controle do culto e a ação do Axé indiscutivelmente estão assentados na imagem patronal, uterina e viril do Exu com seus falsos à mostra, geralmente desproporcionais ao corpo, língua em caricatura, cara feia ou gaiata, envergando uma lança, tridente ou facão estão expostos na adversidade imaginária dos Terreiros, Exu nadando no dendê, aceso pelas velas, sendo incessantemente acordado pelo pão e a pimenta. Bebe a cachaça, a água lustral.

Lutando tenazmente contra essas transformações Exu assume a qualificação de símbolo da resistência na tentativa do resgate da versão original, afirma-se contra a rígida forma de inspiração européia, colonizadora, caracterizada pela produção de estereótipos culturais. A sua não identificação com os santos da Igreja Católica no processo de sincretismo, pela absoluta ausência de similitude e por sua particularidade dúbia (o bem e o mal) remeteu Exu ao Diabo, este último agente exclusivo do mal. Essa proximidade, apesar de permitir mobilidade e irreverência, põe em risco a fidelidade à versão africana, à memória e a expressão plástica, elo possível com o passado e elemento importante na preservação da sua identidade. O arquétipo de não submissão, da coragem, da resistência, tonifica o personagem, enveredando na leitura de um discurso heróico do protetor, libertador, contestador da dominação, verdadeira fidelidade à memória original.

Em Pombagira, a Marca do Proibido (1982), Lody observa a manifestação de Exu na forma feminina, a qual ele chama de Exu mulher: a predominância dos aspectos femininos em um mito

bissexual, leva a uma mudança de papéis e funções intimamente comprometidas com as funções originais do agente mercurial do culto... Em sua forma feminina Pombagira sintetiza uma visão idealista da mulher contestadora das normas sociais. Contraventora, assume o lado do proibido, a bissexualidade, a irreverência, o erotismo, a subversão, etc.

Assumindo poder, fascinação e sabedoria, transmite temeridade e admiração estereotipadas, ora em espanholas, ora em ciganas típicas, variando de personagens nos limites em que a sociedade lhe oferece como referencial e modelo, na construção de um novo mito no seu alargamento, onde não mais se prende à ortodoxia dos afro-negros, conceitos, preconceitos e imagem são deliberadamente alterados: ora loura, ora morena, ora mulata, raramente negra, são as expressões iconológicas de Bombagira; portanto adereços de ordem comum, cetins em vermelho e preto, roupas de cigana e demais detalhamentos de indumentárias insinuantes e eróticas, quase sempre lembrando uma dançarina oriental com tons latino, conclui.

Mariano Carneiro da Cunha (1983) elabora uma preciosa colaboração ao tema: é um paradoxo que nesses grupos chamados fetichistas quase não existam representações antropomorfas das divindades: raríssimas figuras equestres podem reproduzir a imagem de Xangô... todos os Orixás são de preferência representados por seus "assentamentos" ou por seus emblemas... quanto a Exu o mesmo tem uma estatuária profusa e de iconografia variada, como já notara L. Fronbenius no início do século. De outra parte as representações plásticas de Exu assumiram uma grande ênfase diversificando-se de um modo extraordinário com a expansão da Umbanda, daí acreditarem alguns autores que a Umbanda fosse a causa do aparecimento de Exu de ferro batido, entre outros modelos.

Sobre os protótipos africanos Mariano informa: existem dois tipos de representação plástica de Exu entre os *nagô-Yorubá*. Uma organizou-se em torno de um monte de laterita ou lama escura... Tais montículos encontram-se nas cidades, no santuário principal de Exu e em cada mercado. Esses altares têm, por vezes, uma vaga configuração de rosto humano feito de cauris

incrustados.... Outro grupo de esculturas encontram-se sobretudo nas cidades nigeriana, onde sua divindade chama-se *Exu-Elegbá* ou *Elegbara*, *Orixá* ligeiramente diferente do *Legbá Daomeano*. São, em geral, estatuetas de personagens masculinos e femininos, cujo traço mais característico é a cabeleira longa e recurvada para trás e sempre pintadas de preto. A masculina porta, via de regra, algo recobrando as partes sexuais... Quanto à feminina, encontra-se em geral ritualmente despidada... Enfim, há quantidade razoável de representações plásticas de Exu nas artes de característica sacra feminina.

Podemos verificar o traslado dessa concepção plástica examinando o que fala a respeito Mariano sobre os primeiros exemplares brasileiros da estatuária de Exu: as esculturas mais antigas representando Exu, feitas no Brasil e as quais tivemos acesso, são quatro. Comportam cronologia razoável e apresentam elementos indicadores bastante seguros quanto a sua evolução formal e iconográfica: duas são de madeira, duas são de ferro forjado.

Num exame particular, analisamos os Exus de ferro, que é fruto de uma reformulação da estatuária africana em madeira: os Exus de ferro exibem iconografia bastante diversa e variada em relação aos de madeira: são, contudo, um desdobramento plástico desses, lembra Mariano que, por outro lado, encontramos uma estatueta de vinte e cinco centímetros de altura, de atitude frontal hierática, braços ao longo e separados do corpo formando ângulos de vinte e cinco graus. Mão com as palmas voltadas para frente. Nenhuma indicação de sexo. Embora muito patinada pelas sucessivas libações de azeite de dendê, podemos perceber muito bem os traços fisionômicos brancos e bem delineados. Cabeleira lisa prolongando-se em três melenas encaracoladas de cada lado e que descem perpendiculares aos ombros...

O segundo exemplar é o Exu da coleção de Mário de Andrade, misto de Hermes e Prometeu: trata-se de estatueta de vinte e sete centímetros de altura, mas que se prolonga com um emblema que porta à mão direita perfazendo um total de quarenta e dois centímetros de altura. Pousa numa base quadrangular de dezoito por vinte centímetros. Seu dorso é de forma geométrica, ao qual foram presos por rebites aos om-

bros. Traços fisionômicos brancos, olhos redondos e escavados voltados para o alto... Conclui Mariano: essas estatuetas de Exu em ferro forjado representam marcos distintos para compreensão da evolução formal e iconográfica da estatuária e dos emblemas dessa divindade produzidas até hoje no Brasil.

A elaboração de modelos contemporâneos obedece às mais variadas motivações, desde os cânones rígidos inspirados nos fundamentos, sem os quais a funcionalidade corre sério risco de ineficiência, às mais diversas sugestões formais, porém assegurando nestas variações referências insubstituíveis para efeito da ação da divindade da sua utilidade ritual.

Descrevendo uma cena do cotidiano, comum na Cidade de Salvador, Bahia, Vera Martins (1984, v.303) relata as aventuras de uma iniciada de nome Domingas, na procura de um artesão para confeccionar uma representação escultórica de Exu. Feita a encomenda, executado o trabalho, o resultado a satisfaz, conforme relata a autora: Domingas olhou a escultura em frente e não pode conter o riso de satisfação: Está linda! Uma verdadeira Diaba, mostrou, também sorrindo, seu Zé. Uma Exu de saia. Por baixo, um rabo enorme, retorcido salientemente na ponta. As orelhas têm furos à espera de enfeite e por ousadia uma língua enorme esparramada de fora!

Nesta oportunidade Exu, além de ser denominado de Diaba, preserva sobretudo, simbolizado por uma língua enorme, a sua qualidade fálica. Prossegue a autora: antigamente, antes dos missionários, dos crentes das Assembléias de Deus atraírem devotos do Candomblé, era comum seu Zé trabalhar a noite toda para dar conta do serviço... junto com a Diaba, Domingas levou a ferramenta de Tranca-Rua, um tipo de Exu bastante temido que, segundo dizem, guarda a porta do inferno. José Adário fez uma escultura de setenta centímetros, uma chave de trinta centímetros no meio, duas lanças (armas que o "diabo gosta"), mais uma cabeça em forma de triângulo invertido..., e Vera conclui: as esculturas do Candomblé, mesmo aquelas destinadas ao culto, antes de serem sagradas e se tornarem símbolos da divindade, representam manifestações de um mundo próprio, extremamente rico em mistérios e magia, onde se vê também a marca do artista.

As etapas evolutivas da estatutária de Exu são evidentes, a assimilação com o Diabo substituiu gradualmente a sua representação original que assume uma simbologia compatível com a nova iconografia, porém as distorções não escondem o ícone original: na realidade, esta última etapa diabólica da representação plástica de Exu é a síntese do *Legbá Daomeano* e do *Exu-Elegbá* das cidades *Yorubá* da Nigéria. Aqui é assexuado tendo como sinal sua masculinidade agressiva a cabeleira fálica, o porrete (*Ogo exu*) e os símbolos correlatos; lá é, por antonomásia, enormes falos fincados em monte de terra. A reunião desse elemento em um só personagem resultou em outro de chifre, tridente, rabo fálico tal qual um deus Min Egípcio.

As contribuições plásticas que levaram a incorporação dos dois chifres, segundo Mariano, pode ser resultado do próprio contexto africano, porém mantém vinculação com o seu significado terrível, ameaçador, perigoso, do diabo, na versão católica. Além da católica, é provável que outras influências africanas tenham concorrido para a fixação dos chifres como opção final dessa iconografia, justifica o autor, por que adornam essas também máscaras e estatuetas consideradas terríveis por sua função mágica.

É incontestável a existência de uma produção plástica, principalmente no referente a estatuária, e é nesse contexto que se evidencia a iconografia de Exu com caracteres que, transplantedos para o Brasil através dos escravos, sofre uma reformulação adaptativa nesta nova realidade. Este momento de reelaboração se efetua mantendo, inclusive, sua posição na hierarquia dos deuses africanos no culto afro-brasileiro, inclusive sempre agraciado prioritariamente quando da realização de determinadas atividades litúrgicas.

A incorporação de elementos culturais em contextos sociais diferentes do original implica, naturalmente, em modelos adaptados assumindo versões locais, não só na prática ritual como na imaginária.

Parece-me obrigatório que as mudanças no discurso que sustenta o conceito, refletem-se na elaboração da base material do mesmo, num processo de intensidade dialética, logo dinâmico e razão de sobrevivência. A funcionalidade ou a utilidade do instrumento de fé deve-se revelar claramente nos seus efeitos práticos, o símbolo é

a referência visual, porém o que importa é a sua ação, creditada em resultados junto ao manipulador dessas forças. A iconografia de Exu, a partir do seu modelo original africano, sofreu constantes modificações, a imagem com a representação de uma faca afiada sobre a cabeça do personagem é suprimida no Brasil, as formas humanas do modelo *yorubá* permanecem, inclusive particularizando o feminino e o masculino, porém a manutenção mais evidente é o seu pênis viril, vinculado à concepção africana, onde em locais determinados são cultuados imensos falos que tem referência à fertilidade e a possibilidade de continuação da espécie humana. Exu no Brasil incorpora o tridente, o rabo e o chifre como resultado da sua vinculação ao diabo, embora esses modelos conservem as características fálicas.

Outras variações importantes registram-se no material básico para a confecção das imagens, que, da argila, passa para a madeira e metais, como bronze e ferro, existindo exemplares produzidos em cimento, sendo que nos modelos industrializados o material empregado é o gesso sendo as peças pintadas geralmente em vermelho, tendo formas humanas similares ao homem ou a mulher branca, ganhando novas titulações. Apesar da variação formal, mantém-se o seu caráter merecedor de respeito e temeridade.

A exemplo da África, no Brasil, principalmente nas casas de culto afro-brasileiro, Exu tem sua morada especial, uma casinha colocada próxima ao portão principal do terreiro, funcionando como guardião.

A influência da colonização em bases católicas, resultou na Bahia num processo identificado como sincretismo, que estabeleceu paralelismo entre os Santos da Igreja Católica e as Entidades do Candomblé, nesse processo Exu foi assemelhado ao demônio, assimilando inclusive seus caracteres, evidenciando um aspecto de maldade, próprio e prioritário no primeiro, deixando de ser o agente dúbio mensageiro da vontade dos manipuladores para uma determinada ação.

Os cânones para elaboração das imagens de Exu variam de acordo com a concepção de artesãos e clientes, porém, para preservar determinadas características importantes, para efeito de ações eficientes, é necessária a permanência de elementos simbólicos remanescentes do modelo origi-

nal, elementos estes segredados aos cuidados dos iniciados e manipuladores.

A exacerbação dos aspectos de sexualidade fálica e da contravenção, não encontra ressonância importante nas casas de culto afro-brasileiras que mantêm o ideário de mensageiro, onde Exu se esmera nas práticas das ações recomendadas.

A sobrevivência desse personagem nas atividades rituais dos cultos de vinculação africana deve-se ao seu caráter dinâmico, adaptando-se a diversos contextos, incorporando elementos, reformulando-se, negociando sua permanência até os limites do essencial, mantendo sua singularidade e semelhança ao ser humano, refletindo as virtudes e defeitos, que não são exclusivamente dele, Exu, e sim da humanidade.

O símbolo é o que se pensa dele, é o que se diz dele e fala quando falamos e pensa e age quando pensamos e agimos.

Finalizamos recorrendo mais uma vez a Mariano Carneiro da Cunha no Brasil, Exu assume todos esses atributos e mais a revolta de uma cultura de resistência contra os valores impostos pela sociedade dominante. Isto é, o Hermes africano reúne em si mesmo os elementos de uma metáfora expressiva que simboliza a cultura negra num ambiente hostil: esta para sobreviver e se afirmar, serve-se do símbolo antagônico por excelência da religião dominante, para veicular uma visão de mundo própria onde a ênfase é posta na contestação. Reveste-se pois, o *trickster nagô-yorubá*, dos atributos do diabo cristão para instalar sub-repticiamente os conceitos revitalizantes de sua continuidade e de sua identidade cultural.

Referências

- CARNEIRO, Edson. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro. 1961.
- CARNEIRO, Edson. *Negros Bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *A Presença Cultural Negro-africana no Brasil: Mito e Realidade*. Salvador, CEAQ, Ensaios/ Pesquisa n 10/07/1981.
- CUNHA, Mariano C. da. *Arte Afro-brasileira in História Geral da Arte*. ZANNINI, Walter; São Paulo: Inst. Moreira Sales. 1983.

LODY, Raul. *7 Temas da Mítica Afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Ativa. 1982.

LODY, Raul. *Espaço Orixá Sociedade: Arquitetura e Liturgia do Candomblé*. Salvador: Ianamá. 1988.

LODY, Raul. *Candomblé, Religião e Resistência Cultural*. São Paulo: Ática, 1987.

MARTINS, Vera. *Artistas do Sagrado*, in *Revista da Bahia*. Salvador: EGBA. 1984. v. 303, nº. 14 Set/nov.

VERGER, Pierre F.. *Orixás*. São Paulo: Currupio, 1992.

Saneamento Básico em Vilas e Favelas: qual o papel da regularização fundiária?

Uende Aparecida Figueiredo Gomes¹

Léo Heller²

Resumo

Vilas e favelas compõem uma significativa proporção das regiões excluídas das políticas públicas de saneamento básico no País. Em geral, o pretexto para essa exclusão é a informalidade das ocupações e a possível legitimação de uma situação irregular, ao lado de reais dificuldades de ações intersectoriais entre o saneamento e outras áreas voltadas para a urbanização de tais locais. Com base nessa realidade, necessária de se compreender para melhor se formularem políticas públicas efetivas, o presente trabalho levanta a discussão da relação entre o saneamento e a regularização fundiária, debate notoriamente ausente nas políticas setoriais. Para tanto, estudo de caso comparativo em duas áreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi desenvolvido, com base em entrevistas com moradores e técnicos que atuam em intervenções na área de saneamento básico, análise dos documentos que orientam as intervenções e uma etapa de observação de campo. O estudo ressalta que a promoção do saneamento básico nesses espaços, independente da regularização fundiária, pode resultar na valorização daqueles espaços urbanos e que os moradores, sem a segurança jurídica da posse de seu local de moradia, estejam expostos a pressões especulativas, condicionando novos deslocamentos e reinício do ciclo de ocupação de novas áreas também demandantes de intervenção. As entrevistas realizadas indicaram também a ausência de entendimento claro quanto às implicações da falta de posse dos terrenos no acesso aos serviços de saneamento básico, o que pode tanto justificar a realização de intervenções quanto a sua não realização.

Palavras-chave: Saneamento básico. Vilas e favelas. Regularização fundiária.



Abstract

Slums represent a significant proportion of the areas excluded from basic sanitation public policies in Brazil. Usually, informality of these urban settings and the regularization of an illegal situation are used as excuse for the refusal for interventions. Additionally, effective difficulties for inter sector relations between basic sanitation and other public sectors related to slum urbanisation. Considering that the understanding of this situation seems crucial for a better formulation of public policies focussed on this type of settings, the present paper discusses the relation between basic sanitation and land regularization, debate especially absent among basic sanitation researches. A comparative case study in two areas of Belo Horizonte Metropolitan Region was performed. The methods included interviews with dwellers and technicians from the team of basic sanitation interventions in the studied slums, as well as documental analysis and field observations. The paper highlights that the promotion of basic sanitation in slums, without previous land regularization programs, can result in increased values of the urban land and a movement of displacement of the dwellers, due to the illegal status of their land, and new cycle of occupation of areas also requiring urban infrastructure. The interviews also revealed the lack of clear understanding on implications for lack of land property on the access if basic sanitation services, situation that can justify both new interventions and no interventions.

Key words: Basic sanitation. Slums. Land regularization.

¹ Engenheira Ambiental. Mestra em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Doutoranda em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela UFMG.

² Engenheiro Civil. Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Doutor em Epidemiologia. Pós-doutorado em políticas públicas de saneamento. Professor associado do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais.

1. Introdução

Vilas e favelas são regiões das municipalidades que ao longo da história do Brasil não foram priorizadas pelas políticas públicas de saneamento básico. Para estes aglomerados urbanos dirigem-se as pessoas de menor poder aquisitivo que, sem condições de arcar com os custos urbanísticos e na ausência de políticas habitacionais que os assistam, recorrem às áreas menos valorizadas do meio urbano, destituídas de saneamento básico, bem como de outros serviços essenciais, para construir suas moradias.

Nos espaços ocupados pelos pobres nas cidades, além da inexistência de infraestrutura básica a inadequação quanto à posse dos terrenos é outra característica marcante entre os moradores. De acordo com estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) referentes aos anos de 2004 e 2005, no Brasil, são 1.739.231 domicílios com inadequação fundiária (FJP, 2006). O mesmo estudo ainda indica que, apesar de tratar-se de uma parcela pouco expressiva em relação aos domicílios urbanos, representando 3,9% do total, nos aglomerados subnormais é bastante maior o problema da ilegalidade da posse da terra que atinge 24,8% do total dos domicílios. Nesse aspecto, a regularização fundiária representa o reconhecimento por parte do Estado brasileiro do direito dos pobres à posse do local de moradia.

Corroborando o exposto pela Fundação João Pinheiro, no que diz respeito aos aglomerados subnormais, sabe-se que este indicador está sujeito a grandes problemas de apreensão, com tendência à subestimação (FJP, 2006). Isto porque, segundo definição do IBGE, aglomerado subnormal é o "conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (casas, barracos etc.) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Em sua maioria são carentes de serviços públicos essenciais" (IBGE, 2000). Para o Observatório das Metrópoles (2007), não se deve descartar a possibilidade de existirem aglomerados com número inferior a 50 domicílios em condições gerais semelhantes a uma favela. Por outro lado, Moura (1994) ressalta que existem espaços nas periferias das cidades onde as ocupações não possuem aspectos materiais, nem morfológicos que as aproximem da tipologia conhecida como favela, porém es-

tas vilas, conjuntos habitacionais, entre outros, padecem da maioria dos problemas próprios das favelas. Entre estes, déficits de acesso aos serviços de infraestrutura sanitária e a demanda por regularização fundiária. Nessa conjuntura, o número de domicílios com inadequação fundiária situados em áreas periféricas, que não contam com acesso aos serviços de saneamento básico, provavelmente é superior ao dimensionado oficialmente.

Em 1996, pesquisa intitulada *Instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras*, realizada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) com apoio da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), adotou a seguinte definição de regularização fundiária:

Regularização fundiária é o processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de população moradora de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando acessoriamente melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária (ALFONSIN, 1997, p.24).

O conceito permite inferir que a regularização fundiária abrange múltiplas dimensões, muitas delas com interface com as ações de saneamento básico, principalmente, mas não exclusivamente, no que se referem às intervenções no espaço físico.

Inexiste, até o momento, uma política clara quanto às implicações da falta de regularização fundiária no acesso das famílias à infraestrutura sanitária. Pode-se constatar que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário emitem diferentes pareceres, em diferentes circunstâncias, mesmo que o assunto em pauta seja semelhante. A área de saneamento básico permanece alienada desta discussão, acatando as deliberações e a estas se submetendo diante da premissa de não possuir atribuições para dela participar.

Embora as questões referentes à problemática da inadequação fundiária, via de regra, não figurem nas discussões que envolvem o saneamento básico, observa-se que nas áreas periféricas, regiões onde se concentram os maiores déficits urbanos de acesso aos serviços de saneamento básico, a falta da posse dos terrenos é uma realidade para um número expressivo de famílias. Nessa conjuntura, a partir do momento em que a Política Nacional de Saneamento Básico institui, por meio da

Lei 11.445/2007 (BRASIL, 2007), a área assume, a universalização dos serviços como um dos seus princípios fundamentais, essa questão deveria necessariamente estar no contexto dos debates.

A fim de aprofundar no entendimento deste tema foi realizado um estudo de caso comparativo em duas áreas de vilas e favelas localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte que passam por intervenções em saneamento básico. As áreas de estudo são a Vila Nossa Senhora de Fátima, Aglomerado da Serra, Belo Horizonte (BH) e as Vilas Ipê Amarelo e Nova Esperança, Nova Contagem e Contagem.

A escolha das áreas nos quais foi realizada a pesquisa decorreu da constatação de que tanto a Região de Nova Contagem quanto o Aglomerado da Serra se caracterizam como espaços periféricos da Região Metropolitana de Belo Horizonte onde a ocupação precede a promoção de infraestrutura sanitária que até o momento atual é deficiente, principalmente, no que concerne ao serviço de esgotamento sanitário. São locais onde predominam mecanismos de autoconstrução das moradias, regiões onde não existe regularização fundiária e que passam por processos de intervenção na área de saneamento básico. Na Figura 1 pode-se observar a localização das áreas de estudo no contexto metropolitano.

A fim de aprofundar no entendimento de como tem sido abordada a questão da regularização fundiária nas Vilas foi realizado um estudo de caso comparativo. A pesquisa utilizou métodos definidos no âmbito da pesquisa qualitativa a fim de compreender como a problemática da inadequação fundiária tem sido tratada em espaços periféricos que passam por intervenções de saneamento básico. Foram realizadas entrevistas com técnicos que atuam em intervenções na área de saneamento básico, os documentos que orientam as intervenções nas vilas foram analisados e procedeu-se uma etapa de observação de campo.

2. A Formação das Vilas

De acordo com Carvalho (1997), a formação de favelas na região da Serra, então colônia agrícola, inicia-se à época de fundação de Belo Horizonte. Momento no qual, segundo a mesma autora, não foi prevista a necessidade de espaço para moradia dos operários, construtores da cidade. No entanto, é notadamente nos anos 60 e 70, que se observa o adensamento na região da Serra o que decorre da atuação do poder público no sentido de expulsar as populações faveladas de ocupações menos consolidadas:

Sua filosofia de ação pautava-se pela necessidade de sanear a cidade, para o que se propunha explicitamente a remoção das populações

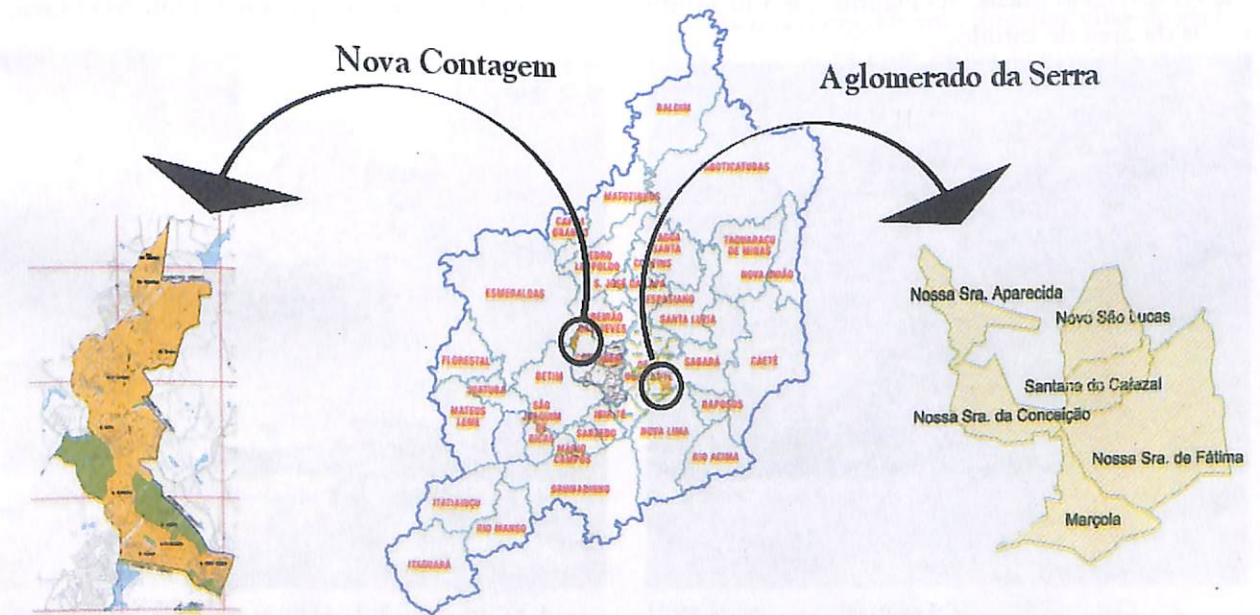


Figura 1: Localização do Aglomerado da Serra e de Nova Contagem no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Fonte: Adaptado de Contagem (2006); Belo Horizonte (2000a).

faveladas, ou se alcançava o mesmo objetivo através da urbanização a custos elevados e consequente pressão para a saída das famílias de baixa renda. Em consequência disso, houve o adensamento dos aglomerados centrais já existentes como é o caso do "inchamento" ocorrido na ocupação do Bairro Serra (BH, 2000a).

Uma moradora da Vila Nossa Senhora de Fátima relata o percurso de adensamento populacional do aglomerado ressaltando a insuficiência de mananciais locais para suprir a demanda por água:

CS1 Quando eu vim, tinha dez moradias. Na Vila Cafezal tinha cinco casas e aqui na Vila Fátima tinha dez. Quer dizer que eram 15, entre Cafezal e Fátima, tinha 15 pessoas morando, quando eu tinha 17 anos [1945]. Mas agora já aumentamos tem vinte e oito mil habitantes dentro do aglomerado. Cresceu a Vila e chegou ali mil oitocentos e poucos [1980] a gente já tava com falta da água aqui, porque aumentou a população e a água não tava dando pro pessoal.

A população estimada do Aglomerado da Serra é de 46.000 pessoas (BH, 2000b), distribuídas em um complexo de vilas e favelas situado na região centro-sul do município de Belo Horizonte. O Aglomerado é formado pelas Vilas Cafezal, Marçola, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima e Novo São Lucas. As Figuras 2 e 3 mostram cenas da área de estudo.

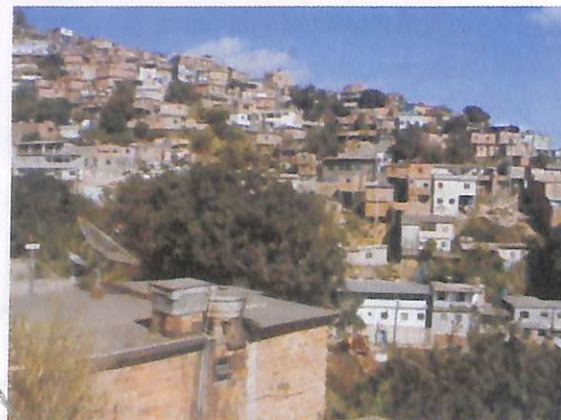


Figura 2: Imagem Vila Nossa Senhora de Fátima – Aglomerado da Serra – 04/2008.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A região de Nova Contagem, por seu turno, tem ocupação acentuada no período de 1987-1991, quando a gestão municipal centra sua iniciativa de política social na provisão de moradias

aos pobres, por meio do PRÓ-HABITAÇÃO. Os moradores da Vila Ipê Amarelo receberam dos órgãos públicos, por meio de um Contrato de Promessa de Doação, lotes em uma área desprovida de infraestrutura. Na Vila Nova Esperança, as invasões caracterizam as formas de ocupação do espaço. Predominam nas vilas mecanismos de autoconstrução das moradias, via de regra, com incentivo de políticos locais. Um morador descreve as relações estabelecidas, entre população e políticos, em períodos pré-eleitorais:

CN1 E achamos isso aqui Graças a Deus com muita força de Deus e da Maria José [vereadora]. Isso aí agora a gente já vai jogar a Maria no meio porque, aí aquela mulher pra nós foi uma, a pessoa que alembra da Maria José naquela época, eu num jogo pedra nela porque ela abaixo de Deus, primeiramente Deus, foi ela que habitou nós aqui. [E como é que ela fez?] Olha ela veio, candidatou pra prefeita, aquele Hélio Costa ou Hélio Garcia não Hélio Costa candidatou pra depu, senador, deputado não sei como é que é lá não, pro governo, não sei. Ela falou: gente eu vou pedir voçes pra ajuda ele, ces ajuda ele, ele não tem nada mais o que ele puder fazer pra voçes ele vai fazer se ele ganhar ele vai fazer pra voçes. Aí nos começou a trabalhar pro Hélio Costa, Hélio Costa ou Hélio Garcia não sei. Aí trabalhamos pra ele quando ele candidatou ele no dia da eleição a gente fez boca de urna pra ele tal tal. Aí chegou a



Figura 3: Implantação de rede de esgotamento sanitário. Vila Nossa Senhora de Fátima – 07/2008.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

vez dela. Ela candidatou pra prefeita aí vou lutar pra ela, aí trabalhamos pra ela daqui pedindo voto outro também. E antes disso, antes da eleição ela veio aqui, olhou lugar, ela falou assim: eu vou

fazer uma reunião com vocês, que a turma já tava aí mais embientada né, vou fazer uma reunião com vocês. Aí ela veio no dia, marcô certim ela veio foi até ali naquela Rua M ali, ela é baixinha pra poder ela ficar em cima a gente poder vê ela que juntou muita gente, então eles colocaram um cachote e um negócio grande pra ela subir em cima iluminando ela de lampião e vela iluminando tudo pra poder ela falar pra nós, explicar como é que é aqui, que ela ia ajudar, que ela ia lutar pra nós que nós não ia sair daqui não... Ela gritava de peito mesmo assim ó: olha gente voçes é meu...

Maricato (1996) ressalta que o assentamento ilegal residencial constitui inesgotável fonte de clientelismo político que é historicamente praticado no Brasil tanto pelo Legislativo como pelo Executivo.

Projetado inicialmente para uma população de 20.000 habitantes o conjunto habitacional, a revelia das restrições à ocupação, cresceu desordenadamente. Em 2006, relatório apresentado pela empresa YKS Serviços (YKS), consultoria contratada pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) para desenvolver os trabalhos de mobilização social, educação sanitária-ambiental, estudos técnicos na área de engenharia e adesão à ligação de esgoto em Nova Contagem, indicou que mais de 70.000 pessoas viviam na região sem sistema de esgotamento sanitário, todo o esgoto e o lixo produzido eram lançados a céu aberto (YKS, 2006). As Figuras 4 e 5 retratam condições das vilas.



Figura 4: Imagem Vila Nova Esperança – 04/2008.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Guimarães (1992) e Carvalho (1997) colocam que, no Brasil, desde o início do século XX, quando começam a se formar as primeiras áreas faveladas, até o momento atual, as ações idealizadas pelo Estado direcionadas para intervenções nesses espaços vêm se dando nas seguintes linhas: uma delas busca a "integração da favela ao sistema" por meio de programas de melhorias das condições urbanísticas. Outra linha "extermina as favelas em função do sistema" por meio de remoções das ocupações ilegais, principalmente, quando estas se inserem nas áreas mais valorizadas do tecido urbano. Outra linha "congela as favelas", já tendo sido praticado a construção de muros ao redor de aglomerados a fim de evitarem-se novas ocupações.

Para Carvalho (1997), que discute a urbanização de favelas e sua relação com as questões ambientais, a linha da integração ainda hoje é considerada aceitável, desde que não use a intervenção do Estado como mecanismo de cooptação, ou de clientelismo, ou de paternalismo do grupo alvo. No entanto, para a autora, ao longo da história recente da política urbana brasileira, urbanização de favelas não tem se configurado como uma diretriz perseguida com a ênfase devida, face à prioridade conferida a ações setoriais voltadas principalmente para o crescimento econômico.

As intervenções em curso nas vilas do Aglomerado da Serra e de Nova Contagem parecem seguir a linha da integração. No Aglomerado da Serra a proposta de intervenção é mais integra-



Figura 5: Fossa em estado precário. Vila Ipê Amarelo – 05/2008.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

da, contemplando não só a ampliação de rede coletora de esgotos, como também, a coleta de resíduos e a drenagem pluvial, além de melhorias na infraestrutura sanitária. O investimento é da ordem de R\$ 171 milhões, provenientes do BNDES, da Caixa Econômica Federal e da PBH (BH, 2007). O projeto abrange outras áreas, tais como a urbanização de becos e a geração de emprego e renda. A intervenção foi precedida por uma etapa de discussão junto à comunidade, que culminou com a produção de um instrumento de planejamento, denominado Plano Global Específico. Em Nova Contagem, a proposta de intervenção segue a concepção tradicionalmente empregada e envolve a ampliação da rede de coleta de esgotos e a construção de uma Estação de Tratamento. A intervenção na região de Nova Contagem é resultado de um convênio firmado entre a prefeitura municipal, o governo do estado e a COPASA. Já foram investidos na região R\$ 43,2 milhões (COPASA, 2008).

A existência de intervenções nas vilas, embora necessária, não é garantia de uma real mudança nas condições sociais prévias. E é nesse contexto que se buscou, na presente pesquisa, a partir de uma análise comparativa, identificar e analisar aspectos convergentes, divergentes e específicos que caracterizam duas intervenções distintas de saneamento básico em vilas e favelas, no sentido de tentar compreender como e porque suas concepções e procedimentos podem influenciar a efetividade das ações. Nesse contexto, partiu-se do pressuposto de que a regularização fundiária é importante na medida em que promove uma maior apropriação, pela população, dos benefícios decorrentes das intervenções nas vilas contribuindo para sua efetividade.

3. O que Dizem os Documentos e como Pensam os Sujeitos

A regularização fundiária é um objeto de análise nas propostas de intervenções em curso na Vila Nossa Senhora de Fátima - prevista no PGE - Aglomerado da Serra - e em Contagem - a Prefeitura Municipal de Contagem parece se esforçar para promover a regularização fundiária das vilas da região de Nova Contagem, no entanto, nenhum dos moradores das regiões em estudo conta

com a posse do terreno no qual construiu sua moradia. Estas áreas, ainda hoje, são consideradas, do ponto de vista urbano, de ocupação ilegal. Ressalta-se que todas as vilas em estudo estão inseridas em áreas de proteção ambiental. A maior parte do terreno onde se localiza a Vila Nossa Senhora de Fátima é, sob o ponto de vista da legislação ambiental, uma Área de Preservação Permanente, tendo em vista que apresenta declividades superiores a 45 graus. Quanto às vilas Ipê Amarelo e Nova Esperança, observa-se que estas estão inseridas em Área de Proteção de Manancial, já que a região localiza-se na área de contribuição à Represa Vargem das Flores, manancial de captação de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte responsável pelo suprimento de água à, aproximadamente, 400 mil pessoas.

Um sujeito destaca a complexidade para realização da regularização fundiária na Vila Nossa Senhora de Fátima. Quanto ao processo de regularizar a ocupação do solo nas Vilas Ipê Amarelo e Nova Esperança, um sujeito ressalta o esforço da Prefeitura Municipal para a adequação da situação fundiária:

TS4 A regularização fundiária é um item da intervenção prevista até no PGE. Ela faz parte da estrutura do PGE e ela sempre é prevista após o processo de urbanização ser concluído. Então na medida que a gente vai concluindo a urbanização em cada trecho, nesse caso em cada vila aqui, em cada área, a regularização teria já, digamos, o ambiente a situação já estabelecida até ela começar a proceder ali a titulação das famílias. Porém, tem algumas complicações, a regularização fundiária ela é condicionada a propriedade de terreno. A Prefeitura, para ela fazer a regularização fundiária, ela fica condicionada à propriedade original do terreno da área onde ela vai fazer a regularização. Então aqui na Serra nós temos uma característica, é o seguinte: a maior parte do território que compõe o Aglomerado da Serra, são as seis vilas, pertencem ao Poder Público Estadual de propriedade, uma outra parte, uma menor porção pertence ao Poder Público Municipal, são as áreas públicas municipais, e tem uma outra parte ainda que compõe que é de propriedade particular. Para cada tipo de propriedade dessa há um tipo de regularização fundiária que tem que ser feito conforme prevê a lei. Que a regularização fundiária ela parte do princípio le-

gal para ser feita. Então no caso da propriedade pública estadual, a prefeitura para titular as famílias que ocupam aquele terreno e que originalmente pertencem ao Poder Público Estadual, ela precisa de ter uma autorização do governo estadual. E essa autorização do governo estadual só é possível ser feita se o governo estadual, através de um convênio com o Poder Público Municipal, passar esta prerrogativa para Prefeitura. Aí precisa de ter uma vontade, uma decisão política dos dois entes da federação...

TN1 Tá em processo parece. Felizmente. Parece que, parece não, está sendo feito um esforço muito grande, por parte da Prefeitura, nesse sentido.

Segundo Minnicelli (2008), são poucas as regularizações fundiárias que realmente chegam, no final, a ponto de dar aos possuidores uma garantia de propriedade (se a área ocupada é particular) ou de concessionário (se é área pública).

No que se refere às opiniões expressas pelos técnicos a respeito da invasão de terras públicas ou privadas, observou-se que os técnicos entrevistados apresentaram um nítido desconforto com o questionamento e constatou-se que não há um entendimento claro quanto a esta questão. Um sujeito recusou-se a responder o questionamento. Outro entrevistado ressalta que a resposta é de um cidadão:

TN1 É. Aí eu teria que me posicionar enquanto cidadã. Eu não tenho nem autoridade, nem autonomia pra fazer qualquer consideração a respeito disso em nome da COPASA. De maneira nenhuma. E acho até uma questão bem complexa de, pra eu posicionar assim, nesse momento, aqui numa entrevista desse tipo.

TS2 Olha eu, essa aí como cidadã que eu vou falar, porque isso aí não é como funcionária de COPASA, nem de lugar nenhum. Eu acho que deve ser ruim para as pessoas que estão invadindo até mais do que para quem está invadido. Mas, é um pensamento talvez meio até bitolado meu. Eu não sei. Eu não consigo ver, por exemplo. Foi até bom você ter feito essa pergunta por que eu vou parar para pensar mais sobre isso. Eu vejo sempre sob essa ótica que eu fui criada.

Em relação ao termo invasão, Minnicelli (2008) adverte que este não condiz com a realidade política - urbanística dos locais escolhidos pelas pessoas de baixa ou nenhuma renda para

fixar suas moradias. O autor ainda complementa que o termo não é apropriado em razão da conotação pejorativa que ele encontra no meio social (abrangendo o científico), como também pela roupagem de ilicitude que o termo possui.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura o direito à moradia como um direito fundamental. O País também é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) e de diversos outros tratados internacionais que protegem o direito humano à moradia. No entanto, para milhões de brasileiros a moradia digna inexiste. Minnicelli (2008) ressalta que sem moradia não há qualidade de vida possível, o autor ainda complementa:

O trabalhador precisa abrigar-se depois da jornada de trabalho, já que não "desaparece" depois dela para "ressurgir" no ambiente de trabalho no dia seguinte. Para algum lugar precisa dirigir-se para renovar suas forças e recuperar sua capacidade de trabalho para jornada seguinte. E construir a moradia, base essencial da reprodução da força de trabalho, é dos itens mais custosos para o orçamento de qualquer família (MINNICELLI, 2008, p. 12).

Três sujeitos destacam que a invasão de terras decorre do crescimento desordenado das cidades e da falta de planejamento no uso e ocupação do solo urbano:

TN2 Então o que eu acho que leva uma pessoa a fazer isso é o crescimento exagerado das cidades e as pessoas que migram de outros estados pra cá em busca de oportunidade, de emprego, então acabam criando esse crescimento desordenado na cidade.

TN3 Com relação à invasão, assim, eu acho que tem um pouco a ver com o desenvolvimento, essa pressão das periferias, empurrando as periferias para as cidades limítrofes, à capital. Ali tinha um pessoal que era de áreas de risco e foram colocadas em outra área de risco. Você tira de uma área de risco e põe numa outra área de risco...

TS1 Eu acho que foi uma deficiência de planejamento do Poder Público que não previu que as correntes migratórias que acabariam, as pessoas que acabaram parando nas grandes cidades e que não tiveram políticas de habitação que proporcionassem um local melhor de moradia. Eu acho que foi uma deficiência muito grande, as favelas como

elas estão hoje, elas representam uma deficiência de planejamento da política de habitação.

Maricato (1996) apresenta a seguinte leitura em relação à ocupação ilegal no Brasil:

[...] a ocupação ilegal de terras é consentida (ou por vezes até incentivada) pelo Estado que, entretanto não admite o direito formal de acesso a terra e à cidade. Isso se dá por conta da articulação entre legislação, mercado e renda imobiliária. A ocupação é consentida mesmo em áreas de proteção ambiental, mas raramente em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário calcado em relações capitalistas (MARICATO, 1996, p. 16).

No que diz respeito à relação entre posse e acesso às redes de água e aos sistemas de esgotamento sanitário, para dois sujeitos, a posse do terreno deveria ser pré-requisito para o acesso às redes de água e esgoto:

TS2 Uai ela tem que ser. Porque se a prefeitura não tem uma política de fiscalização, se a prefeitura deixa invadir, quando ela percebe, já dominaram o local todo já ocuparam... Porque que ela permitiu uma população desse tipo, chegar nesse ponto? Agora quem vai tirar? Quem consegue tirar? ...Porque abastecido eles estão, clandestinamente. Entendeu? Eles têm água 24 horas, clandestinamente, eles pegam água da COPASA... ...Mesma qualidade, mesma qualidade e mesma quantidade que todo mundo usa. Porque eles interferem na rede da empresa e retiram aquela água. Então você não tem controle da quantidade é a quantidade que eles querem pegar. Deve ser até em excesso, porque eles não têm conta para pagar e a qualidade é a mesma.

TN2 Eu acho. Acho que deveria ser porque senão é, é, vai acontecer, cada vez mais, é, esse, essa invasão, sabe? É. Você pensa bem, a pessoa invade uma área que, que não é dela, e que não é legalizada. Então a COPASA não pode comprometer ir lá e ligar água e esgoto pra aquela pessoa, não. É norma da COPASA.

Para dois sujeitos, a posse do terreno não deveria ser requisito para o acesso às redes de água e esgotos. Um sujeito ressalta que a exigência de posse para a promoção do acesso aos serviços inviabilizaria o saneamento básico de toda a cidade outro entrevistado chama atenção para fator humano:

TS1 Não. Porque você tem pessoas que não tem. A posse do terreno, ela nem sempre vem antes

da ocupação. Eu acho que você tem que desestimular movimentos de ocupação de terra, principalmente quando eles têm um caráter especulatório, que visam à especulação... ...Então existe uma questão de saúde aí que ela transcende a posse da terra, ela é muito mais importante que a posse da terra. O saneamento ele não tem só um alcance local daquela comunidade ele tem um alcance de toda uma comunidade do entorno... Você condicionar o saneamento a posse da terra é você inviabilizar o saneamento de toda uma cidade.

TN3 Eu acho que não. Eu acho que não. Principalmente pela questão ali que é da bacia. Se você tem posse ou não, o que importa é que ali tem um ser humano que está vivendo naquela região e que está ali. Você não pode ignorar aquela questão, ele está ali e aquele lugar precisa ser beneficiado.

Em relação ao posicionamento da companhia de saneamento quanto à oferta dos serviços aos domicílios nos quais o proprietário não possui a posse do terreno, dois sujeitos afirmam que a companhia de água e esgotos submete-se a acordos com o poder executivo e o poder judiciário:

TS2 Existe uma combinação, um, esqueci a palavra, um acordo entre a Prefeitura e a COPASA que a COPASA não entra em área de invasão. Ela não entra. Ela só entra quando a Prefeitura libera a área para isso. Nós temos um exemplo claro aqui que é ali no Papagaio, na Vila São Bento, ela fica ali na BR na hora que você está subindo para o BH Shopping, não tem um paredão ali, ali naquela encosta, aquela ali é uma área invadida e grande e a COPASA até hoje não colocou rede de água lá, a água que tem ali é toda clandestina. Toda clandestina, porque a Prefeitura não reconhece aquela área legítima para morar. Então existe este acordo. A COPASA não faz o serviço se a área não for autorizada pela Prefeitura.

TN1 ...porque lá na região... ...ninguém tem posse de terreno. Então considerando isso e entendendo neste acordo com a Prefeitura de mesmo assim atender a comunidade toda a COPASA não está fazendo discriminação se a pessoa é, tem posse da terra ou não. ...acontece por uma questão legal a COPASA não pode atender em áreas não aprovadas, pela Prefeitura e isso é uma lei... ...De, de, geral. No caso de acordos com o Ministério Público é aí a empresa é liberada pra atender, o Ministério Público faz um acordo aí a

COPASA pode atender por causa desse acordo. Lá é um desses casos. A Empresa tá podendo atender, mesmo não sendo, não tendo os moradores a posse da terra. Todo mundo tá sendo atendido.

Para um sujeito, a falta de regularização fundiária não restringe o acesso às redes:

TS2 A COPASA não deixa de atender ninguém porque ela não é proprietária, ninguém. Muito pelo contrário a gente nem olha isso. A gente nem olha. Porque se olhasse a vila e favela não teria água nem esgoto. Não é esse o caso. A COPASA não tem esse pré-requisito, isso não é, isso não faz parte do nosso trabalho. Acho que quem tem que preocupar com isso é a prefeitura. Se é que tem que preocupar, eu não sei. Para ela seria bom eles terem a posse que eles teriam que pagar os impostos, para a COPASA isso não faz diferença.

Em relação à promoção do acesso aos serviços de saneamento básico em áreas de ocupação irregular, observa-se no Brasil que, durante a vigência do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA¹, em algumas situações foram abandonados os critérios legais de uso e ocupação do solo, para estender o fornecimento de água à população até então não atendida em diversas áreas metropolitanas. Esta forma de atuação da área de saneamento tinha como finalidade atingir as metas estabelecidas pelo plano. Maricato (2003) observa que, em São Paulo, a SABESP ampliou as redes de água até os loteamentos ilegais, inclusive aqueles situados em área de proteção dos mananciais, desenvolvendo para isso instalação de rede formada por tubulações leves e de baixo custo. No entanto, segundo a autora, entre 1989 e 1992, a mesma companhia se recusou a estender a rede de água a loteamentos ilegais situados na mesma região de proteção dos mananciais, e que apresentavam inúmeros casos de hepatite, sob a argumentação de que o loteamento era ilegal. A autora ainda observa:

A legislação pode servir para justificar tanto uma ação como uma inação (MARICATO, 2003, p. 5).

Como se pode constatar nos discursos, observa-se que indefinição normativa ainda persiste

¹ PLANASA: Plano de saneamento criado durante o regime militar e que, segundo Heller (2006), ainda exerce influência na área de saneamento no País. Notadamente, no que se refere às ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

te e não há um entendimento entre os técnicos da implicação da falta de regularização fundiária para o acesso aos serviços de saneamento. Interessante observar a alusão a possíveis acordos entre a companhia de água e esgoto e o poder público, permanecendo indefinido qual aparato legislativo sustenta as decisões.

Em relação ao processo de regularização fundiária nas vilas estudadas, um sujeito desconhece como as ações ocorrem:

TS3 Da regularização fundiária eu não sei... Não sei te falar muito a respeito não.

TN3 Não. Não foi tocado nesse assunto.

Em relação à importância da regularização fundiária no âmbito das ações de saneamento básico, para dois sujeitos ela é importante no sentido de potencializar a apropriação das melhorias. Porém, um sujeito ressalta que a regularização fundiária não é essencial:

TS1 Eu acho importante essa relação patrimonial ela acaba aumentando a sustentabilidade da intervenção. Eu acho que a medida que o morador é proprietário, ele tem uma relação mais qualificada com a propriedade dele e do entorno. Então acho que ela melhora a questão da sustentabilidade, mas não tem, não tem uma importância tão vital assim é uma coisa que você deve procurar, é uma coisa benéfica, mas não essencial...

TS2 Tudo que você se apropria tem um outro valor, não é? Olha isso aqui é meu, eu tenho um título, eu tenho que preservar, eu tenho que cuidar, porque quando eu for vender eu posso vender melhor se eu precisar de vender porque amanhã eu vou comprar um melhor aí vai valer mais se eu cuidar. Eu sou muito dessa linha...

Um sujeito ressalta a representatividade da regularização para o morador:

TN2 Eu vejo isso hoje como uma iniciativa muito boa da prefeitura. Aquelas pessoas que moram lá há anos, agora têm a oportunidade de ter o seu imóvel regularizado.

A maior apropriação dos sistemas implantados por parte das comunidades é um aspecto importante da regularização fundiária. No entanto, não é o único. Talvez um discurso mais condizente com uma sociedade que pretende desenvol-

ver-se seria entender a posse como um direito dessas pessoas, já que, conforme esclarece Oliveira (1993), Maricato (1996, 2000), Minicelli (2008), Rolnik (2002), Jacobi (1984, 1985), Carvalho (1996), Guimarães (1992), entre outros, a ocupação de áreas ilegais no Brasil decorre da falta de uma política habitacional que assegure o acesso dos mais pobres à moradia. Outra questão refere-se à promoção de uma maior independência política dessas comunidades frente às pressões externas, principalmente no que se refere às áreas centrais, como o Aglomerado da Serra, que após as intervenções e expansão da infraestrutura básica estarão mais expostas à atuação da especulação imobiliária.

4. Considerações Finais

Minnicelli (2008) ressalta que em urbanismo e ambientalismo, “o não pode” é quase onipresente. Segundo o autor, são duas áreas em que a sociedade criou leis que miram um ideal de ordem e de preservação impossíveis de se atingir pela maioria da população brasileira. Nesse contexto, observa-se que a ocupação de áreas, para fins de moradia popular, em espaços ambientalmente protegidos, se disseminou a despeito das restrições à ocupação. Para Minicelli (2008), tomando como referência Áreas de Preservação Permanente, se a regularização fundiária dessas áreas tivesse sido prioritária, talvez hoje já pudéssemos contar com um acúmulo tal de conhecimento sedimentado que nos permitisse atuar de forma a prevenir novas situações.

Seria interessante para a área de saneamento básico, como parte interessada, discutir e apresentar sua posição, tendo em vista que cabe a ela promover a infraestrutura sanitária nesses espaços. Outro aspecto que merece atenção refere-se à promoção do saneamento básico nesses espaços, independente da regularização fundiária. Isto porque, após a expansão dos serviços nessas áreas, esta parcela do solo urbano naturalmente irá se valorizar e os moradores, sem a segurança jurídica da posse de seu local de moradia, estarão expostos a pressões externas, o que pode condicionar um novo deslocamento e o reinício do ciclo de ocupação de novas áreas também demandantes de intervenção.

As entrevistas aqui realizadas indicam que não há um entendimento claro quanto às impli-

cações da falta de posse dos terrenos no acesso aos serviços de saneamento básico. Conforme exposto por Maricato (2003), essa é uma questão importante, já que pode tanto justificar a realização de intervenções quanto a sua não realização.

Não seria exagero afirmar que o estudo e discussão a respeito da regularização fundiária e o acesso aos serviços de saneamento não têm tido a atenção que merece. Nessa conjuntura, e nesse momento, no qual vislumbra-se a expansão do acesso aos serviços de saneamento básico em áreas de vilas e favelas, talvez se trate de um importante “gargalo”, no que tange à sustentabilidade dos investimentos e à apropriação destes por parte das comunidades.

Referências

ALFONSIN, B. M. *Direito à moradia: instrumentos e experiências de Regularização Fundiária nas cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas: IPPUR, FASE, 1997.

BELO HORIZONTE. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Plano Global Específico – Aglomerado da Serra: levantamento de dados*. Belo Horizonte, 2000a.

BELO HORIZONTE. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Plano Global Específico – Aglomerado da Serra: diagnóstico*. Belo Horizonte, 2000b.

BELO HORIZONTE. Uma cidade melhor para todos. Disponível em: <http://portal2.pbh.gov.br/pbh/index.html?idNv1=82&idConteudoNv1=&emConstrucaoNv1=N>. Acesso em: 10/12/ 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Lei nº 11.445 - 05/01/2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2007/11445.htm>. Acesso em: 01/10/2007.

CARVALHO, M. F. D. A. *Urbanização de favelas e questão ambiental: estudo comparativo de intervenções urbanísticas na Vila Nossa Senhora de Fátima, em Belo Horizonte*. 1997. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Lei Complementar Nº 033 de 26/12/2006*. Estabelece o Plano Diretor do Município de Contagem. Contagem, 2006.

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais. 2008c. Investimentos em Nova Contagem. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por uendefigueiredo@yahoo.com.br em 20/06/2008.

FJV. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2005*. Belo Horizonte, 2006.

GUIMARÃES, B. M. *Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. Análise e Conjuntura*. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. v.7, n. 2 e 3, mai/dez. 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tendências Demográficas no período de 1950/2000*. 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf. Acesso em: 20/10/2007.

JACOBI, P. R. *Saneamento básico e reivindicação social na Grande São Paulo: 1973/1979*. São Paulo: FGV – EAESP, 1984.

JACOBI, P. R. *Políticas públicas de saneamento básico e saúde e reivindicações sociais no Município de São Paulo — 1974/1984*. 1985. 469 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. São Paulo: Perspec., v.14, n.4, 2000.

MARICATO, E. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estudos Avançados. v.17, n.48, 2003.

MINNICELLI, J. L. P. G. *Regularização fundiária em áreas de proteção permanente (APP's): conflitos da gestão urbanística e ambiental*. 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2008.

MOURA, H. S. *Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte*. Monte-Mor, R. L. (org). Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte, CEDEPLAR/PBH, 1994.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Como anda a Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_belo Horizonte.pdf. Acesso em 15/11/ 2007.

OLIVEIRA, I. C. *Metropolis “favelizada”: Rio de Janeiro Continua siendo*. In: HECK, M. *Grandes Metropolis de America Latina*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1993.

ROLNIK, R. É possível uma política urbana contra exclusão? *Revista de Serviço Social e Sociedade*, n. 72. São Carlos: Cortez, 2002.

YKS SERVIÇOS. *Relatório*. Contagem, 2006. Relatório. Impresso. Não publicado.

Candomblé

Maria Alice Pereira da Silva¹

Resumo

O presente artigo narra a saga dos negros africanos em terras brasileiras, a luta para preservar sua identidade étnico-cultural (notadamente a adoração às suas divindades), a perseguição religiosa, o reconhecimento do Candomblé como religião, sua ascensão a patrimônio cultural afro-brasileiro e lista as políticas públicas implementadas no âmbito federal, estadual e municipal, para a sua proteção.

Palavras-chave: Candomblé. Intolerância religiosa. Patrimônio cultural. Políticas públicas.



Abstract

This article describes the Africans experience history in Brazilian territory, their fight to preserve their ethnic and cultural identity (notably the worship of their deities), their religious persecution, as well as the recognition of Candomblé as a religion and its rise to become part of the African-Brazilian cultural heritage as well Federal, statewide and municipal public policies for its protection.

Key words : Candomblé . Religious intolerance . Cultural heritage. Public policies.

¹ Advogada. Especialista em Direito Processual Civil e Direito Civil, especialista em Direito do Estado. Sub-secretária Municipal da Reparação de Salvador (2008). Ex-Secretária Municipal da Reparação de Salvador (2009). E-mail: mariaalice_@yahoo.com.br

1. Introdução

Falar de candomblé é falar de fé, resistência e esperança. Arrancados de sua terra natal, transportados como força de trabalho, considerados animais, objetos, “sujeitos sem corpos, sem nomes ou bens próprios” (SCHWARCZ, 1996, p.12) os negros conseguem, sob império total da opressão, camufladamente, adorar seus próprios deuses, se fortalecer espiritualmente e reproduzir a sua identidade cultural.

A igreja católica serviu de instrumento para legitimar o sistema escravista. Um dos primeiros atos de negação de identidade étnico-cultural era o batismo. Os negros, ao pisarem em solo brasileiro, eram batizados, aprendiam algumas palavras e orações. Marcados com ferro em brasa eram, finalmente, entregues aos seus senhores. O dia a dia dos escravizados era uma saga: moravam nas senzalas, alimentavam-se das piores iguarias, dormiam no chão frio, eram obrigados a trabalhar mais de doze horas por dia, sob a vigilância de feitores.

Com o batismo, a sociedade acreditava piamente que os negros esqueceriam suas crenças, seus costumes, o seu passado. Ledo engano. Mesmo escravizados, massacrados, torturados, separados dos seus familiares, os negros lutaram, mantiveram vivas as tradições ancestrais, reconstruíram as crenças africanas: a fé em *Olorum* – divindade suprema – a fé na força cósmica dos *orixás*, *inquices*, *voduns* e encantados, a prática de seus rituais e oferendas, tendo sempre à frente o *Orixá Exu*.

Garcia (2009, p.164) explica que “O povo negro desterritorializado teve na religião a fonte guardiã dos valores de sua cultura e sobrevivência diante dos horrores da escravidão, que desestruturou sua família e quase todas as suas instituições sociais”. O candomblé, mesmo fragmentado, foi o instrumento, sutilmente, utilizado pelos negros para recuperar a sua origem, identidade étnica e se proteger de todas as formas de dominação. Costa (2009, p.20) salienta: “a grande habilidade dos antigos escravos para cultivar a religião dos dominantes sem abrir mão de suas crenças ancestrais” e cita Valente que defende a tese de que o africano, possuidor de um universo religioso muito rico, chegando aqui foi obrigado a adotar a religião católica: “Habitado àquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças” (Apud FREYRE, 1961 P.354).

Símbolo unificador da luta, lugar sagrado de comunicação com os ancestrais, no terreiro, o povo-de-santo encontrava assistência, comida, morada, um sentido para a vida. “O terreiro proporcionava o que o Estado moderno oferece aos cidadãos e que secularmente negara à população negra” (ALVAREZ, 2006, p.98).

Os terreiros continuam promovendo cidadania e inclusão social. Mãe Valnizia de Aiyrá, no texto “A vida no Cobre, para além do Sagrado” (2009, p.39 - 40) afirma: “As crianças são um marco forte na minha vida... (...) Comecei a pensar numa forma de ver alguma coisa para ir fazendo no Terreiro para ajudar as crianças do bairro (...) registramos a sociedade com o nome de minha bisavó: Sociedade Beneficente e Religiosa Filhos de Flaviana Bianc.(...) conseguimos um (...) curso profissionalizante para adolescentes. Esta foi uma fase muita linda em que trabalhamos para elevar a auto estima desses jovens. Nesse período, muitas filhas, *ogãs* e *equedes* da casa participaram como professoras, merendeiras, serviços gerais e coordenadoras. E conclui : (...) plantei um pouquinho (...) do meu jeito, da maneira como apreendi com meus mais velhos e também com os mais novos, na rua, no bairro e depois no terreiro.(...) Resistência e fé sempre foram marcas de nossa raça e de nosso povo, de nossa religião, então na minha vida não poderia ser diferente.

2. Intolerância Religiosa e Reconhecimento

Os primeiros grupos formadores do processo civilizatório nacional foram, basicamente, índios, portugueses e africanos. Tinham modos distintos de se expressar, criar, fazer e viver. Numa sociedade pluriétnica, onde o colonizador cerceava o direito supremo dos colonizados de cultuarem os seus Deuses, surge o impasse: a quem adorar? Tupã, Jesus Cristo ou Oxalá?

Para os africanos o sincretismo religioso foi estratégia de resistência frente à religião dos brancos. Desse modo, os negros associavam as suas divindades aos santos católicos. Na missa, as orações não eram endereçadas a Santa Bárbara, Santo Antônio, São Jorge e São Roque, mas, respectivamente para *Iansã*, *Ogum*, *Oxóssi* e *Obaluaê*.

É nesse cenário que, em 1830, sob a proteção da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Mar-

tírios, no quintal da igreja Nossa Senhora da Barroquinha e sob a direção de três africanas da nação nagô, foi fundado o primeiro Terreiro de Candomblé da Bahia-Brasil, o Terreiro da Casa Branca, chamado em iorubá *Ilê Axé Nassô Oká*.

Em 1849 surge o Terreiro do Gantois ou *Ilê Iyá Omin Axé Iyamassê*, sito no Alto do Gantois. Fundado por Maria Júlia da Conceição Nazaré, tia-avó de Mãe Meninha do Gantois – filha de Oxum, mito da história do Candomblé no Brasil, diplomata da cultura africana para o mundo inteiro, imortalizada na voz de Gal Costa, na letra de Dorival Caymmi, “Oração de Mãe Menininha”.

Numa roça localizada em São Gonçalo do Retiro, em 1910, nasce o *Ilê Axé Opô Afonjá* - Casa da Força sustentada por *Xangô* - o Senhor da Justiça - tendo como diretora espiritual Eugênia Ana dos Santos, Mãe Aninha do Afonjá.

Há mais de 30 anos, o *Ilê Axé Opô Afonjá* é comandado por Mãe Stella de Oxóssi (SILVEIRA, A Tarde, 2003), indicada, em 2005, para o prêmio Nobel da Paz. Contrária ao sincretismo religioso, a sacerdotisa “reconhece que a prática foi importante no passado, (...) mas salienta que não é mais justificável (...) os orixás e os santos católicos têm energias diferentes e não devem ser confundidos”.²

Em lugar de reconhecimento e respeito às religiões de matrizes africanas, elas sempre foram vítimas da discriminação, perseguição policial, da imprensa, da igreja católica, e, nas últimas décadas, de grupos neo-pentecostais (SANTOS, 2008, p.16).

Segundo Rocha, (2007, p.70) “a perseguição religiosa sofrida pelo negro faz da história de nosso país uma história de vergonha e de dor”. Tocando o dedo na ferida, Rúbio, citado por Rocha (2007,

p.70) argumenta: “Caso algum dia alguém se dispor a contar com seriedade o comportamento da igreja e da sociedade em relação ao povo negro, eu não gostaria de estar vivo, pois seria uma história para viver o resto dos meus dias chorando”.

O batuque nunca foi permitido. Notícias frequentes nos jornais da época davam ciência de repressões policiais em terreiros e prisões de negros alforriados, libertos que insistiam em reunir-se para cultivar os seus deuses. Eis algumas das manchetes: “foram presos e postos à disposição da polícia Cristovam Francisco Tavares, africano emancipado, Maria Salomé, Joana Francisca, Leopoldina Maria da Conceição, Escolástica Maria da Conceição, crioulos livres e os escravos, (...) e os africanos (...) que estavam no lugar chamado Engenho Velho, em reunião que eles chamam de candomblé” (...) “Candomblé: O Sr. Dr. Secretário da Polícia e Segurança Pública, por ofício que dirigiu ao Primeiro Comissário Falcão, recomendou-lhe que faça cessar um candomblé, que há dias está funcionando no lugar denominado Gantois e contra o qual tem havido queixas” (ROCHA, 2007, p.71).

Em 1936, Getúlio Vargas, atendendo a um pedido de Mãe Aninha do Afonjá, editou um decreto-lei que retirou o caráter de clandestinidade do Candomblé, considerado, na época, atividade criminosa sujeita a cominações penais.

Muito embora Vargas tenha descriminalizado o Candomblé, a repressão injusta e arbitrária não teve fim. Para exercer o culto religioso, o Terreiro necessitava de um alvará de funcionamento expedido pela Delegacia Especial de Jogos e Costumes, órgão subordinado à Secretaria de Segurança Pública. A licença policial não oferecia nenhum tipo de proteção. Mesmo sendo obrigados a comunicarem o dia em que iriam realizar o batuque, quase sempre a polícia (ALVAREZ, 2006, p.138) aparecia nos terreiros, para dar uma batida, quando não destruíam os instrumentos e demais objetos, e levava todo o pessoal para a delegacia, com os atabaques na cabeça.

Convém ressaltar que os atabaques ocupam um lugar especial nos terreiros. São instrumentos sagrados, compõem a orquestra ritual ao lado do agogô. Separados do espaço destinado às danças e à assistência, por muretas ou cordas, os atabaques são cumprimentados pelos visitantes,

² No dia 29 de julho de 1983, as ialorixás baianas assinam um manifesto: Desde a escravidão que preto é sinônimo de pobre, ignorante, sem direito a nada; e por saber que não tem direito é um grande brinquedo dentro da cultura que o estigmatiza, sua religião também vira brincadeira. Sejam livres, lutemos contra o que nos abate e o que nos desconsidera, contra o que só nos aceita se nós estivermos com a roupa que nos deram para usar. Durante a escravidão, o sincretismo foi necessário para a nossa sobrevivência, agora em suas decorrências e manifestações públicas, gente-do-santo, ialorixás, realizando lavagens nas igrejas, saindo das camarinhas para as missas etc., nos descaracteriza como religião, dando margem ao uso da mesma coisa exótica, folclore, turismo. Que nossos netos possam se orgulhar de pertencer à religião de seus antepassados, que ser preto, negro, lhes traga de volta a África e não a escravidão. (CONSORTE, 1999, p.89-90).

quando chegam, e por orixás e iniciados em muitos momentos do xirê (roda onde os filhos e filhas de santos ficam dançando).

O exercício do culto, sem pagamento de taxas e registros na polícia, só veio acontecer em 1976, quando, o então governador da época, Roberto Santos, assinou um decreto (ALVAREZ, 2006, p.139) liberando os terreiros da obrigatoriedade da licença da Delegacia de Jogos e Costumes.

A Constituição Cidadã de 1988 garantiu a liberdade de consciência e crença, o livre exercício dos cultos religiosos, bem como a proteção aos locais de culto e suas liturgias (art.5º, VI). Num Estado Democrático de Direito, que erige a dignidade da pessoa humana, ao lado da cidadania, como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, não deve haver espaço para intolerância religiosa. Já dizia Gilberto Gil, na música Guerra Santa, "O nome de Deus pode ser Oxalá, Jeová, Tupã, Jesus, e tantos mais sons diferentes, sim, para sonhos iguais", precisamos apenas de uma religião que nos ensine a respeitar o outro e que converta cada um de nós num ser melhor, (BOFF, 2009) mais compassível, desapegado, amoroso, humanitário, responsável e ético

3. Políticas Públicas

As desigualdades raciais contemporâneas estão ligadas à herança escravocrata. Em 13 de maio de 1888, foram suprimidas as barreiras formais que a escravidão oferecia. Os negros ficaram livres das correntes, mas atrelados à pobreza, ao preconceito. Nasce a República (1889) e os ex-escravizados continuaram vítimas da ausência de políticas que os integrassem à sociedade.

Há uma desvantagem concreta, histórica e persistente entre os segmentos preto, pardo (negros) e branco da população. Isto porque os 121 anos de abolição não foram suficientes para reparar mais de três séculos de escravidão.

Política Pública de Promoção da Igualdade Racial não é uma teoria, é um processo em construção. É uma prática que há menos de dez anos foi colocada na agenda pública, no espaço de governo federal, estadual e municipal e, também, de forma autônoma, em algumas instituições públicas como as universidades, o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público do Trabalho.

4. Legislação Federal

4.1 Patrimônio Cultural

A Constituição Federal (art. 215, parágrafo 1º) garantiu a proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Reconheceu como patrimônio cultural brasileiro (art. 216) "os bens de natureza material e imaterial (...) que reportem à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo: I - as formas de expressão (...)".

Silva (2009, p.806), ao comentar o art. 215, parágrafo 1º, acentua: Ao Estado cabe, como visto, apoiar as manifestações culturais, em geral, mas especialmente lhe incumbe "proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (...) Aqui não se trata apenas de apoiar e incentivar; quer-se mais: exige-se proteção, ações positivas no sentido de defender a existência, a valorização e a difusão dessas culturas especiais".

O mesmo autor (2009, p.814), comentando o art. 216, inciso I, afirma: "Formas de expressão. São os modos de exteriorização de manifestações culturais, tais como: a Língua, a Literatura, a Música, a Dança, as Festas Religiosas, (...) As Festas Religiosas: Festas do Divino (Divino de Pirenópolis/GO; (...) Festa do Santo Padroeiro, o Candomblé, são outras formas de expressão cultural merecedoras de apoio e proteção".

4.2 Educação

Em 09 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Barros (2007, p.36) no artigo "Xangô, a História que a escola vai poder contar" aduz que: "a lei veio estabelecer um marco legal para que a sociedade organizada compreenda a injustiça de um sistema educacional que discriminava o negro e seus descendentes, privando significativa parcela da sociedade da compreensão da história dos afrodescendentes na constituição e formação social deste país".

Adverte o citado autor que o artigo não se propõe a fazer proselitismo nem tampouco catequizar quem quer que seja; visa, apenas, "mostrar que os cantos sagrados saúdam os ancestrais, os lugares sagrados e contam a história daqueles que através da música ficaram, ajudaram a construir um país e impuseram a partir de sua cultura um aspecto singular de vida e filosofia (2007, p.37)".

4.3 Política Nacional

O Decreto Presidencial nº6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo-os como grupos culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (...)

4.4 Previdência Social

No âmbito da Previdência Social, Alvarez em "Tradições Negras, Políticas Brancas" (2006, p.139) aduz: "o sistema previdenciário foi instituído há mais de oitenta anos no Brasil. Inicialmente pensado para operários brancos urbanos, e por que não, católicos, só recentemente foi reconhecido o direito dessas populações negras aos benefícios previdenciários".

O direito à aposentadoria dos sacerdotes dos cultos afro-brasileiros só foi reconhecido oficialmente, mediante parecer, exarado em 2000, o qual permite que os mesmos sejam enquadrados na categoria de "ministro de confissão religiosa, membro de instituto de via consagrada, de congregação ou de ordem religiosa" (2006, p.139).

Mãe Ditinha, primeira mãe-de-santo a ser aposentada como *Ebômim*, relata o fato: "Foi importante (...) eu estava com sessenta e poucos anos de idade e não sabia disso. E, através do candomblé, foi que eu vim a saber (...) que tava acontecendo isso e que já era realidade. Eu fui e fiz. Daí foi um reboleio, foi televisão, tive uma semana de cama, era televisão, era jornal, era isso, telefonema, da Espanha e de outros. Quer dizer, 'propalou'. Aí foi um benefício muito grande, porque nossa religião precisa de expansão, preci-

sa porque já foi muito, como é que se diz?...já foi muito discriminada" (2006, p.139)

O benefício da aposentadoria para os pais e mães-de-santo é um reconhecimento tardio a uma religião secular, que mesmo sob o manto da liberdade de cultos religiosos previstos no art. 5º, VI da nossa Carta Magna, não era reconhecida pelo Estado e demais esferas de poder.

5. Legislação Estadual

O reconhecimento oficial do Candomblé como religião apenas ocorreu em 1989, com a promulgação da Constituição do Estado da Bahia, que, no art. 275, disciplinou a atividade dos Terreiros nos seguintes termos: É dever do Estado preservar e garantir a integridade, a respeitabilidade e a permanência dos valores da religião afro-brasileira (...).

6. Legislação Municipal

O Município, no exercício da competência suplementar, editou a Lei nº 7.216/2007 que assegura a preservação do patrimônio histórico e cultural de origem africana e afro-brasileira... (art. 1º.), considerando (art. 2º.): "toda manifestação, produção ou obra de natureza material e imaterial que tenha referência com a identidade, a ação, o modo de vida ou a memória dos povos que possuem essa origem nas quais se incluem: I – Formas de expressão e celebração; (...) IV – Conjuntos urbanos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos e dos antigos terreiros de cultos afro-brasileiros; (...)

O Decreto Municipal nº. 17.917/2007 reconheceu como patrimônio histórico e cultural de origem africana e afro-brasileira cinquenta e quatro sítios urbanos, dentre eles: Ilê Obá do Cobre, Vintém de Prata.

Criou, também, (art. 2º) o Cadastro Geral das Comunidades religiosas de referência da cultura afro-brasileira da Cidade de Salvador, denominadas, entre outras nomeações congêneres, terreiros de Candomblés e terreiros de Umbanda.

7. Salvador

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Salvador tem aproxima-

damente 2.673.560 habitantes (2005), sendo que 82% dessa população são constituídos de descendentes de africanos, o que a torna, em termos proporcionais, a cidade mais negra do Brasil. A negritude de Salvador não se expressa apenas pelo seu contingente populacional, mas, sim, porque as formas de organizar e celebrar a vida, a relação com a natureza, a maneira de se vestir, de falar e, sobretudo, a religiosidade de seu povo, são extremamente marcados por valores civilizatórios de base africana.

Dentre as políticas públicas de promoção da igualdade racial para as religiões de matrizes africanas implementadas pelo município de Salvador, destacam-se:

7.1 Habitação

7.1.1 Projeto Piloto - Engenho Velho da Federação

Em outubro de 2007, nasce o Projeto Piloto do Engenho Velho da Federação, uma iniciativa da Secretaria Municipal da Reparação em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)³, Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura (SETIN), Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), Superintendência Municipal do Meio Ambiente (SMA) e Fundação Gregório de Matos (FGM) que realizaram e executaram o projeto.

Na esfera federal, a Fundação Palmares, a SEPP-PR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Presidência da República) deram apoio institucional. O Ministério das Cidades repassou os recursos financeiros necessários, alocados no âmbito do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, visando o desenvolvimento de metodologia específica para uma ação mais ampliada.

O objetivo do projeto era a regularização fundiária (cadastro) dos terreiros de candomblés

³ A SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação foi incorporada a SEDHAM - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, pela Lei 7.610 do dia 29/12/2008 publicada no DOM de 30/12/2008, que modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Salvador e dá outras providências.

⁴ Salvador. SEHAB. Projeto piloto de mobilidade urbana, 2005.

do Engenho Velho da Federação, bairro sede de muitas casas de axé (32), algumas oriundas da Barroquinha, que para lá se mudaram a fim de fugirem das leis repressoras impostas pelo Estado, em relação à população negra.

7.1.2 Projeto de Mobilidade Urbana

A SEHAB desenvolveu, também, em julho de 2007, com recursos do Ministério das Cidades, o projeto de melhoria das condições de mobilidade no bairro do Engenho Velho da Federação, por meio de recuperação de escadarias e caminhos existentes, com a instalação de corrimão, pavimentação, iluminação, paisagismo, drenagem e sinalização.⁴

O projeto reconheceu a presença dominante da cultura e da religiosidade afro-brasileira e adotou soluções urbanísticas específicas que valorizassem a identidade étnico-cultural existente na região.

Muitas intervenções foram executadas, a exemplo da intervenção na Praça Mãe Runhó, com o reparo e execução de piso em concreto, execução de gradil metálico e plantio de grama e plantas do culto de matriz afrodescendente; intervenção no Beco da Paz (acesso ao Terreiro Obá Tony), com reparo e execução de piso em concreto, de calhas pluviais e de muro de alvenaria de pedra.



Foto 1 - Praça Mãe Runhó

A Praça de Mãe Runhó é uma homenagem a Maria Valentina dos Anjos Costa (1877-1975), Doné Runhó - sacerdotisa do Terreiro do Bogum. O seu busto, localizado no meio da praça, é a única homenagem pública a uma mulher negra e sacerdotisa da religião de matriz africana na cidade.

7.1.3 Mapeamento dos Terreiros de Salvador

O projeto de Mapeamento dos Terreiros de Candomblé de Salvador foi uma ação política pública pioneira da Prefeitura Municipal de Salvador, desenvolvida pela Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR) e pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). A sua efetivação contou com a participação de órgãos governamentais (Fundação Cultural Palmares e a SEPP-PR). No âmbito acadêmico, coube ao Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO) executar o termo de referência. Vale registrar o apoio das entidades representativas ACBANTU e FENACAB.

Os recursos financeiros para o mapeamento foram assegurados no Orçamento Geral da União (OGU), através de uma emenda parlamentar do deputado federal Zezéu Ribeiro. O projeto teve como objetivo principal valorizar o patrimônio afrocultural dos terreiros, de grande influência sócio-econômico e cultural na cidade e, com a regularização fundiária (mapeamento) dos terreiros situados em áreas municipais, viabilizar a implementação de outras políticas públicas.

Salvador, acredita-se que, possui aproximadamente, 2.700 terreiros. O mapeamento (SANTOS, 2008, p.16) identificou 1.410 casas. Do total, 1.164 foram cadastradas. Convém ressaltar que 36 terreiros recusaram-se a preencher o questionário.



Figura 1 - Mapeamento dos Terreiros de Salvador

nário; 142 estavam fechados por falecimento ou doença da liderança; 31 terreiros migraram para outros municípios; 35 não foram encontrados e 37 passaram a ser considerados inexistentes, visto que o endereço, previamente indicado, não correspondia ao constante nas listas.

A pesquisa revelou que o maior número de terreiros, ou seja, 234 (duzentos e trinta e quatro), correspondendo a 20% (vinte por cento) do total pesquisado, estão situados nos bairros que compõem o subúrbio ferroviário, a exemplo de Plataforma, Paripe e Alto de Coutos. Os bairros de Lobato, São Caetano, Fazenda Grande do Retiro e a Avenida San Martin estão em segundo lugar, com 121 (cento e vinte e um) terreiros. A pesquisa demonstrou, ainda, que os seguintes bairros possuíam mais de vinte terreiros: Plataforma (58), Cajazeiras (46), Paripe (42), Cosme de Farias (36), Liberdade (34), Itapuã (31), São Cristóvão (30), Lobato (27), Periperi (27), Alto de Coutos (25), Valéria (23), Sussuarana e São Caetano (22), Castelo Branco (21).

Do total dos terreiros cadastrados, 68,6% têm menos de 31 (trinta e um) anos de existência. Plataforma é líder em representatividade. Cajazeiras ocupa o segundo lugar. Trinta terreiros foram fundados desde 1991. Uma descoberta singular e digna de nota, feita pelos pesquisadores, é que a quantidade significativa de terreiros em áreas contíguas em Cajazeiras XI, levou o povo-de-santo a classificá-la como um verdadeiro "shopping dos terreiros".

Houve um aumento expressivo na fundação de terreiros, a partir de 1976, devido a revogação da licença obrigatória para o exercício do culto. "Somente neste ano foram criados 46 terreiros, ou seja, três terreiros a cada mês. O número anual esteve acima de dez. O ano de 1986 registrou o maior número de terreiros fundados na história da religiosidade afro-baiana, 57 (cinquenta e sete), uma média de quase cinco a cada mês" (SANTOS, 2008, p.17).

⁵ A Conferência realizada entre os dias 17 e 23 de julho, coordenada pelo professor Edvaldo Brito, ex-prefeito de Salvador - ratificando o papel que a cidade de Salvador representava para os cultos afros em todo mundo, parece ter oferecido a oportunidade que faltava até então para uma expressão mais contundente de afirmação da presença e da importância do candomblé na formação brasileira. (...) Entre os participantes marcaram presença nada menos que um rei africano, o reitor da Universidade de Ifé, sumos sacerdotes de vários orixás, os embaixadores de todos os países africanos com representação no Brasil, delegações de outros países e de vários estados, figuras proeminentes de terreiros, blocos e afoxés, estudiosos da civilização africana. Dir-se-ia que o mundo africano marcara encontro em Salvador (CONSORTE, 1999, p.86).

A pesquisa também revelou que, além da liberdade religiosa, o crescimento nos anos oitenta pode ser creditado a vários fatores. Vejamos: "1) maior visibilidade da religiosidade afro-brasileira, em eventos como a II Conferência Mundial da Tradição Orixá e Cultura, realizada em Salvador, em julho de 1983⁵ (...); 2) o desenvolvimento de uma política governamental voltada para fins turísticos, em que a cultura afro-baiana, notadamente a sua religiosidade, passou a ser a "imagem força" do Estado da Bahia; 3) a imagética do candomblé presente nos blocos afro e afoxés durante o carnaval; 4) as re-interpretações dos movimentos negros sobre a religiosidade afro-baiana." (SANTOS, 2008, p.18).

• Situação Legal

A situação legal dos terrenos ocupados pelos terreiros é bem distinta: 41,7% dos terrenos pertencem ao pai ou a mãe de santo; 28,2%, qualificados como outros, apresentam as seguintes situações: o terreno pertence à família consanguínea que dirige o terreiro, há um contrato de compra e venda, é de usucapião, há litígio com a prefeitura, ou o terreno pertence a alguém que não é membro do terreiro (SANTOS, 2008, p.18).

• Residência

Quanto ao espaço de moradia, a metade dos terreiros soteropolitanos possui uma contigüidade dos espaços sagrados e domésticos. Constatou-se, ainda, que em 36 terreiros existem unidades que podem ser classificadas como econômicas, pois servem de complemento para a renda do pai/mãe-de-santo, assim como constituem uma fonte de recursos para a realização das festas públicas (SANTOS, 2008, p.19).

• Conflitos

Cerca de 8,6% dos terreiros pesquisados tiveram conflitos com vizinhos, sendo os mais citados os protestantes, principalmente os da Igreja Universal do Reino de Deus, Testemunha de Jeová e Assembléia de Deus. Conflitos com católicos só foram registrados em dois terreiros. (SANTOS, 2008, p.20).

• Nação

A maioria dos terreiros de Candomblé se auto-identifica como pertencente à nação Keto (57,8%), vindo em seguida os da nação Angola (24,2%), Jêje (2,1%) e Ijexá (1,3%). Ainda que estes

percentuais correspondam a 85,4%, há terreiros que utilizam uma classificação múltipla, como por exemplo, Angola-Keto, Angola Jêje-Keto, Keto-Angola-Ijexá. (SANTOS, 2008, p.21).

Finalmente, a pesquisa reporta-se ao trânsito religioso, bem como descreve o perfil das lideranças, ou seja, gênero, cor, idade, origem, escolaridade, escolaridade das lideranças religiosas por cor, perfil ocupacional, a participação nos programas sociais, a inserção nas comunidades, o paralelismo religioso detectado nas ações comunitárias e o domínio das deusas.

Verificou-se, por fim, que dois orixás femininos reinam absolutamente em quase 30% dos terreiros soteropolitanos - Oxum e Iansã. A grande popularidade entre o povo-de-santo confirma o dito popular, Salvador, cidade, "É d'Oxum," consagrada na música de Jerônimo e Vevé Calazans." (SANTOS, 2008, p.31).

7.2 Saúde

O Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra (GTSPN), da Secretaria Municipal da Saúde, realiza desde 2005 uma série de atividades de prevenção e orientação para a saúde em comunidades negras.

O Terreiro de Candomblé, historicamente, é o lugar onde o negro busca a saúde do corpo e do espírito. Como espaço de saúde, os terreiros têm recebido uma atenção especial, já que preservam os conhecimentos da medicina de matriz africana no Brasil. Os terreiros reúnem moradores e visitantes de diversas faixas etárias, geralmente pessoas com pouco acesso à informação, negras e sem acompanhamento médico, mas, profundamente mobilizadas e solidárias, principalmente no que envolve a saúde das crianças, idosos, gestantes e portadores de deficiência.

(...) "A saúde é como uma velha amizade: só reconhecemos a importância quando a perdemos". Com essa frase, a Yalorixá Mãe Carmem de Oxalá agradeceu a todos os colaboradores pelo sucesso da 1ª Feira de Saúde do Terreiro do Gantois (...) A Feira reuniu profissionais de saúde, muitos deles da Unidade de Saúde do Alto das Pombas,

que prestaram atendimentos como medição de glicemia e pressão arterial, avaliação da saúde bucal, vacinação, além de distribuição de informativos para prevenção de DSTs/ AIDS.

Segundo a coordenadora do GT Saúde da População Negra, Denise Ribeiro, apesar da chuva, a Feira superou as expectativas, com cerca de 300 atendimentos, além de oficinas com a juventude e uma vasta programação cultural. (...) ⁶

7.3 Meio Ambiente

Como política de preservação do patrimônio cultural e ambiental afro-brasileiro, no primeiro semestre de 2006, a Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR), em parceria com as superintendências de Parques e Jardins (SPJ), do Meio Ambiente (SMA) e do Centro de Estudo Afro-orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), deu início ao plantio de árvore sagrada da cultura africana, o Baobá, trazida pelos negros durante o período da escravidão.

O primeiro plantio realizou-se no Terreiro Ilê Asé Omin J'Obá, de Mãe Elenice Brito, que muito contente declarou: "essa ação é importante porque é mais uma forma de reafirmar a cultura afro-brasileira, bem como reforçar a religiosidade da matriz africana, uma vez que cada planta no terreiro representa um orixá".



Foto 2 - Plantio do Baobá

⁶ Informações fornecidas por André Luis Santana, assessor de comunicação da SEMUR, em nota enviada à imprensa sob o título "Saúde é também cultuada em terreiros".

A árvore Baobá (PORTAL SALVADOR, 2006) é considerada a planta da vida porque todos os seus elementos podem ser utilizados pelo homem (...). Cláudia Barreto explica que o fruto da árvore é rico em vitamina C e sua casca pode ser utilizada na confecção de utensílios domésticos. A semente tem propriedades medicinais e quando torrada pode ser consumida como pó de café e ainda ser aproveitada como matéria prima na confecção de bijuterias. A árvore chega a armazenar em seu tronco 120 mil litros de água, servindo de reservatório nos desertos africanos.

7.4 Educação

Em 25 de maio de 2005, o Município de Salvador implementou a Lei nº 10.639/03 (PORTAL SALVADOR, 2005) que torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

A Secretaria Municipal da Educação, através do Fundo Municipal de Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (FIEMA), lançou, em 14 de agosto de 2009, (SALVADOR, 2009) um programa que pretende implantar salas de alfabetização em todos os terreiros de Candomblé de Salvador.

O objetivo do programa é alfabetizar jovens e adultos de toda a comunidade do entorno dos terreiros, que não tiveram acesso à educação na idade adequada, assegurando-lhes a garantia da continuidade dos estudos.

A Ekedy Sinhá, representante do Terreiro da Casa Branca, (...) prestigiou a cerimônia de lançamento e não escondeu a satisfação de ter em sua casa de santo um programa alfabetizador. "Estou muito feliz com a iniciativa. A educação oferecida em um terreiro de candomblé é capaz de transformar a sociedade".

7.5 Fazenda – Tributos

Na área fiscal, é digno de registro o parecer inédito da lavra do ex-coordenador de tributação da Secretaria Municipal da Fazenda, Dr. Rafael Carrera Freitas. O Município de Salvador reconheceu a imunidade tributária e, por conseguinte, extinguiu as ações fiscais, propostas contra a Sra. Antônia Maria dos Anjos, de parte de área do Terreiro da Casa Branca, de inscrição imobiliária nº. 47131-1, objeto de cobrança de IPTU, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Eis alguns trechos do parecer:

(...) "Apontar hoje como causa para a não concessão da imunidade o simples fato de o imóvel encontrar-se registrado em nome de uma pessoa física é – a nosso sentir – reincidir no erro, pois além da história para demonstrar a impropriedade desse julgamento, há o texto constitucional vigente que impede a deflagração de atos que impeçam ou inibam à prática de qualquer culto religioso".

(...) "Fica clara na instrução deste feito que a suposta proprietária do bem, uma pessoa física, aliás falecida, nem seus herdeiros da chamada família biológica possuem qualquer poder sobre a área identificada pela inscrição nº. 47131-3. (...), a veneranda Casa Branca do Engenho Velho da Federação, representada pela sociedade São Jorge do Engenho Velho, (...), é, sem dúvida, o legítimo herdeiro/legatário da Srª Antônia Maria dos Anjos. (...) O Município do Salvador, mais do que qualquer outra cidade deste país, honrando suas tradições e suas heranças, vê neste ato reconhecida a imunidade do Terreiro Casa Branca, iniciando – o que se espera – uma nova etapa de diálogo com as comunidades de matrizes africanas, partindo do reconhecimento do Estado de sua dívida histórica e de seu compromisso com o respeito à pluralidade de símbolos, de manifestações culturais e, por fim, de regimes jurídicos (FREITAS, 2008).

8. Desafios

O Estado Brasileiro, a fim de impedir que a imensa faixa de terras livres ou devolutas no país pudesse vir a ser ocupada no futuro por escravizados emancipados, promulga a Lei nº 601/1850 (Lei de Terras) no mesmo ano em que foi determinado o fim do tráfico negreiro (THEODORO, 2008) dificultando, assim, o acesso à terra para os trabalhadores pobres, os ex-escravizados e seus descendentes.

8. Desafios

O domínio dos senhores da terra sobreviveu à abolição da escravatura, à proclamação da República, tornou-se direito privado, absoluto e "sem grandes abalos, arrastou o país pelos corredores da História" (GOMES, 2006, p.29) fincando raízes no ordenamento jurídico pátrio.

O domínio dos senhores da terra sobreviveu à abolição da escravatura, à proclamação da República, tornou-se direito privado, absoluto e "sem grandes abalos, arrastou o país pelos corredores da História" (GOMES, 2006, p.29) fincando raízes no ordenamento jurídico pátrio.

O Código Civil (GOMES, 2006, p. 22) "refletia um ideal de justiça de uma classe dirigente(...)

constituindo um Direito que pouco levava em conta as condições de vida, os sentimentos ou as necessidades das outras partes da população, mantidas em um estado de completa ou meia escravidão".

Os grandes latifúndios reinavam e os únicos mecanismos admitidos como legítimos no acesso a terra eram a herança ou a compra e venda. Nasce a partir daí o processo de urbanização das cidades. A desigualdade social e a concentração de renda perpetuam-se, gerando injustiças, produzindo favelas e cortiços.

Muito embora o princípio da função social da propriedade estivesse presente em todas as Constituições Brasileiras desde 1934, é na Carta de 1988 que surge como um princípio estruturador da Política Urbana no país (FERNANDES, 1998, p.213), acolhendo todos aqueles não possuidores de bens imóveis.

Instituído com a finalidade de atuar sobre o passivo legado por mais de 100 anos de ininterruptas práticas de segregação sócio-espacial, o Estatuto da Cidade é uma conquista do movimento popular e constitui-se no marco jurídico para instrumentalização da política urbana, indicando os meios legais para a inclusão social e territorial dos municípios brasileiros, considerados os aspectos urbanos, sociais e políticos. Apesar de inseridos nesse contexto, os assentamentos com características especiais, a exemplo dos terreiros de candomblé, não foram contemplados pela Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001.

Francilene Martins lembra que: "o Estatuto da Cidade não contemplou nenhum programa de comunidade de povos tradicionais, porque o movimento popular de moradia não tem o recorte étnico. O Movimento Negro abraçou para si a questão étnico-racial e os outros movimentos populares não se sentiram representados e nem à vontade dentro desta discussão."⁷

9. Conquistas

Representantes de comunidades remanescentes de quilombos, dos povos de etnia cigana,

dos povos indígenas e das comunidades terreiros, reuniram-se em Brasília nos dias 06 e 07 de junho de 2009. Eles participaram da Plenária Nacional das Comunidades Tradicionais (encontro preparatório para a IIª CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial).⁸

O projeto piloto do Mapeamento dos Terreiros do Município de Salvador serviu como parâmetro da discussão da consulta popular de comunidades de povos tradicionais. O povo-de-santo defendeu a necessidade de políticas públicas específicas, entre elas o mapeamento, como política nacional, a ser referendada na II Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial.

A proposta foi aprovada na conferência. A plenária reconheceu, enquanto patrimônio material e imaterial nacional os terreiros, os *babalorixás*, *iyalorixás*, sacerdotes e sacerdotisas como perpetuadores das religiões de matrizes africanas; garantiu o reconhecimento legal dos terreiros como meio de promoção da cultura, educação e saúde e o fortalecimento das ações já desenvolvidas no âmbito nacional. Esta foi mais uma conquista do povo-de-santo, organizado no contexto de uma construção coletiva de políticas públicas participativas.⁹

10. Conclusão

A Constituição Federal elegeu o princípio da dignidade como valor supremo. "A dignidade nasce com a pessoa. É-lhe inata. Inerente à sua essência" (NUNES, 2007, p.49). A religião faz parte da essência de todo homem, é o seu patrimônio, portanto, mister se faz perquirir "qual é o modo mais seguro para garantir, para impedir que, apesar das solenes declarações, ela seja continuamente violada." (BOBBIO, 1992, p.25).

Lima (2008, p.531), invocando Burdeau assevera que "o aspecto fundamental de qualquer Constituição moderna é ser documento vivo, aplicável e aplicado. Nunes (2007, p.48) citando o artigo de abertura da Constituição Federal da Alemanha Ocidental do pós-guerra afirma: "A dignidade da pessoa humana é intangível. Respeitá-la e protegê-la é obrigação de todo o poder público".

A cidade de São Salvador deu o ponto de partida, despontou no cenário nacional ao mapear

⁷ Entrevista a Francilene Martins – Coordenadora de Gênero e Etnia da União de Moradia Popular.

⁸ Disponível em <http://conapir2009.com.br/>. Acesso em 17/08/2009.

⁹ Resoluções da II CONAPIR - www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/arquivos/iiconapir.pdf. Acesso em 27/09/2009.

os terreiros de Salvador, regulamentar direitos, criar jurisprudência, implementar políticas públicas de reparação, que servem de paradigmas para outras cidades.

O caminho é longo. Muito temos a trilhar. Precisamos apontar as condições e os meios que possibilitem conferir cumprimento aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais relativos à preservação, valorização e fortalecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Os entraves de ordem legal que impedem os avanços precisam ser superados, passo a passo, a fim de que a saga do povo africano, a memória do povo negro, em terras brasileiras, não desapareçam no tempo e, assim, tenhamos um país em pedaços, incompleto, diminuído. Precisamos resgatar a nossa identidade para sabermos o que somos e o que queremos ser na busca de um Brasil inteiro.

Referências

ALVAREZ, Gabriel Omar. **Tradições negras, políticas brancas**. Brasília: Ministério da Previdência Social – MPS, 2006.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/arquivos/constituicao>. Acesso em 13 de julho de 2009.

BARROS, José Flávio Pessoa de. **XANGÔ, a história que a escola vai poder contar**. SANTOS, Ivanir dos. ROCHA, José Geraldo da (orgs). **Diversidade e ações afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05/10/1988. Obra da autoria da Editora Atlas com a colaboração de Alexandre de Moraes. 29 ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Decreto Presidencial 6.040/2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 21/07/2009.

BRASÍLIA. Lei 10.639/2003 – publicado no **Diário Oficial da União** de 01/01/2003.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.

BOFF, Leonardo. **Qual a melhor religião?** Disponível em <http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br>. Acesso em 18/08/2009.

CONSORTE, Josildeth Gomes. **Em torno de um manifesto de ialorixás baianas contra o sincretismo** in Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. CAROSO, Carlos e BACELAR, Jeferson (organizadores), Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAQ, 1999).

COSTA, Sebastião Heber Vieira. **Festa da Irmandade da Boa Morte e o Ícone Ortodoxo da Dormição de Maria**. Salvador: Vento Leste, 2009.

FERNANDES, Edésio. **Direito e urbanização no Brasil** in FERNANDES, Edésio (organizador) – **Direito Urbanístico**, Livraria Del Rey Editora, São Paulo: 1998.

FREITAS, Rafael Carrera. **Imunidade de templos de qualquer culto**. Salvador: Secretaria Municipal da Fazenda. Processo nº635057/2008, 2008.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades Raciais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2006.

GIL, Gilberto. **Guerra Santa**. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/gilberto-gil/576807/>. Acesso em 11/08/2009.

LIMA, Marie Madeleine Hutyrá de Paula. **A implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais e o princípio da eficiência** in Direitos humanos – fundamento, proteção e implementação perspectivas e desafios contemporâneos. PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela.(coords.).Curitiba:Juruá, 2008.

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. Doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Valnizia de. **Resistência e fé: fragmentos de vida de Valnizia de Ayrá**. São Paulo: All Print Editora, 2009.

PORTAL SALVADOR, em 25/05/2005, **Prefeito institui Lei 10.639 no ensino municipal**. Disponível em <http://www.salvador.ba.gov.br>. Acesso em 18/08/2009.

PORTAL SALVADOR, **Prefeitura incentiva o plantio do Baobá**, 03/03/2006. Disponível em <http://www.salvador.ba.gov.br>. Acesso em 18/

08/2009.

PORTAL SALVADOR, **Projeto de quilombos urbanos vira referência nacional**. Disponível em <http://www.salvador.ba.gov.br>. Acesso em 19/08/2009.

SALVADOR, Lei nº 7.216/2007. **Diário Oficial do Município de Salvador**, Salvador, 29/01/2007.

SALVADOR, Decreto-Lei nº 17.917/2007. **Diário Oficial do Município de Salvador**, 13/11/2007.

SALVADOR, Secretaria de Habitação do Município de Salvador. **Projeto Piloto Engenho Velho da Federação**, 2007.

SALVADOR, Secretaria de Habitação do Município de Salvador. **Projeto Mobilidade Urbana do Engenho Velho da Federação**, 2007.

SALVADOR, Secretaria de Habitação do Município de Salvador. **Projeto Mapeamento dos Terreiros de Salvador**, 2007.

SALVADOR, **Diário Oficial do Município**, Prefeitura leva educação aos terreiros, 14/08/2009.

SANTOS, Ivanir dos; ROCHA, José Geraldo da (orgs). **Diversidade e ações afirmativas**. ROCHA, José Geraldo da. **Conhecer a história: pressuposto para ação afirmativa**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Coordenador); **Mapeamento dos terreiros de Salvador**. Salvador: Ufba, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2008.

SCHWARCZ, Lílían Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa (org.). **Negras Imagens**. SCHWARCZ, Lílían Moritz. **Ser peça, ser coisa: definições da escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR) **RESOLUÇÕES DA II CONAPIR**, Brasília. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/arquivos/iiconapir.pdf. Acesso em 27/09/2009.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2009.

SILVEIRA, José Raimundo. Santos e orixás. Salvador: **Jornal A Tarde**, caderno 2, 10/04/2003.

THEODORO, Mário. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil** in THEODORO, Mário(org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**, IPEA, Brasília, 2008.

ponto de vista

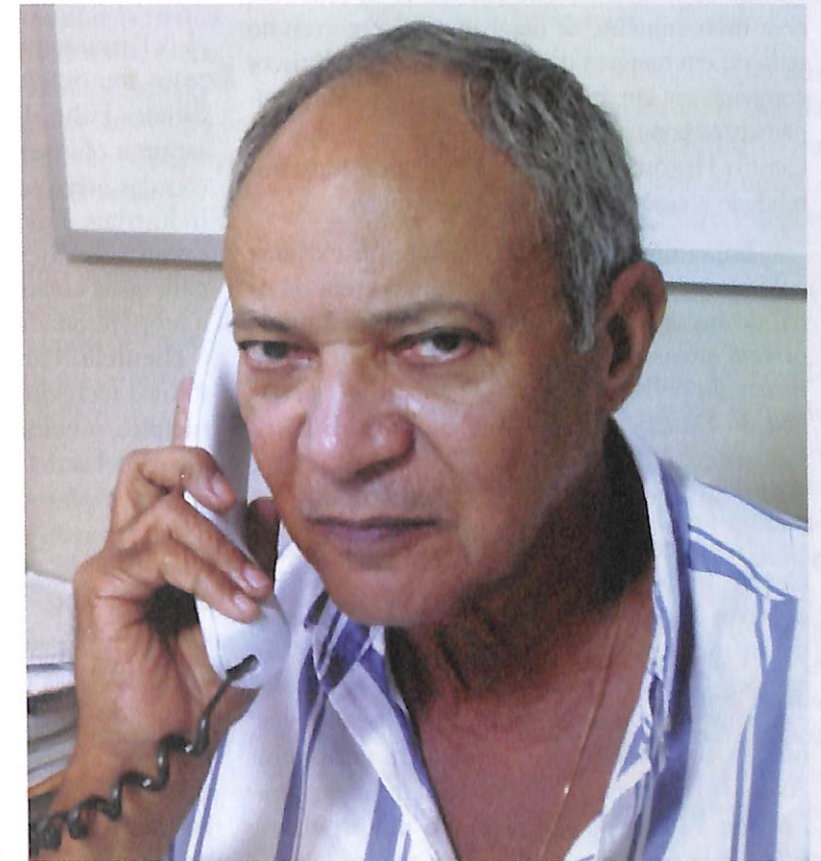
Empobrecimento de Salvador

Edson Pitta Lima¹

Por que Salvador situa-se no grupo das quatro capitais que apresentam rendas per capita e tributária mais reduzidas? Acredito que a origem desse estado de pobreza ocorreu a partir dos anos 60, quando Salvador passou a sofrer um processo de esvaziamento industrial, induzido pelos planos de industrialização implantados por seguidos governos do Estado. Refiro-me ao processo que passou pelas implantações do Centro Industrial de Aratu (CIA), do 2º Polo Petroquímico, de centros industriais em Feira de Santana (Subaé) e outros importantes municípios do interior, e mais recentemente resultou no Polo Automotivo (complexo Ford e fábricas de pneu).

Nos recentes cinco anos, o crescimento demográfico de Salvador alcançou significativos 2,80% ao ano, crescimento que autoriza a previsão de que em 2012 aqui residirão pelo menos 3,3 milhões de pessoas, mais de 400 mil acrescidas às quase 2,9 milhões encontrados pelo IBGE em 2007 (exatos 2.892.625). É evidente que tal dinamismo demográfico não é acompanhado por correspondente desempenho econômico.

Dados do mesmo IBGE indicam que em 2005 a renda per capita acusou mingua de R\$ 8.028,00 que a coloca como terceira mais pobre entre as capitais do Nordeste, região onde estão os maiores bolsões de pobreza. Ressalte-se, também, que



mesmo entre os municípios da sua própria região metropolitana (RMS), essa renda apenas não era inferior às de Itaparica, São Sebastião de Passé, Mata de São João e Vera Cruz.

Em 2007, constatou também o IBGE, dos 2,9 milhões de habitantes, mais de 1,2 milhão não possuíam rendimentos, 487 mil viviam com apenas um salário mínimo, e outros 427 mil, com um a dois. Resumindo: 74% das pessoas viviam sem renda, ou com até dois salários mínimos.

Destaques negativos associados a essa situação são os referentes à taxa de desemprego – cronicamente a maior entre as sete principais capitais – e ao déficit de moradias, que em 2000 alcançou 100 mil unidades, acrescidas das mais de 500 mil necessitadas de qualificação, quadro que sintetiza as precárias condições sociais e de ex-

¹ Subsecretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente do Município do Salvador, Ex-Secretário de Planejamento do Estado da Bahia. Professor da Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Economia e Pós-Graduado na CEPAL-ILPES.

trema carência de acesso à infraestrutura e aos serviços públicos. Foram encontrados 928,6 mil domicílios ou 94,9 mil famílias, correspondentes a 267,5 mil pessoas, sem terem onde morar.

Entre as 500 mil unidades habitacionais necessitadas de qualificação, as mais preocupantes são as que precisam ser transferidas urgentemente, em virtude de se encontrarem em bordas de encostas, com risco iminente de desabamento e mortes; no leito ou em margem de rios e córregos, com riscos comparáveis; em áreas públicas destinadas a equipamentos comunitários; ou em velhos prédios do Centro Histórico, que apresentam precária estabilidade e ausência total de manutenção.

Importante parcela desse quadro de extrema precariedade sócio-econômica resulta, sem dúvida, do esvaziamento de Salvador, processo cuja origem situa-se nos anos 1960 e decorre justamente da política adotada por sucessivos governos do Estado, empenhados em criar distritos industriais na RMS e em municípios de porte médio do interior.

No início dos anos 1960 foi implantado o Centro Industrial de Aratu, com oferta de incentivos fiscais e terrenos subsidiados, dotados de infraestrutura e, posteriormente, até de galpões. Como consequência imediata, Salvador - que nos primórdios dos incentivos fiscais regionais, iniciava a formação de parque industrial na Avenida Barros Reis, em Pirajá e em Itapagipe -, passou a sofrer de esvaziamento industrial, incapacitada que ficou de oferecer os mesmos incentivos e vantagens. Esse processo passa também pela formação do Distrito Industrial de Subaé, ganha novo impulso nos anos 1970, com a criação do 2º Pólo Petroquímico - hoje Polo Industrial de Camaçari, e chega aos anos de década 1990, estes marcados pela instalação do Polo Automotivo, e pelas instalações de fábricas diversas pelo interior, incluindo as dos ramos de confecções, calçados e outros.

Nesse processo, para Salvador foram reservadas duas funções: 1) a de cidade-dormitório para os trabalhadores das industriais da RMS, incluindo os operadores da Petrobrás em Madre de Deus, São Francisco do Conde e Candeias - que na condição de moradores demandariam, evidentemente, serviços pessoais e familiares, como abastecimento, comércio, lojista, educação, cultura, entretenimento e lazer; 2) a de oferecer o indis-

pensável suporte às atividades de suprimento e manutenção às indústrias que estavam se localizando no seu entorno.

Salvador foi relegada, dessa forma, à condição de economia reflexa, que pretensamente se expandiria como consequência dos efeitos gerados pela indústria da RMS - efeitos que, entretanto, perduraram por pouco tempo.

Passaram a dissipar-se à medida que os próprios municípios metropolitanos, notadamente Simões Filho, Lauro de Freitas e Camaçari, passaram a oferecer condições adequadas à localização das atividades de suprimento e manutenção industriais. Em resposta, tais atividades logo passaram a deslocar suas instalações e empregados para essas cidades, em busca de vantagens, como a proporcionada pela presença permanente junto à clientela. Paralelamente, os aprazíveis condomínios fechados construídos nesses mesmos municípios, à beira-mar, passaram a seduzir crescentes parcelas do pessoal empregado nas indústrias da RMS, gente bem empregada nas atividades de administração e produção, seduzida por melhor qualidade de vida, incluindo a menor distância casa-trabalho.

O esvaziamento de Salvador foi marcado, no decorrer desse processo, pela ausência de políticas governamentais que pudessem contrapor os correspondentes efeitos, excetuando a representada pelo Plano de Turismo do Recôncavo, elaborado em 1970 e, recentemente, pelo apoio à criação de Arranjos Produtivos (APL's). São exemplos, o Arranjo Produtivo de Confecções, em Itapagipe, e o do Parque Tecnológico da Bahia, ainda em vias de implantação. Salvador passou então a ser apenas o destino final de migrantes, atraídos pela vã esperança de emprego nos polos industriais da RMS e que, frustrados, nesta capital passaram a lutar por condições de sobrevivência. Tal fenômeno resultou na intensa e desordenada ocupação da periferia -, nas invasões, a maioria em áreas de alto-risco, como encostas e baixios, propensas a deslizamentos e alagamentos. É o que ocorre, principalmente, em ampla faixa entre a BR 324 e a Avenida Luiz Viana Filho (Paralela).

As dinâmicas perversas do atraso, as que justamente se manifestam na atração de migrantes pobres sem chance de oportunidades decentes, na expulsão de parcelas da população com maior

poder aquisitivo para o Litoral Norte, e na deficitária atração de atividades geradoras de maior valor agregado, minam a capacidade fiscal da administração municipal. E tal incapacidade, por elementar processo de causa e efeito, resulta em insuficiência de meios para investir em infraestrutura de melhor qualidade, para restaurar o Centro Histórico e investir em obras e programações que valorizem o potencial turístico decorrente de fatores históricos, culturais, clima e natureza. Impede, enfim, que Salvador seja preparada para atrair fluxos turísticos de maior poder aquisitivo, que aqui encontrariam, também, motivação para permanecer por mais tempo.

A escassa renda tributária própria, causa da fragilidade financeira, impossibilita a manutenção de recursos humanos mais qualificados nos quadros da Prefeitura, melhores condições materiais e capacidade para executar os investimentos que a cidade requer.

Segundo dados da Secretaria da Municipal da Fazenda (SEFAZ) referentes a 2007, 18% dos imóveis (102.595 contribuintes) são isentos do IPTU - isenção extensiva aos imóveis cujos valores a pagar sejam iguais ou inferiores a R\$ 18,76. O restante, correspondente a 587.067 contribuintes, proporciona R\$ 140.500,00 - na divisão per capita apenas R\$ 243,00. Dos 30 mil logradouros, 9 mil (30%) nem são cadastrados.

Para reverter este processo de flagrante pobreza e projetar um futuro melhor, é indispensável encontrarmos caminhos para o desenvolvimento sustentável da cidade, de forma a possibilitar que a administração municipal possa dispor dos meios necessários à redução da precariedade na infraestrutura e na prestação dos serviços públicos. Acredito que esses caminhos, embora não sejam os únicos, devem passar por:

01. Elaboração de diagnóstico preciso do processo econômico e social que conduziu Salvador à atual situação, incluindo identificação das vocações econômicas e escolha da estratégia, políticas e projetos que possam reverter a tendência de esvaziamento econômico;
02. Requalificação imediata das áreas históricas que estão em processo de deterioração e esvaziamento econômico, com base em estratégia que inclua a implementação de atividades econômicas e

uso de incentivos que possam induzir o setor privado à recuperação e manutenção das edificações - cabendo ao setor público municipal a melhoria da infraestrutura. Essas áreas são: Pelourinho, Santo Antonio do Carmo, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Praça Castro Alves, Ladeira da Montanha, Avenida 7 de setembro e Comércio;

03. Aproveitamento e multiplicação dos efeitos diretos e indiretos derivados da instalação do Parque Tecnológico da Bahia, que juntamente com as universidades existentes, e o Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia - Cimatec, poderão ensejar atividades típicas da "era do conhecimento";
04. Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico focado no aproveitamento do potencial da Baía de Todos os Santos, com vistas a ampliar a permanência média do visitante na cidade, hoje situada em torno de 2,8 dias, e aumentar o seu dispêndio médio. A execução de tal plano, e mais a requalificação da Orla Atlântica Norte e da Orla da Península Itapagipana, ambos em estudo, poderão mudar a face da cidade e ampliar as atividades econômicas voltadas para o turismo;
05. Aproveitamento do potencial da Baía de Aratu, com vistas à implantação da indústria náutica, a partir da demanda gerada pelos trabalhos de prospecção de petróleo;
06. Identificação de vocações econômicas em bairros e comunidades populosos, como Liberdade, Subúrbio Ferroviário, Pirajá - BR324, Cia/Aeroporto/São Cristovão/Cajazeira, Calçada - San Martin, etc.

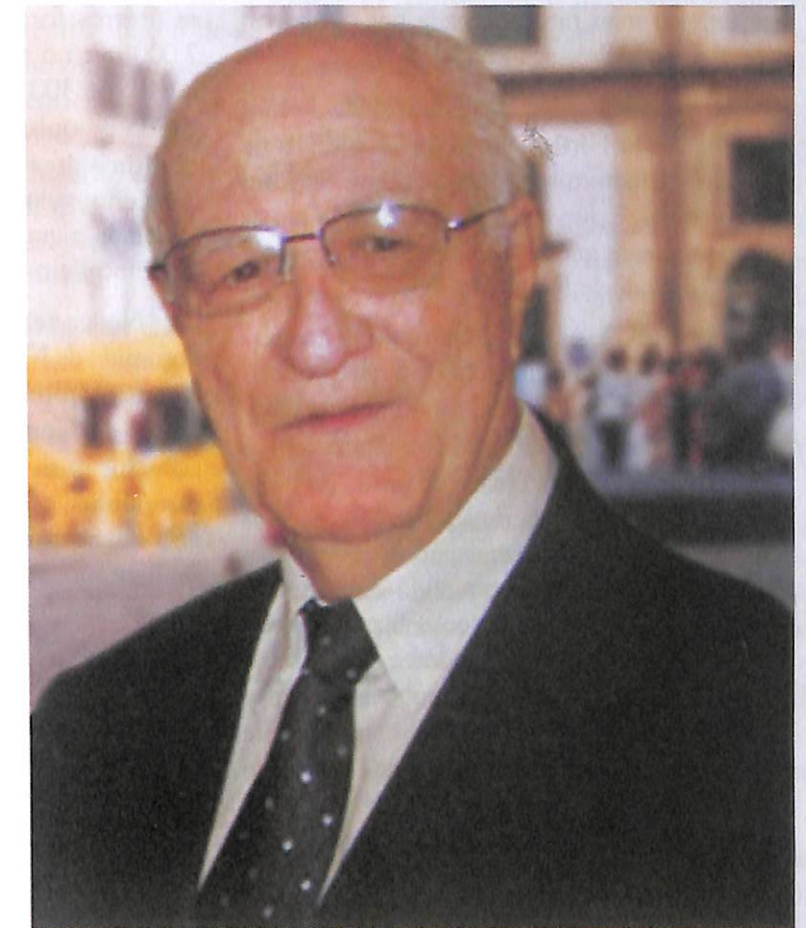
Espera-se que essas ações possam reverter o processo de decadência aqui descrito, impulsionando as forças do dinamismo em prol da economia da cidade. A escolha de Salvador como uma das sedes da Copa do Mundo poderá unir os governos federal, estadual e municipal, no esforço de melhorar a infraestrutura da cidade, contribuindo decisivamente para a ativação dessas forças dinâmicas.

Cidade Baixa: caminhando com a história

Paulo Segundo da Costa¹

A Cidade Baixa tem forte ligação com a história da fundação da Cidade do Salvador e seu desenvolvimento. No Bairro da Praia, depois Conceição da Praia, situado no sopé da escarpa, foram levantadas as primeiras e precárias instalações para a construção da cidade. Inicialmente, uma estreita faixa de praia, com cerca de 20 braças portuguesas (44 metros) de largura, que se estendia até as cercanias do pequeno morro onde o Poder Municipal, em 1756, autorizou o desmorte da encosta rochosa para a construção da igreja de Nossa Senhora do Pilar.

A 29 de março de 1549, Thomé de Souza e seus auxiliares desembarcaram na Vila Velha, atual Bairro da Barra. Em abril, após escolher o local onde seria fundada a capital da colônia, sua esquadra deslocou-se para a área onde daria início à construção da Cidade do Salvador. Essa área corresponde ao atual Bairro do Comércio, na Cidade Baixa. Ali, na praia, Thomé de Souza mandou construir uma pequena capela para onde trasladou, da Nau N. S. da Conceição, a imagem da Santa de sua devoção, que trouxera de Lisboa. No século XVII, no mesmo local da primitiva capela, foi erigida a Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia, cuja festa é celebrada no dia oito de dezembro, com enorme



afluência popular. Também ali foram construídos os barracões para abrigar operários e guardar ferramentas (pás, picaretas, facões, machados, etc.), que vieram de Portugal, para a edificação da cidade. O português Gabriel Soares de Souza informa, em 1584, que o primeiro lugar analisado por Thomé de Souza, Luiz Dias e demais componentes de sua equipe de governo para localizar a cidade em Itapagipe. Diz ele: "Quando se fundou a cidade, houve parecer para que ali ela fosse edificada, por ficar mais segura e melhor assentada e muito forte, a qual está norte e sul com a ponta do Padrão", parecer que não prosperou. O local escolhido corresponde aos atuais Bairros da Sé, na Cidade Alta e da Conceição da Praia, na Cidade Baixa.

O Professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Marcos Para-

¹ Paulo Segundo da Costa engenheiro civil pela Escola Politécnica da UFBA; ex-Secretário de Urbanismo e Obras Públicas da Cidade do Salvador; membro fundador da Academia de Letras e Artes do Salvador - ALAS; titular da cadeira 18 que tem como patrono o urbanista Mário Leal Ferreira; sócio permanente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; membro permanente do Instituto Genealógico da Bahia. Tem três livros publicados sobre a história da Santa Casa da Bahia e a biografia do ex-Governador da Bahia, sob o título de "Octávio Mangabeira - Democrata Irredutível".

guassú, no estudo que fez dos Bairros da Conceição e do Pilar, diz: "Entre o pé da ladeira da Conceição e o da ladeira da Preguiça, a beira mar, estendia-se o varadouro, onde as embarcações eram querenadas, isto é, colocadas no seco e sobre suporte de madeira, os seus cascos eram raspados e limpos da sujeira marinha. Esta área parece ter sido mais tarde ocupada por estaleiros: os estaleiros da Preguiça".

Ao decidir pela fundação da Cidade do Salvador, a Coroa Portuguesa tinha o objetivo de centralizar a administração da colônia em um governo geral, e dispor de um porto de apoio às naus portuguesas que se dirigiam à Índia, no comércio com aquele longínquo país.

Na praia da Preguiça ocorreu o primeiro aterro do mar. O engenheiro Odilon Franco Sobrinho, em 6 de agosto de 1941, informou: "Na marinha da Cidade Baixa, onde por muito tempo não havia mais que uma rua, a chamada da Praia ou Direita da Praia, apertada entre o mar e as penedias da montanha, começou-se, em 1701, o primeiro trecho de cais, requerido e executado por Francisco Pina, que o construiu na testada de seu prédio(...); outros moradores em breve os imitaram. Os Padres Jesuítas também tinham o seu, para seu uso particular, e com o auxílio dele elevaram do cais para o alto, as grandes pedras de mármore lavrado, que vieram de Lisboa para a monumental igreja do seu colégio, no Terreiro de Jesus, na Cidade Alta". (carta ao Diretor do Patrimônio da União)

O historiador Antônio Risério escreveu: "As últimas décadas do Século XVI foram um período de expansão e de enriquecimento (...). A Cidade da Bahia recebeu, logo depois de construída, fortes injecões para o seu desenvolvimento. Em 1550 e 1551, por exemplo, o rei de Portugal enviou duas armadas até à Bahia, conduzindo gente e mantimento. Além disso, houve o chamado "incentivo fiscal". D. João III assinou um alvará determinando que as pessoas que passassem a morar na Cidade da Bahia, ficariam isentas de impostos – por três anos, os lavradores; por cinco anos, os artífices". (Uma História da Cidade da Bahia, p. 81).

A primeira indústria naval do Brasil foi instalada na Ribeira das Naus, na Cidade Baixa para a construção do "tipo de navegação dominante na ocasião" (Prof Américo Simas Filho).

O Bairro do Comércio desenvolveu-se para o norte, ao longo da faixa marítima, ocupando o espaço criado com os aterros do mar, onde foram construídas ruas e cais de atracação de embarcações. Do começo de 1701 até o final de 1900 foram aterradas no mar da Cidade Baixa uma área correspondente a 194.600 m². Nesses 300 anos os aterros foram progressivos: no século XVI, 7.000 m²; no século XVII, 23.700 m²; no século XVIII, 66.300 m²; no século XIX, 97.600 m², segundo pesquisas do Professor Carlos Paraguassú. A última área aterrada foi a da região de Águas de Meninos, onde, no começo do século XX, foi instalada a grande feira livre da cidade, conhecida como Feira de São Joaquim.

No governo do Conde dos Arcos (Dom Fernando de Noronha e Brito), entre 1810 e 1818, foram introduzidos vários melhoramentos no Bairro do Comércio: aberturas de ruas e praças; construção de prédios destinados à administração pública e o prédio da Associação Comercial da Bahia, projetado pelo arquiteto militar Fidié, inaugurado em 1911. Esses melhoramentos se estenderam até a península de Itapagipe, sobretudo com a construção da Avenida dos Dendezeiros - atual Avenida do Bomfim - proporcionando acesso terrestre àquele bairro, já que, naquele tempo, o acesso só era possível por meio de pequenos barcos ou a pé pela praia.

No governo do Presidente Rodrigues Alves, J. J. Seabra, Ministro da Justiça e do Interior, representava a Bahia no governo federal. Nessa condição conseguiu recursos para iniciar a construção do porto da Cidade Baixa e outros melhoramentos, inclusive a abertura da Avenida da Jiquitaia, inaugurada em 1906.

O Bairro do Comércio, até o meado do século XX era o principal centro comercial e financeiro da Cidade do Salvador, deslocado em grande parte, nos anos 1970, para a região do Iguatemi, na Cidade Alta. Desenvolveu-se para o norte até atingir a Península de Itapagipe.

Até o século XIX, quando surgiu o transporte ferroviário, o principal meio de transporte era o marítimo. Para atender à crescente demanda do comércio era indispensável haver meios e condições que possibilitassem o tráfego com Lisboa e as cidades portuguesas da costa da África e da Índia. A solução era, cada vez mais, aterrar o

mar. Cais e trapiches foram construídos, até tomar a atual configuração, inclusive o atual porto de Salvador, cujo primeiro trecho, com 400 metros de extensão, foi inaugurado pelo Governador J. J. Seabra, no dia 13 de maio de 1913. No primeiro Governo de J. J. Seabra (1912-1916) outros importantes melhoramentos foram realizados no Bairro do Comércio: reurbanização de toda sua área; sistema de esgotamento sanitário (projetado e construído pelo engenheiro Teodoro Sampaio); criação da Praça Cairú, com a instalação do busto do Visconde, reformulação da antiga Praça São João, com a ampliação de seu espaço, transformando-a na Praça da Inglaterra, onde, depois, foi erigido o busto de Seabra.

Há muito tempo, o intercâmbio da Cidade Baixa com a Cidade Alta exigia novo meio de transporte dos transeuntes. O empresário Antônio de Lacerda, para atender a essa exigência, construiu o primeiro elevador mecânico da América Latina: o "Elevador Hidráulico da Conceição", inaugurado no dia 8 de dezembro de 1871. O sistema mecânico que movia as cabinas para subir e descer era constituído de parafusos helicoidais; por isso o povo apelidou aquele elevador de Parafuso. Dizia "vou subir (ou descer) pelo Parafuso". Esse elevador foi substituído pelo atual, com uma torre de 74 metros e passadiço de 28 metros de comprimento, inaugurado em 7 de setembro de 1930. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia sugeriu ao Governo Municipal que esse elevador passasse a se chamar Elevador Antônio de Lacerda. O Elevador Lacerda tornou-se o principal ícone de Salvador.

O transporte de mercadorias e de gente da Cidade Baixa para a cidade Alta, e vice-versa, era feito pelas ladeiras: da Preguiça, da Misericórdia e do Taboão. No século XVII, os padres jesuítas instalaram um rudimentar guindaste entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta por onde transportavam mercadorias, cobrando dos interessados pelo transporte. Esse guindaste, no século XIX, foi substituído pelo atual Plano Inclinado, e a rua que lhe dá acesso ainda hoje é chamada Rua do Guindaste dos Padres.

No século XVI, na encosta da montanha havia uma íngreme escadaria ligando o sopé da montanha, no Bairro da Praia, com a Praça do Palácio, na Cidade Alta, escada ainda existente em grande parte, construída em alvenaria de pedra.

Na Cidade Baixa, quem percorrer o trecho entre Itapagipe (Ponta de Humaitá) e a Igreja da Conceição da Praia andarà cerca de 8 quilômetros margeando o lago *Kirymurê* (Paraguassú) dos índios tupinambás. Esse lago, no dia 1º de novembro de 1501, foi denominado de *Baía de Todos os Santos*, pelo navegador Américo Vespúcio. Américo Vespúcio fazia parte da expedição que saía de Lisboa no dia 13 de maio de 1501, comandada por Gaspar de Lemos, com o objetivo de reconhecer o litoral brasileiro e o demarcar como colônia da Coroa Portuguesa.

Itapagipe foi sesmária doada por Thomé de Sousa, em 1550, ao seu filho bastardo, e protegido, Garcia d'Avila, que ali começou o criatório de gado (vindo de Cabo Verde) e estabeleceu duas olarias para fornecer telha e tijolo aos construtores da recém fundada Cidade do Salvador, nome esse que lhe fora dado pelo rei D. João III, tendo em vista colocá-la sob a proteção do Divino Salvador.

Saindo da Ponta de Humaitá em direção à Boa Viagem sobe-se uma ladeira; na direita existiu o Fortim onde, entre maio de 1624 e abril de 1625, estiveram aquartelados os holandeses que invadiram a Bahia. Esse Fortim foi demolido em 1538 e reconstruído, entre 1583 e 1587, sob a denominação de Forte de São Filipe. Reformado entre os anos de 1591/1602 recebeu o atual nome de Forte de Monte Serrat.

No Largo da Boa Viagem existe a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem e Senhor Bom Jesus dos Navegantes, construída entre 1712/1714. Em suas dependências fica guardada a imagem de Bom Jesus dos Navegantes. No final do mês de dezembro, esta imagem é levada à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, de onde retorna pela manhã do dia primeiro de janeiro à Igreja da Boa Viagem na procissão marítima de Nosso Senhor dos Navegantes. Nesse dia ocorre uma das mais bonitas festas do calendário baiano. A Galeota Gratidão do Povo na manhã do dia primeiro de janeiro de cada ano sai do cais do Segundo Comando Naval - que fica em frente da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia - acompanhada de inúmeras embarcações (saveiros, lanchas, navios de menor porte, ferry-boat etc.) que usam a Baía de Todos os Santos como via de transporte. Geralmente a imagem de Bom Jesus dos Navegantes chega à praia da Boa Viagem por volta das 13h sob aplausos da multidão que a espe-

ra, quando se inicia a festa no Largo da Boa Viagem, a primeira do ano. Em Salvador, todos os anos, as festas populares têm início nesse dia e se estendem até a quarta-feira da semana do carnaval.

Seguindo para a Calçada ingressa-se na Avenida Luiz Tarquínio. No lado direito fica o prédio da primeira fábrica de tecelagem do Nordeste e à esquerda a primeira Vila Operária do Brasil, ambas construídas no começo do século XX pelo industrial baiano Luiz Tarquínio. No final dessa avenida, no lado da baía, está o antigo Asilo de Mendicidade, atual Abrigo D. Pedro II, fundado em 1862.

No Largo da Calçada situa-se a Estação Ferroviária, construída no século XIX. Dessa Estação seguiram as tropas do Exército para a Estação Ferroviária de Queimadas de onde foram para Canudos, combater Antônio Conselheiro e seus adeptos na Vila de Bom Jesus do Belo Monte, totalmente destruída em 5 de outubro de 1897, quando foi morto o Conselheiro.

No início da Avenida Frederico Pontes, lado direito, existiu o Forte da Jequitiaia. Em frente ao prédio da Petrobrás, no sopé da encosta, está o Asilo dos Órfãos de São Joaquim, ali instalado em 1818, em prédio construído pelos padres jesuítas (inaugurado em 1728), para o *Noviciado da Anunciação*.

Em 1823, quando as tropas portuguesas do General Madeira foram derrotadas na luta pela independência da Bahia, o embarque para Portugal ocorreu na praia do Noviciado, isto é, em Água de Meninos. Esse nome se deve ao fato de ser ali que os meninos do Noviciado dos Jesuítas tomavam banho. Prosseguindo na direção à Igreja da Conceição da Praia passa-se ao lado do Forte de Santo Alberto (também conhecido como Forte da Lagartixa), situado na Avenida Frederico Pontes (antiga Av. Jiquitaia). Nesse Forte os holandeses estiveram aquartelados em 1624. Nas suas imediações, a 17 de julho de 1624, foi morto o Coronel Van Dorth, governador da Cidade, pelos patriotas baianos, inconformados com a ocupação da Bahia pelos holandeses. Van Dort foi sucedido pelo general Albert Schouten. Esses invasores foram expulsos da Bahia em 30 de abril de 1625.

Como se viu, a cidade que nascia ali que deu seus primeiros passos e ali também nasceu a indústria naval do Brasil. Diz o professor Américo Simas Filho: "Na Ribeira das Naus de Salvador,

estabelecida no Bairro da Praia, perto de igreja construída por Tomé de Sousa, de logo funcionou o embrião que se desenvolveria a ponto de se tornar o mais importante centro de construção naval do Brasil no século XIX".

O núcleo básico da Cidade Baixa desenvolveu-se a ponto de se tornar o mais importante centro comercial e financeiro da Bahia até o último quartel do século XX, quando, então, entrou em lamentável processo de degradação. Felizmente, agora, está sendo recuperado; ali já funcionam a Justiça do Trabalho, Escolas de Ensino Superior, hotéis de cinco estrelas e outros empreendimentos que concorrem para sua recuperação.

ensaio fotográfico

Festas Populares

Tonny Bittencourt

Tonny Bittencourt é soteropolitano, arquiteto e artista plástico, com especialização em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. Trabalha na área de Planejamento Urbano e tem a Fotografia como linha de fuga: flechas atiradas no que lhe instiga e lhe toca a emoção. As festas populares são um dos aspectos abordados na sua rota fotográfica. Espaço, gente, cores e luz são perpassados pelo seu olhar. São perceptos da sua *persona* que fazem parte do cotidiano baiano. Imagens dos seus afetos – multiplicidades.



Antônio Fonsêca é arquiteto formado pela UFBA, trabalha com projetos e fiscalização de construções. Fotografa tudo quanto lhe chama atenção. Tem um estilo todo pessoal de olhar e ver através da lente fotográfica. Suas imagens são gráficas e detalhistas e compõem Arquitetura e Arte, num alinhavo preciso e certo. Está sempre presente nas festas populares, buscando e espreitando cores e formas.

A VeraCidade agradece a Tonny Bittencourt, a Antonio Fonseca e a Secretaria Municipal da Comunicação por disponibilizar fotos dos seus acervos sobre festas populares de Salvador.

Procissão do Nosso Senhor dos Navegantes



Antônio Fonseca

Lavagem do Bomfim



Tonny Bittencourt

Lavagem do Bomfim



Tonny Bittencourt

Festa de Yemanjá



Tonny Bittencourt

Festa de Yemanjá



Tonny Bittencourt

Carnaval



SECOM/PMIS

Carnaval



SECOM/PMIS

Festa da Independência da Bahia



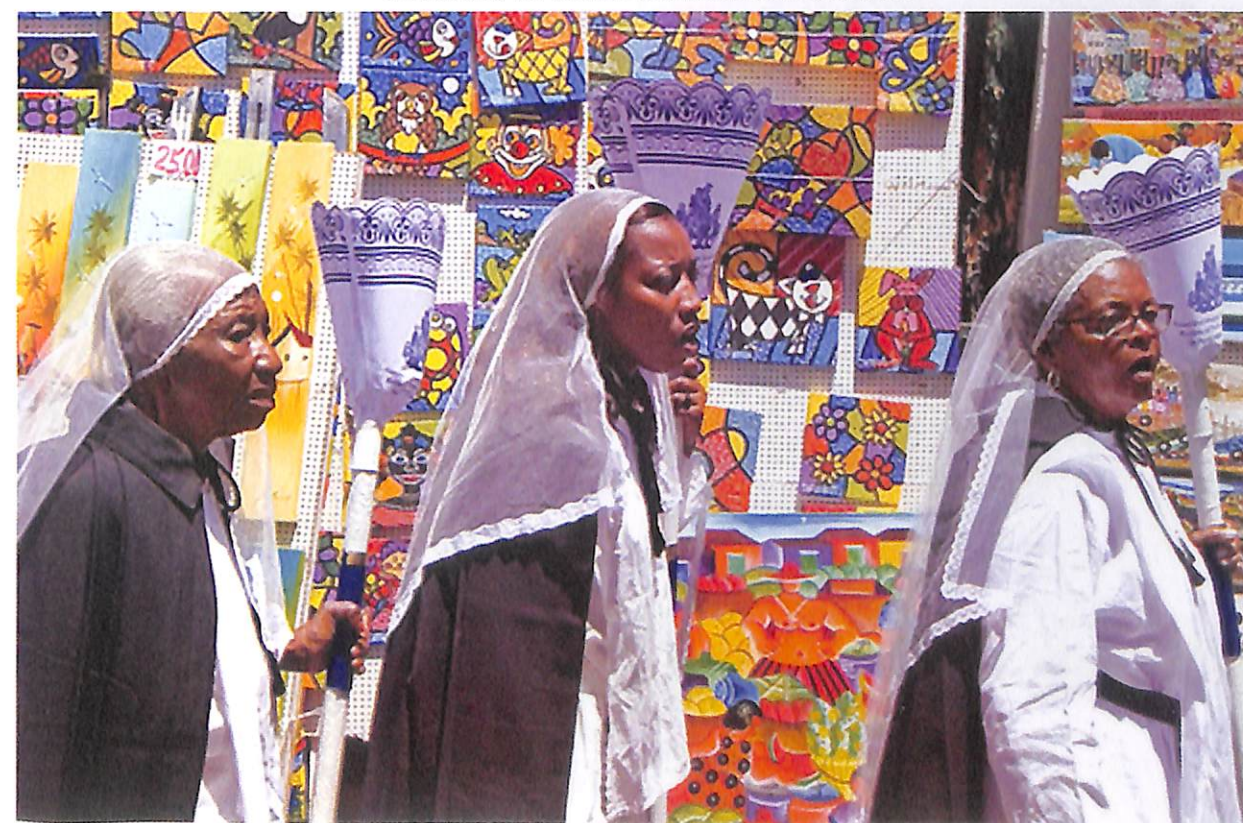
Tonny Bittencourt

Festa da Independência da Bahia



Tonny Bittencourt

Procissão de Nossa Senhora da Boa Morte



Antônio Fonseca

Procissão de Nossa Senhora da Boa Morte



Antônio Fonseca

Festa de Santa Bárbara



Tonny Bittencourt

Festa de Santa Bárbara



Tomny Bittencourt

Festa de Nossa Senhora da Conceição



Antônio Fonsêca

Festa de Nossa Senhora da Conceição



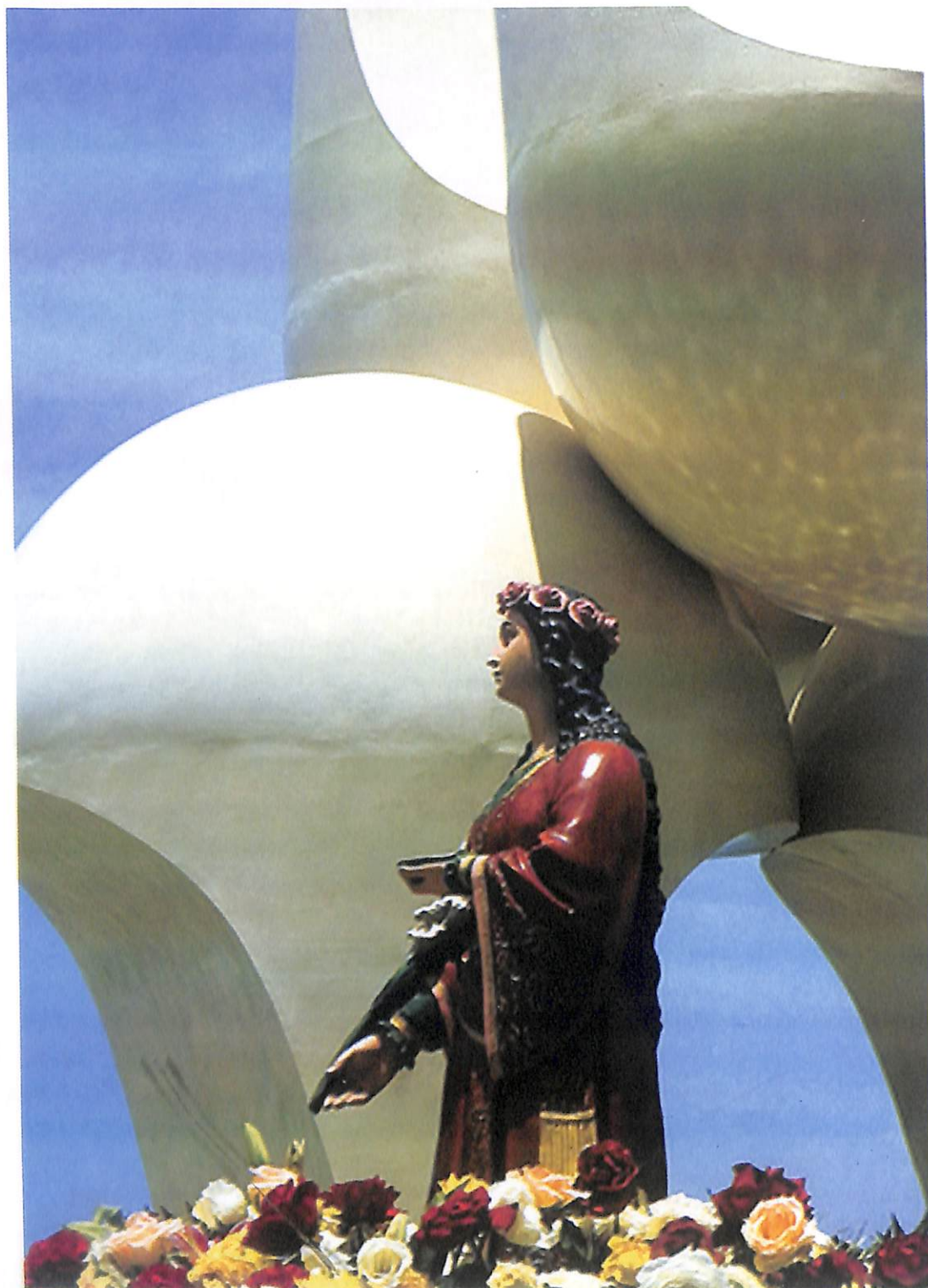
Antônio Fonsêca

Festa de Santa Luzia



Antônio Fonsêca

Festa de Santa Luzia



Antônio Fonsêca

normas para publicação

Todos os artigos/ensaios/resenhas serão submetidos ao Conselho Editorial que deverá emitir parecer de recomendação ou não para publicação. Serão publicados apenas artigos inéditos. Em casos excepcionais, serão aceitos artigos/ensaios/resenhas já publicados em língua estrangeira.

Os artigos/ensaios deverão ser encaminhados para o e-mail veracidade@salvador.ba.gov.br, digitados em Word for Windows, espaço 1,5, fonte Goudy Old Style, tamanho 12, margens 2,5, tendo no máximo 20 (vinte) páginas, incluindo tabelas, gráficos, figuras, imagens e referências bibliográficas, acompanhados de um resumo em português e outro em inglês, contendo 150 (cento e cinquenta) a 200 (duzentas) palavras com indicação de 04 (quatro) a 06 (seis) palavras-chave.

Os capítulos, títulos e subtítulos devem ser ordenados a partir dos seguintes critérios:

Título 1: Goudy Old Style tamanho 14, negrito

Título 2: Goudy Old Style tamanho 12, negrito

Título 3: Goudy Old Style tamanho 11, negrito

As resenhas deverão ser encaminhadas para o e-mail veracidade@salvador.ba.gov.br digitadas em Word for Windows, espaço 1,5, fonte Goudy Old Style, tamanho 12, margens 2,5, tendo no máximo 03 (três) páginas.

As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do artigo, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Deverá ser utilizado o sistema autor-data (ex: SAMPAIO, 2006). Palavras em negrito e linhas sublinhadas deverão ser evitadas. Notas e comentários deverão ser evitados tanto quanto possível e, no caso de serem indispensáveis, deverão vir no fim da página, em fonte Goudy Old Style, tamanho 10.

Todos os trabalhos devem ser acompanhados de uma folha de identificação contendo: nome, e-mail, endereço completo, telefone para contato, instituição e titulação.

O envio de qualquer colaboração implica a cessão integral dos direitos autorais à VeraCidade Revista da SEDHAM/Prefeitura Municipal do Salvador. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.